

Walesson Gomes da Silva

EDUCAÇÃO SOCIAL E SISTEMA PRISIONAL:
o lazer entrelaçado às práticas religiosas de jovens encarcerados
em uma unidade prisional da APAC

**Belo Horizonte
2018**

Walesson Gomes da Silva

**EDUCAÇÃO SOCIAL E SISTEMA PRISIONAL:
o lazer entrelaçado às práticas religiosas de jovens encarcerados
em uma unidade prisional da APAC**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Lazer.

Linha de Pesquisa: Lazer e Sociedade.

Orientadora: Prof^a Dr^a Cristiane Miryan Drumond de Brito
- EEEFTO/UFMG

Coorientador: Prof. Dr. Walter Ernesto Ude Marques .
FaE/UFMG

**Belo Horizonte
2018**

Menino Mimado

Não, eu não aceito essa indisciplina
Acho que você não me entendeu
Meus meninos são o que você teceu
Em resistência ao mundo que Deus deu
E eu não aceito, não

Não, eu não aceito essa indisciplina
Acho que você não me entendeu
Meus meninos são o que você teceu
Em resistência ao mundo que Deus deu

Então pare de correr na esteira e vá correr na rua
Veja a beleza da vida no ventre da mulher
Pois quem não vive em verdade, meu bem, flutua
Nas ilusões da mente de um louco qualquer
E eu não aceito, não

Não, eu não aceito essa indisciplina
Acho que você não me entendeu
Meus meninos são o que você teceu
Em resistência ao mundo que Deus deu

Eu não quero viver assim, mastigar desilusão
Este abismo social requer atenção
Foco, força e fé, já falou meu irmão
Meninos mimados não podem reger a nação

Eu não quero viver assim, mastigar desilusão
Este abismo social requer atenção
Foco, força e fé, já falou meu irmão
Meninos mimados não podem reger a nação
Meninos mimados não podem reger a nação

Artista: Criolo
Álbum: Espiral de Ilusão
Data de lançamento: 2017
Gênero: Samba

A todas as vítimas dos criminosos, daqueles que estão no cárcere e dos que estão nas mais altas cúpulas do poder brasileiro.

AGRADECIMENTOS

A todos os meus familiares . mãe, irmãos, cunhados(as) e sogro(a) . , porque, de alguma forma, contribuíram para esse meu caminhar.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação com quem tive a oportunidade de aprender alguma coisa nova. Em especial, agradeço à Profª Drª Christianne Gomes e ao Prof. Dr. José Alfredo, amigos que conquistei nesse percurso, e ao Helder Isayama.

Aos Professores(as) Dr^{(a)s}. José Alfredo Debortoli e Vanessa Andrade Barros, pela emissão dos pareceres de qualificação da pesquisa e pelas dicas para o aperfeiçoamento da minha escrita.

Ao Prof. Dr. Heli Sabino, pela emissão do parecer favorável ao meu projeto, um pré-requisito da disciplina %Seminário de Tese+.

Aos Professores Drs. Adilson da Silva Xavier, José Alfredo Debortoli e Luiz Carlos Felizardo Junior e à Profª Drª Vanessa Andrade Barros, por aceitarem participar da banca examinadora deste trabalho, na condição de titulares, bem como ao Prof. Dr. Heli Sabino de Oliveira e à Profª Drª Renata Santa Ana Gontijo, na condição de suplentes.

Ao querido amigo, Prof. Robério Costa, que dedicou muitas horas de seu tempo livre a me ensinar sobre religião e espiritualidade.

Ao Prof. Dr. Donizete Aparecido Rodrigues, da Universidade da Beira Interior - Portugal, que me deu boas dicas sobre conceitos de religião.

Aos pesquisadores decoloniais Arturo Escobar, Catherine Walsh, Nelson Maldonado-Torres e Walter Mignolo, que, sendo contactados por mim e tendo sendo-lhes apresentando meu tema de pesquisa, me enviaram vários livros e textos. Obrigado pela atenção!

A todos os pesquisadores citados nas referências bibliográficas desta tese, porque, como aprendi com Ude, não se faz Ciência sozinho. As pesquisas de todos vocês, inclusive as dos positivistas citados, foram fundamentais para a construção do meu saber.

À Cinira, ex-secretária do Programa de Pós-Graduação, que estava por aqui quando iniciei esse processo, e que sempre foi muito gentil comigo.

Ao Danilo . atual secretário do Programa de Pós-Graduação . que, junto do Randley, formou dupla perfeita para atendimento das demandas do PPGIEL.

Aos amigos, amigas e colegas de turma . Aladia, Alessandro, Bruno, Carla, Claudia, Guilherme, Gustavo, Luciana, Raquel, Rogério e Tauan . , agradeço-lhes pelas trocas de experiências.

A todos(as) amigos(as) e colegas Professores da Escola de Design e do *campus* Ibirité da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, que contribuíram, de algum modo, com essa pesquisa.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

À Ana Karina, minha eleita e amada esposa, que, em todos os momentos, me apoiou, incentivando-me em cada uma das etapas dessa pesquisa. Muito obrigado minha querida, por tudo!

Aos meus estimados filhotes, Victor e Daniel, agradeço pela compreensão da minha ausência em importantes momentos do cotidiano de vocês. Amo muito ambos!

À minha querida e amada mãe, Rosângela Gomes, pelo incentivo.

À minha estimada orientadora, Prof^ª Dr^ª Cristiane Miryan Drumond de Brito, por ter acreditado em mim e em meu complexo projeto de pesquisa e por ter me dado liberdade irrestrita para construir essa tese. Muito obrigado!

Ao meu querido coorientador, Prof. Dr. Walter Ernesto Ude Marques, que, sempre disponível, me tirou da deriva. Mais uma vez, agradeço por ter me apresentado, ainda na pesquisa de mestrado, o complexo e instigador campo de pesquisa. Todos os dias, aprendo muito com aqueles ~~parças~~.

À Prof^ª Dr^ª Vanessa Barros, por não ter me deixado flamar durante esse processo de doutoramento.

À Prof^ª Dr^ª Conceição Xavier . ~~Teca~~, como é carinhosamente conhecida . , por ter me dado dicas importantes para o início da escrita e a fundamentação teórica.

A todo povo brasileiro, por financiar meus estudos.

À APAC . Associação de Proteção e Assistência aos Condenados . pesquisada, que, durante esse percurso, iniciado em 2013, me permitiu e permite, cada dia mais, palpitar no seu cotidiano. Bom, só não sei se acolhem minhas sugestões; mais isso já é outra história!

À FBAC . Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados . , por dar atenção aos meus questionamentos e permitir que seus membros me concedessem valiosas entrevistas, e ao Valdecir, por toda a atenção a mim dispensada.

Por fim, e nem por isso menos importante, aos recuperandos e ex-recuperandos, pela atenção e acolhida a mim dispensadas. Foram valiosos os ensinamentos que me transmitiram sobre resiliência, perseverança e fé. Desejo

que este relato de pesquisa desperte outros pesquisadores sobre a importância de investigar e dar visibilidade aos apenados dos sistemas prisionais clássico, apaqueano e socioeducativo. Muito obrigado, meus %utas-#

RESUMO

Este estudo representa investigação interdisciplinar sobre os significados e sentidos atribuídos às experiências religiosas entrelaçadas às práticas de lazer de presos em um presídio configurado conforme o modelo da Associação de Proteção aos Condenados - APAC, na região metropolitana de Belo Horizonte - MG, que se diferencia do sistema comum por ter um método próprio de trabalho, denominado "Método Apaqueano". Nesse sistema prisional, denominado como sistema prisional humanizado, o apenado cumpre rigorosa rotina diária, preestabelecida pela gestão da instituição prisional, balizado pelo método APAC. Contudo, o recuperando é um "co gestor" da unidade prisional. A ele é atribuído funções diárias, estabelecida por outro apenado com o aval dos encarregados da APAC. Junto a essas atividades, estão determinadas vários momentos destinados a orações, que uma vez não cumpridos, o detento tem o seu as suas horas destinadas a atividades de lazer, cortadas. Diante a estas questões, por meio de estudo com espectro etnográfico, procurei eleger os sentidos e os significados produzidos em relação à religião para os jovens apenados, e suas tensões com o campo do lazer na APAC, suas formas de apropriação dos espaços dessa unidade prisional nas suas práticas religiosas atravessadas pelo lazer e os processos de socialização e sociabilidade aí estabelecidos. Assim, realizei revisão bibliográfica em 3 (três) áreas distintas: 1) o campo de estudos do lazer; 2) o campo de estudos da religião, 3) as políticas públicas destinadas ao sistema prisional. Dialoguei com produções acadêmicas na perspectiva da teoria histórico-cultural, na expectativa de captar a forma pela qual os pesquisados geravam sentidos a partir das práticas religiosas entrelaçadas por atividades de lazer vivenciadas no cárcere. Para tanto, explorei a metodologia qualitativa, amparando-me na observação participante e entrevista semiestruturada, grupo focal, oficina de fotografias e, ainda, fiz uso de análise documental. Os resultados obtidos evidenciaram que as práticas religiosas não são capazes de proporcionar uma dimensão de transcendência, contudo, são usadas pelos jovens apenados como uma possibilidade momentânea de lazer. Ainda sim, fica evidenciado o potencial educativo e formativo não explorados, tanto da atividade religiosa quanto do lazer.

Palavras-chave: Lazer. Religião. Encarceramento. APAC. Juventude. Sentido e significado.

ABSTRACT

This study represents interdisciplinary research on the meanings and meanings attributed to religious experiences intertwined with the leisure practices of prisoners in a prison set up according to the APAC model in the metropolitan area of Belo Horizonte, MG, common system for having its own method of work, called the "Apaqueano Method". In this prison system, called as a humanized prison system, the distressed strict daily routine, pre-established by the prison institution management, was marked by the APAC method. However, the recovering is a "cogestor" of the prison unit. He is assigned daily duties, established by another distressed with the endorsement of the APAC. Along with these activities, several moments are set aside for prayers, which once missed, the detainee has his hours allocated to leisure activities, cut off. Faced with these questions, through ethnographic speculation, I have tried to choose the meanings and meanings produced in relation to religion for the young people in distress, and their tensions with the field of leisure in APAC, their forms of appropriation of the spaces of this prison unit in their religious practices crossed by leisure and the processes of socialization and sociability established there. Thus, I carried out a bibliographic review in three (3) distinct areas: 1) the field of leisure studies; 2) the field of religion studies, 3) public policies aimed at the prison system. I spoke with academic productions from the perspective of historical-cultural theory, hoping to capture the way in which the respondents generated meanings from the religious practices intertwined by leisure activities experienced in prison. For that, I explored the qualitative methodology, supporting myself in the participant observation and semi-structured interview, focus group, photography workshop and also made use of documentary analysis. The results obtained showed that religious practices are not capable of providing a dimension of transcendence, however, they are used by the young as a momentary possibility of leisure. Even so, evidenced the educational potential and formative not explored, both religious activity and leisure.

Keywords: Leisure. Incarceration. APAC. Youth. Significance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Domingo de visitas	24
FIGURA 02 - Cotidiano matinal. Regime fechado, recuperando se exercitando antes dos afazeres do dia.....	84
FIGURA 03 - Regime fechado, recuperando na oficina de marcenaria	84
FIGURA 04 - Regime fechado, recuperando na oficina de pintura de quadros, por eles e pelo método, chamada de laborterapia	85
FIGURA 05 - Recuperando trabalhando na barbearia, atendendo a outro recuperando.....	86
FIGURA 06 - Recuperando trabalhando na jardinagem do regime fechado.....	86
FIGURA 07 - Recuperandos em momento de oração antes do almoço	87
FIGURA 08- Recuperando fazendo leitura em momento de lazer, após almoço. Aproximadamente 30minutos de intervalo.....	88
FIGURA 09 e 10 - Exposição realizada durante 18º Seminário de Pesquisa e Extensão da UEMG	114
FIGURA 11 e 12 - Exposição realizada durante 18º Seminário de Pesquisa e Extensão da UEMG	115
FIGURA 13 - Árvore (sibipiruna) no pátio central do regime fechado.....	117
FIGURA 14 - Copa de árvore (sibipiruna) no pátio central do regime fechado	118
FIGURA 15 - Copa de árvore (sibipiruna) florida no pátio central do regime fechado	119
FIGURA 16 - Aula de yoga.....	123
FIGURA 17 - Recuperando em horário destinado ao lazer, fazendo a leitura da Bíblia	124
FIGURA 18 - Momento de oração durante oficina de orações+promovida pela Igreja Católica mas acompanhado por recuperandos de qualquer religião	125
FIGURA 19 - Fotografia do altar da capela católica do regime fechado do presídio	129
FIGURA 20 - Apenado do regime fechado no sábado fazendo leitura da Bíblia	130
FIGURA 21 - Quadro com informações de atividades e obrigações diárias dos detentos da unidade prisional pesquisada	131
FIGURA 22 - Acervo de Walesson G. da Silva	131
FIGURA 23 e 24. Acervo de Walesson G. da Silva	132
FIGURA 25 - Acervo de Walesson G. da Silva	133

FIGURA 26 - Campo de futebol. Fotografia realizada por um dos sujeitos pesquisados, em junho de 2017.....	134
FIGURA 27- Campo de futebol - Jogo entre recuperandos e jovens convidados do bairro Ribeiro de Abreu - Belo Horizonte . MG	134
FIGURA 28 . Braço tatuado com terço e frase religiosa	136
FIGURA 29 e 30 . Corpo tatuado	138
FIGURA 31 - Cella	140
FIGURA 32 . Porta retrato	141
FIGURA 33 - Cella	142
FIGURA 34 - Recuperandos durante horário destinado ao lazer, ensaiando para os momentos de cultos religiosos, acompanhados de um professor e pesquisador (de blusa branca) da escola de música da UFMG	144
FIGURA 35 - Momento de oração em agradecimento a um visitante	145

LISTA DE TABELAS

TABELA 01- Faixa Étaría	97
TABELA 02- Porcentagem para Faixa Étaría	98
TABELA 03 - Indicador: Cor	101
TABELA 04 - Porcentagens: Cor	102
TABELA 05 - Escolaridade dos recuperandos	105
TABELA 06 - Porcentagens quanto à escolaridade dos recuperandos	105
TABELA 07 - Porcentagens escolaridade de detentos de Minas Gerais e Brasil	106
TABELA 08 . Crimes	108
TABELA 09 . Crimes por porcentagens	109
TABELA 10 . Religião na APAC	111

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - Proporção de APACs Masculinas <i>versus</i> Femininas Instaladas em MG (site FBAC)	45
GRÁFICO 02 - Proporção de APACs Masculinas verso Femininas Instaladas no Brasil (site FBAC)	45
GRÁFICO 03 - Faixa Etária dos Recuperandos	98
GRÁFICO 04 - Faixa Etária dos Recuperandos da APAC (Assessoria Jurídica da APAC)	99
GRÁFICO 05 - Faixa Etária Da população carcerária de Minas Gerais . Gráfico de Coluna (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014)	99
GRÁFICO 06 - Faixa Etária da população carcerária brasileira (Ministério da Justiça,2014)....	100
GRÁFICO 07 - Indicador de Cor (CSSs da APAC pesquisada).....	102
GRÁFICO 08 - Indicador de Cor (Ministério da Justiça, 2014).....	103
GRÁFICO 09 - Indicador de Cor (Ministério da Justiça, 2014)	103
GRÁFICO 10 - Indicador de escolaridade (Ministério da Justiça, dez. 2014, Assessoria Jurídica da APAC)	107
GRÁFICO 11 - Indicador: Crime.(Ministério da Justiça, dez. 2014, e Assessoria Jurídica da APAC)	110
GRÁFICO 12 - Indicador de Religião.(Conselho de Solidariedade e Sinceridade da APAC)	112

LISTA DE SIGLAS

APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
COEP - Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG
CRS - Centro de Reintegração Social
CSS - Conselho de Sinceridade e Solidariedade
CTC - Comissão Técnica de Classificação
DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional
EUA - Estados Unidos da América
FAFICH - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG
FBAC - Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados
INFOPEN - Programa (*software*) de Coleta de Dados do Sistema Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça
LEP - Lei de Execução Penal
MJ - Ministério da Justiça
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONASP - Observatório Nacional do Sistema Prisional
ONG - Organização Não-Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PFI - *Prison Fellowship International*
PFS - Penitenciária Francisco Sá
PPP - Parceria Público-Privada
PRALV - Presídio Alvorada, de Montes Claros - MG
PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
RDD - Regime Disciplinar Diferenciado
RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte
SEDS - Secretaria de Estado de Defesa Social do Estado de Minas Gerais
SESC - Serviço Social do Comércio
TJMG - Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 - MINHA INSERÇÃO NO CAMPO DE PESQUISA: contrastes vivenciados entre o Sistema APAC e o Sistema Prisional Comum.	24
1.1 Quanto ao histórico de surgimento da APAC	28
1.2 - Breve Histórico do fundador do Método	36
1.3 - O mito Franz de Castro Holzwarth	38
1.4 Quanto à Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados . FBAC	40
1.5 Quanto à organização das APACs	43
1.6 Considerações acerca da representatividade das APACs no Brasil e no Exterior: presença de lacunas para atendimento ao público feminino	46
CAPÍTULO 2 - REFLEXÕES/APROXIMAÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE O SAGRADO E O PROFANO LAZER EM UM CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL.	49
2.1 - Quanto à Concepção de Religião: algumas controvérsias entre Cosmogonias Distintas.....	49
2.2 Quanto à Concepção de Lazer	57
2.3 Concepção de Juventude	62
2.4 Concepção Subjetividade, Significado, Sentido e Sujeito	65
CAPÍTULO 3 - QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA INVESTIGAÇÃO....	72
3.1- Apresentação do campo de pesquisa	76
3.2 Quanto ao quadro de funcionários e voluntários	80
3.3 Breve descrição do cotidiano da APAC pesquisada	82
3.4 Quanto à Observação de Campo	88
3.5 Quanto às Entrevistas	90
3.6 Quanto às Oficinas de Fotografia	92
3.7 Notas acerca da minha aprendizagem nesta experiência de pesquisa	95
CAPÍTULO 4 - SUJEITOS DA PESQUISA: RESULTADOS E DISCUSSÃO	97
4.1.1 Indicador de Faixa Etária	97
4.1.2 Indicador de Cor	101
4.1.3 Indicador: Escolaridade	105
4.1.4 Indicador: Crime	107
4.1.5 Indicador: Religião	111
CAPÍTULO 5 - CONCEPÇÕES DE RELIGIOSIDADE E LAZER	113

5.1 As imagens e seus sentidos: a busca pelo sagrado nos elementos do reino	116
5.2.A visão do ex-recuperando quanto às práticas religiosas e suas tensões como lazer	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS.....	155
ANEXOS	
Anexo A - Caderno de Fotografias . Fotos (produzidas pelos apenados - acervo do pesquisador).....	225
Anexo B - Descrição dos artigos do Código Penal - Decreto Lei Nº 2.848/1940 e Lei Nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 apresentados no Capítulo 3, TAB. 9)	174
Anexo C: Parecer - Decisão do Conselho de Ética em Pesquisa - COEPE	231
APÊNDICE	
Apêndice A . Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento	235
Apêndice B . Roteiro da Entrevista Semiestruturada.....	237

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um desdobramento de minha pesquisa de mestrado, onde busquei compreender por meio de estudo etnográfico, os usos, os significados e sentidos que jovens apenados de uma unidade prisional APAC, da região metropolitana de Belo Horizonte, atribuíam aos espaços de lazer daquele presídio. Entretanto, na atual pesquisa, optei por identificar e analisar os sentidos e os significados produzidos em relação à religião por jovens apenados e suas tensões com o campo do lazer na unidade prisional. Qual o verdadeiro sentido da religião nesse método que apresenta doze pilares nos princípios norteadores, sendo três deles dedicados à temática religiosa? Qual a pedagogia utilizada nessa unidade prisional para a prática religiosa? Dentro daquele sistema prisional, a religião seria praticada como método de controle, uma vez que na APAC não se usam armas de fogo para conter os detentos? A religião seria desenvolvida para promover a transcendência ou para punir os apenados, retirando-lhes tempos e espaços de fruição do lazer? Essas foram algumas questões que nortearam esta pesquisa.

Contudo, vale destacar que a escolha do tema decorre, também, da minha prática pedagógica social, iniciada há dezessete anos, quando tive a oportunidade de trabalhar com jovens em cumprimento de medida socioeducativa em regime de internação. Esse trabalho foi responsável por algumas mudanças na minha vida profissional. Dessa experiência surgiu o desejo de aprofundar minha carreira acadêmica com pesquisa em prol de melhor qualidade de vida para os jovens; sobretudo, para aqueles que se encontram em cumprimento de sentenças judiciais em regime fechado.

Talvez por influência do meio em que estava inserido, um centro socioeducativo administrado por padres terciários capuchinhos, fui cursar disciplinas isoladas do mestrado em Filosofia Social e Política na UFMG. Naquele momento de tamanha ingenuidade, eu acreditava que o que faltava aos jovens infratores era apenas a presença de Deus em suas vidas. Daí, passei a buscar um professor que pudesse ser referência em meus estudos, já

que queria construir uma pesquisa nesse campo, com base nas teorias de Immanuel Kant. Porém, após cursar duzentas e quarenta horas de disciplinas isoladas ministradas por alguns professores da Fafich/UFMG; entre eles, o jesuíta Francisco Javier Herrero, com quem fiz mais de cem horas de estudos, e que, no início das aulas, duvidou da minha possibilidade de produzir um mestrado no campo da Filosofia, por ser pedagogo; com o decorrer dos estudos, acredito que, ao observar os meus esforços, passou a estimular minha participação no processo seletivo daquele programa, dizendo que meu tema era bem interessante. Entretanto, paralelamente a essas aulas, eu estava cursando uma pós-graduação *lattu sensu* em Psicopedagogia e, nesse curso, se comparado às aulas cursadas na Filosofia, tive ínfimas quarenta horas/aula de uma disciplina intitulada "Desenvolvimento da Aprendizagem" que foram muito mais significativas, ministradas pelo professor Dr. Walter Ude. Esse nobre docente me levou a compreender a situação dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa sob uma outra ótica, diferentemente de abordagens corretivas, punitivas ou assistencialistas. Isso, no futuro, me tornaria um pesquisador envolvido com as causas da juventude. Frente a esse percurso, hoje apresento uma investigação que se coaduna com os diálogos iniciados nessa interlocução.

Para delimitação da amostra que participou desta pesquisa, no contexto da juventude, me referendi no Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013 (BRASIL, 2013), que situa os jovens como sujeitos que têm direito à diversidade e à igualdade de direitos, como se lê abaixo:

Art. 17. O jovem tem direito à diversidade e à igualdade de direitos e de oportunidades e não será discriminado por motivo de:

- I - etnia, raça, cor da pele, cultura, origem, idade e sexo;
- II - orientação sexual, idioma ou religião;
- III - opinião, deficiência e condição social ou econômica.

Diante desse cenário, o Estatuto da Juventude passou a representar um instrumento fundamental de referência para a implantação de políticas públicas; em seu artigo primeiro, aponta quem é jovem e quem é adolescente, nestes termos:

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

§ 2º Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente.

Assim, cumpre-me esclarecer que essa investigação aconteceu com os jovens que estavam em cumprimento de pena nos regimes fechado e semiaberto em um presídio APAC, na Região Metropolitana de Belo Horizonte - MG, além de jovens que já estiveram cumprindo pena nessa unidade prisional, com idades entre dezoito e vinte e nove anos, durante o período da pesquisa. Entretanto, esses parâmetros cronológicos usados para se identificar o ciclo de vida da juventude necessitam ser problematizados, porque a construção identitária não se prende à faixa etária, porque se estabelece na dinâmica dos processos de subjetivação dos sujeitos diante das suas relações histórico-culturais. Sendo assim, o sentimento de ser jovem está condicionado aos processos de significação relacionados às condições sociais dos sujeitos, não se restringindo a faixas etárias predeterminadas.

Todavia, inquieto e preocupado com a efetiva reintegração e organização desses sujeitos, situados num ciclo etário que pode viabilizar perspectivas distintas na construção de seus projetos de vida na sociedade, busquei mais informações a respeito dos reais motivos que os induziram a cometer certos crimes.

Dentro do leque de atividades que são ofertadas no sistema prisional, elegi as práticas religiosas e sua interface com o lazer como tema desta pesquisa, com o intuito de avaliar até que ponto essas práticas podem contribuir para processos educativos naquela instituição.

Frente a isso, formulei estas indagações: como os jovens se apropriam dos espaços religiosos e das propostas pedagógicas dessa instituição?; como a instituição organiza os momentos dedicados aos cultos religiosos do grupo?; como os processos de socialização e sociabilidade são

desenvolvidos nas atividades de lazer e da religiosidade?; por quê muitos jovens utilizam os momentos de lazer para se dedicarem a questões religiosas? - seria por influência de um método doutrinário por parte dos religiosos?; como articulam o confronto do cometimento de um delito com a prática da religiosidade?; como a espiritualidade atua na configuração da subjetividade do apenado?; que tipo de mudança provoca?; como a instituição percebe a presença das demais religiões que não são de matriz católica, já que a APAC surge de práticas da Pastoral Carcerária?; e a visão da instituição quanto ao lazer e à religião é utilitarista?

Minha experiência anterior de pesquisa e minha inserção na diretoria da APAC pesquisada, decorrente do vínculo construído nesse processo, me revelaram que existiam diferentes concepções acerca da religião nas APACs, não representando uma realidade linear e homogênea. Para algumas delas, a religião era concebida como uma prática adotada e implementada apenas para ocupar um tempo considerado improdutivo, no qual os apenados se dedicavam à leitura da Bíblia Sagrada. Para outros, como uma forma de se ~~medir~~ redimir dos pecados, com um caráter compensatório para tentar aliviar das dores e condenações decorrentes das práticas delituosas. Raramente, era compreendida como direito e como forma de (re)socialização e de formação humana.

Embora seja comum, no sistema penal, classificarem-se as atividades laborais, culturais, religiosas, esportivas e de lazer como práticas de ressocialização, prefiro entendê-las como possíveis processos de (re)inclusão social, mesmo sabendo que a sociedade resiste a (re)integrar esses sujeitos em espaços de promoção da cidadania, com acesso ao trabalho, à escolarização, à formação profissional, aos cuidados com a saúde e à vida familiar, entre outros. De todo modo, as configurações da (re)inclusão necessitam ser qualificadas, porque existe o incluído/excluído (AGAMBEN, 2010), já que o fato de estar (re)incluído em um território de socialização não garante o pertencimento do sujeito, devido a discriminações que ele pode sofrer por parte das demais pessoas que participam daquele contexto.

A propósito da religião, Bruno Nigri (2014), pesquisador que discute conexões entre o lazer e o candomblé, religião de matriz africana, evidencia como as práticas religiosas variam, quando se estuda uma cosmogonia distinta

daquela da prática cristã ocidental. Para isso, esse pesquisador buscou romper com o olhar fragmentado %a característico do homem ocidental moderno+(NIGRI, 2014, p. 52), deixando claro que só será possível ampliar a discussão nesse campo que articula lazer e religião, num contexto afro-brasileiro, quando se adota uma perspectiva policêntrica, diferente das dicotomias que demarcaram o pensamento colonial.

Com isso, fica evidente o desafio de se pesquisar a religião como uma experiência que também se articula com o lazer . entre outras dimensões das atividades humanas . , porque essa fronteira, muitas vezes, é ocultada por dicotomias que atribuem ao lazer significados negativos, associados à ociosidade, ao cultivo das paixões e das tentações corporais, entre outros estereótipos. Em contraposição, está a religião compreendida como elemento essencial ao equilíbrio, ao controle, à superioridade (crescimento %a em espírito e verdade+) e à (auto)disciplina, conforme o paradigma ocidental. Por isso, decidi pesquisar um sistema prisional que disponibiliza espaços para práticas de lazer, concebido e gerenciado por uma instituição que inclui na sua metodologia a religião como elemento-chave no processo de reeducação dos aprisionados. Propus-me e me lancei nesse desafio com a finalidade de conhecer melhor e registrar fatos e dados sobre um sistema prisional diferente do modelo hegemônico adotado no sistema comum que podem indicar propostas alternativas distintas de medidas punitivas, apesar das notórias desigualdades sociais que marcam a nossa sociedade. Imbuído desse propósito e dessa esperança, apresento, no primeiro capítulo desta tese, algumas considerações sobre à FBAC, instituição que inspeciona as APACs, e trato também das APACs.

CAPÍTULO 1 - MINHA INSERÇÃO NO CAMPO DE PESQUISA: contrastes vivenciados entre o sistema APAC e o sistema prisional comum.

Como sujeitos, os indivíduos são afetados, de diferentes modos, pelas muitas formas de produção nas quais eles participam - também de diferentes maneiras; ou seja, os sujeitos são profundamente afetados por signos e sentidos produzidos nas (e nas histórias das) relações com os outros. (SMOLKA, 2000, p. 31)

Neste capítulo, descrevo, em linhas gerais, o contexto histórico de criação do método adotado pelo presídio pesquisado e as questões que delinearam esta investigação. Início enfatizando o contexto em que foi realizada a pesquisa e relatando minha chegada a uma unidade da APAC.

Em minha trajetória de vida, a primeira penitenciária para adultos em que entrei foi uma unidade da APAC; escrevo penitenciária para adultos, porque, para mim, que já atuei como pedagogo do Sistema Socioeducativo, é difícil identificar e apontar diferenças significativas entre o Sistema Prisional e o Sistema Socioeducativo, a não ser no que tange ao critério de classificação, por faixa etária, dos sujeitos que, neles, cumprem suas sentenças judiciais.

Essa primeira visita aconteceu, na época, graças a um convite do meu orientador acadêmico de mestrado para eu conhecer a realidade de uma instituição prisional na qual não havia policiais, nem agentes penitenciários armados para fazer a %contenção+ dos detentos. Esse diferencial me enchia a alma de dúvidas e curiosidades e, diante disso, me indaguei: como seria possível um sistema prisional com essas características no Brasil? Em minha experiência no sistema socioeducativo, observei que mesmo os adolescentes que não eram tão experientes no crime sempre encontravam um jeito de evadir; como, então, seria possível um sistema prisional sem armas e agentes?

Movido por essa curiosidade, aceitei o convite do professor Walter Ude para ir a uma comemoração do %Dia das Mães+ na APAC, em 2013; chegando à porta do presídio, ao ver aqueles muros altos de concreto e portões de ferro, tive a certeza de que não era bem assim, uma %instituição sem o controle do Estado+. Ledo engano. Fui recebido, na portaria principal, por um

detento . ali, chamado de recuperando . que, com as chaves do portão na mão, nos permitiu o acesso ao interior daquela unidade prisional. Em seguida, veio a minha segunda surpresa . ao me colocar pronto para ser revistado . , o rapaz me pediu apenas que anotasse meus dados no livro de visitas e me avisou sobre quais objetos eu não poderia portar para adentrar o prédio: celular, chaves e botas. Após informá-lo de que já havia deixado esses objetos no carro, tive apenas de deixar a chave do veículo na recepção e fui liberado para entrar.

Ao se me abrir a segunda porta, me voltou aquela sensação de insegurança e medo do que veria após percorrer um corredor que me levaria a um vão livre, no qual havia mais duas portas ou %capas+ (termo usado, no sistema prisional, para determinar esse objeto): uma de acesso à cozinha da unidade prisional, e, a segunda, a que me causaria a maior aflição, porque, entrando ali, eu cruzaria mais um corredor e, quando a porta no final desse corredor se abrisse, eu estaria no regime fechado daquela instituição. Naquele momento, como todo cidadão munido de senso comum, acreditava que meus olhos presenciariam ao se abrir aquela porta, os horrores de um sistema prisional brasileiro, com celas superlotadas, mau cheiro, homens me olhando com desconfiança e que logo me perguntariam se eu era médico, advogado ou algum funcionário do sistema prisional. No entanto, veio aí mais um prazeroso espanto: não havia corredores com celas frias e superlotadas, muito menos aquele mau cheiro característico de um sistema prisional comum, que levam muitas pessoas a dizerem "que prisão é cemitério de gente viva". Pelo contrário, havia, ali, um pátio gramado com uma bela árvore, entre outras plantas e flores e pessoas sem aquele uniforme vermelho estigmatizante, que rotula o indivíduo de criminoso.

Parte do que vi pode ser visto na FIG. 01 a seguir.



FIGURA 1 - Domingo de visitas. Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva.

Diante daquele cenário, toda a minha concepção sobre presídio se desconstruiu e mais dúvidas e questionamentos surgiram sobre o %al sistema prisional humanizado APAC+. Como, naquele período, em 2013, eu era analista de Educação do SESC Minas, considerei que direcionaria alguns projetos educacionais a aquela instituição prisional %encantadora+.

Nesse processo, meu orientador acadêmico de mestrado, tendo constatado meu envolvimento com aquela proposta prisional e diante da negativa da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais quanto à realização da minha pesquisa no Centro Socioeducativo de Ribeirão das Neves . do qual fui funcionário em determinado momento da minha vida . , sugeriu-me trocar meu local de pesquisa, uma vez que meu tema continuaria abordando os mesmos sujeitos: jovens encarcerados.

Essa troca de local que, a princípio, me parecia uma perda, acabou se tornando um ganho porque, naquela altura, os apenados não me enxergariam mais como um pesquisador da UFMG, mas como o %Walesson do SESC+, pessoa que vinha se dedicando a levar a eles projetos relativamente interessantes e que, além disso, lhes proporcionava possibilidades de auferirem remição das penas. Como salienta Willis (1991), o pesquisador, ao passar por um período relativamente significativo junto aos pesquisados, ao conviver e (com)partilhar valores do grupo investigado, torna-se (mais) sensível para identificar significados e, potencialmente, mais capaz de representar e interpretar melhor as articulações, práticas e formas simbólicas das produções culturais do contexto estudado. Diante dessas considerações, a troca de

instituição implicou ganho significativo para a minha investigação, bem como o vínculo estabelecido com os jovens, funcionários e diretoria da instituição, com o devido cuidado para não atrapalhar a rotina do local, tentando, sempre, contribuir para o fortalecimento das atividades ali realizadas.

Dando continuidade a esse processo de inserção no campo de pesquisa, meu orientador de mestrado, Prof. Walter Ude, membro do Observatório Nacional do Sistema Prisional - ONASP, decidiu levar-me em duas visitas que faria a unidades prisionais convencionais do Estado de Minas Gerais, a saber, a Penitenciária Francisco Sá - PFS, unidade prisional de segurança máxima localizada na cidade de mesmo nome, e o presídio Alvorada - PRALV, no município de Montes Claros, ambos no Norte do Estado. Na primeira, tive a oportunidade de conhecer o RDD - Regime Disciplinar Diferenciado, um regime muito desumano, no qual o detento passava até um ano preso em uma cela de dois metros por três, sozinho e com contato mínimo com outros seres humanos. Além disso, a entrega dos marmiteix lhes era feita por meio de uma tábua, sobre ponta da qual o agente penitenciário colocava a marmita, levando-a até chegar próximo da porta da cela, para que o preso pegasse a sua alimentação. Ah, e se um marmiteix caísse, o problema seria do apenado! Essas visitas me proporcionaram um choque, porque a penitenciária e o presídio visitados eram completamente diferentes de uma unidade prisional APAC, a começar pela forma de tratamento destinada a nós pelos funcionários dos presídios, já que, mesmo tendo meu orientador acadêmico apresentando todos os documentos referentes à sua condição de membro do ONASP, percebiam-se, ali, atitudes de desconfiança por parte dos profissionais daquelas instituições prisionais tradicionais. Em momento algum, por exemplo, nos permitiram conversar sozinhos com os apenados e apenadas que visitávamos.

Percebi, então, nítidos contrastes entre o sistema prisional clássico, estigmatizante e punitivo, e o sistema prisional APAC, que apresentava uma abordagem que entendia e tratava o sujeito como um ser humano, mesmo havendo algumas contradições nas suas propostas metodológicas. Constatei, também, que o sistema convencional consome um valor exorbitante dos cofres públicos e que não cria possibilidades sociais reais de (re)inclusão social; pelo contrário, resulta em alto de reincidência criminal. Contudo, deixo claro meu

posicionamento quanto aos sistemas prisionais, seja ele socioeducativo, clássico ou apaqueano; ou seja: todos se caracterizam como sistemas punitivos. Embora as APACs apresentem acomodações e atividades mais confortáveis, não deixam de representar um lugar de encarceramento para quem cometeu um delito. Por isso, vale a pena se debruçar sobre elas, visando à compreensão desse sistema que, admita-se ou não, é o que mais se aproxima da valorização dos . e de respeito aos . direitos humanos.

Sendo assim, no próximo tópico, apresento um histórico da instituição, historicizando, minimamente, a construção dessa proposta diferenciada em relação ao sistema prisional comum, para, em seguida, avaliar até que ponto apresenta rupturas ou desenvolve práticas punitivas características do sistema convencional.

1.1 QUANTO AO HISTÓRICO DE SURGIMENTO DA APAC

Aqui entra o homem, o delito fica lá fora.
Frase em parede do presídio APAC atribuída a Mario Ottoni

A APAC surgiu no início da década de 1970, com um grupo da Pastoral Carcerária da Igreja Católica, em São José dos Campos - SP, que fundou uma associação com a sigla APAC, que significava, naquele momento, "Amando ao Próximo Amamos a Cristo". Essa associação, posteriormente, ganharia personalidade jurídica própria e, por se constituir em um Estado "laico", passaria a se chamar Associação de Proteção e Assistência ao Condenado. Trata-se entidade civil de direito privado que se ocuparia ao trabalho de reeducação e reintegração social dos apenados com penas de privação de liberdade. Essa instituição se valeria de um método próprio, chamado de valorização humana vinculado à evangelização da população carcerária. Entre os seus propósitos, de maneira vasta, contempla a proteção da sociedade, a efetivação da justiça e o amparo às vítimas.

Em 1974, essa entidade criada pelo grupo da Pastoral Carcerária ganhou personalidade jurídica; manteve a sigla APAC, mas o seu significado passou a ser o que prevalece atualmente, tornando-se, assim, uma Organização Não-Governamental - ONG que administraria a execução penal.

No ano em que adquiriu personalidade jurídica, também conquistou a oportunidade de administrar o presídio Humaitá, localizado na mesma cidade de sua criação. Com isso, tem-se a primeira oportunidade de se avaliar o método apaqueano. Assim, nasce a APAC, com o objetivo de melhorar as condições de vida dos encarcerados, diminuir a violência contra os detentos e humanizar a execução da pena, conforme revela seu idealizador:

[...] o que mais deve preocupar é a maneira de se executar a pena, os cuidados dispensados ao **penitente** [Grifo meu.]. Pena e prisão se aliam, passam a ter sentido humano [...] o Estado realiza, agora na prisão, durante o cumprimento da pena, tudo quanto deveria ter proporcionado ao cidadão, em época oportuna e, criminosamente, deixou de fazê-lo. (OTTOBONI, 1997, p. 16)

Respeitadas as determinações legais, a APAC utiliza várias estratégias para a ressocialização (o conceito de ressocialização é da APAC; prefiro trabalhar com o conceito de inclusão social, mesmo ciente de que também ele apresenta armadilhas) do apenado, sendo que parte delas se diferencia das que são inerentes ao sistema convencional. Um bom exemplo disso é a progressão de regimes, já que, no sistema comum, o preso ganha um dia de remição a cada quatro dias de trabalho e, na APAC, essa proporção cai para três dias de trabalho. Sua organização se estabelece por meio de um modelo hierárquico de funções, com responsáveis sempre escolhidos por votos diretos dos detentos, sendo que as atribuições de cada um dos condenados são distribuídas entre eles. Nesse aspecto, dependendo da função que o recuperando for exercer, ele ficará responsável por avaliar o comportamento de seus companheiros de cela. Cada uma delas é ocupada por cinco encarcerados e sempre um deles terá a função de representá-los nas assembleias gerais. Nesse contexto, o acesso aos benefícios e equipamentos da APAC tem por referência e condição *sine qua non* o bom comportamento do apenado, para que seja definido, por exemplo, qual pavilhão terá permissão para, durante uma semana, utilizar uma TV de tela plana e direito a assistir ao campeonato brasileiro de futebol.

Por condescender com os princípios da Igreja Católica relativos à condição de um prisioneiro, o método tem por filosofia ~~matar~~ salvar o homem, frase que pode ser vista facilmente nas paredes de qualquer

unidade prisional APAC. Isso nos permite inferir que a metodologia aplicada entende o cumprimento da sentença como um período de penitência. Nessa corrente, o criador do método afirma que:

[o] presídio não pode e não deve ser transformado num recanto de **lazer** onde o delinquente se **sinta de férias**. Não devemos nos esquecer que o **sofrimento** nos conduz à reflexão e facilita nosso encontro com a realidade, aproximando-nos de Deus. (OTTOBONI, 1978, p. 22)

Diante dessas prerrogativas, vale a pena elencar os 12 (doze) pilares ou elementos fundamentais que compõem o método criado por Mário Ottononi, que determinam quais são as formas da execução de sua proposta:

- “ participação da comunidade;
- “ recuperando ajudando recuperando;
- “ trabalho;
- “ **religião**;
- “ assistência jurídica;
- “ assistência à saúde;
- “ **valorização humana**;
- “ a família;
- “ o voluntário e sua formação;
- “ Centro de Reintegração Social;
- “ mérito; e
- “ **Jornada de Libertação com Cristo** (MINAS GERAIS, TJMG, 2009).

A Constituição Federal é entendida como um pilar da sua proposta, a qual, em seu artigo 5º, determina que a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado+ (BRASIL, 1988). Além disso, a APAC uma instituição adjuntória aos Poderes Executivo e Judiciário no que diz respeito ao cumprimento de penas e tem seu estatuto em conformidade com o Código Civil e com a Lei de Execução Penal - LEP. Dessa maneira, a APAC assiste o

Estado na administração da execução de penas de privação de liberdade, nos regimes fechado, semiaberto e aberto.

Dentro desse processo, os condenados recebem tratamentos assistencial, jurídico, médico, psicológico e espiritual diretamente de voluntários da comunidade. No sistema prisional comum, essas assistências são prestadas por profissionais contratados, os quais são denominados técnicos. Essa participação ativa da comunidade e dos detentos permite à instituição ter um número ínfimo de funcionários. No que se refere aos profissionais de segurança . que, no sistema comum, são chamados de agentes penitenciários, sendo constituídos por homens e mulheres fortemente armados, com indumentária característica, composta por coturnos, coletes à prova de balas, blusas camufladas e quepes . , nas APACs, esses profissionais são chamados de %inspetores de segurança+ e têm como uniforme apenas uma blusa simples, com a logomarca da instituição. Nada de coturnos militares e quepes e, muito menos armas de fogo; porém, a segurança e a disciplina são levadas a sério, tanto quanto no sistema comum. Cumpre salientar, porém, que, apesar disso, na APAC não há violência física, maus-tratos ou mortes, como nos presídios e penitenciárias brasileiras do sistema convencional de execução de penas de privação de liberdade.

Quando necessitam de atendimentos médicos externos, os apenados do regime semiaberto saem dele sem algemas, escoltados por inspetores de segurança e acompanhados de outros detentos, sob o mote de que estão %escoltados por Cristo e algemados pelo coração+. Se, porém, a saída for de um condenado do regime fechado, algemas são usadas; porém, a escolta permanece da mesma maneira; ou seja: um inspetor de segurança seguido de encarcerados do regime semiaberto. Cumpre-me destacar que, apesar de seus princípios metodológicos, a APAC não funciona de forma homogênea em todas as unidades, nas distintas cidades em que está presente.

Outra coisa que me chamou atenção foi o modo como os apenados são chamados, já que todos são tratados pelos seus próprios nomes, com o que se reestabelecem as identidades %perdidas+ no sistema prisional comum, no qual são denominados pelos seus números do INFOPEN¹. Evidentemente,

¹ Infopen - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias

"nem tudo são flores+, porque outra nomenclatura usada para se referir aos encarcerados da APAC que me causou certo incômodo . e que está em consonância com o método apaqueano . é o tratamento deles como recuperandos, termo muito utilizado no cotidiano dessa instituição. Trata-se de uma visão linear de reversibilidade de um tempo no qual o sujeito tinha um corpo e uma mente limpos e sem maldade e que, agora, necessitam ser recuperados, devido às sujeiras ou às manchas (dos pecados, se considerarmos aspecto da religião hegemônica nas APACs) causadas pelos delitos cometidos. Isso evidencia um tipo de maniqueísmo em que é possível viver apenas dois estados de vida: uma forma inicial, imune às tentações, e, outra, suja pelo mal de um tempo perdido. Desse modo, não representa uma maneira complexa de se compreender o fenômeno por meio de uma articulação que integra o crime de forma ressignificada na construção da subjetividade do sujeito, porque a tensão entre a loucura e a racionalidade faz parte da constituição do ser humano e essas são duas dimensões que se articulam quando há possibilidade de produção de processos reflexivos e materialização de projetos de vida (MORIN, 1996). Diante disso, não considero apropriado o uso desse termo (%ecuperando+), porque compreendo ser viável recuperar apenas peças de equipamentos mecânicos e objetos que serão substituídos nas engrenagens de uma máquina artificial. O idealizador do método, porém, o advogado Mário Ottoboni, por sua formação linear, tem a seguinte explicação:

vê-se, desde logo, que o uso dos termos reeducando, interno e educando para designar os presos é impróprio. Reeducando significa, em última análise, aquele a quem se reeduca. Ora, somente se reeduca quem foi educado e que, por qualquer motivo, se esqueceu das normas da boa convivência. Na verdade, o condenado não teve uma educação conveniente, adequada para conviver na sociedade. A experiência nos tem ensinado que o condenado não esqueceu as normas dos bons costumes, simplesmente não as conheceu. O meio

O banco de dados contém informações de todas as unidades prisionais brasileiras, incluindo dados de infraestrutura, seções internas, recursos humanos, capacidade, gestão, assistências, população prisional, perfil das pessoas presas, entre outros. O Infopen é um sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro, atualizado pelos gestores dos estabelecimentos desde 2004, que sintetiza informações sobre os estabelecimentos penais e a população prisional. Em 2014, o Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN reformulou a metodologia utilizada, com vistas a modernizar o instrumento de coleta e ampliar o leque de informações coletadas. Fonte: <http://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias> Acesso: 31 de março de 2018.

ambiente familiar e as imagens deformadas não o levaram a descobrir as regras da sociabilidade, da educação relacionada com o respeito, os bons princípios, a moral, a religião, a profissão etc. (OTTOBONI, 1997, p. 100).

Verifica-se, na fala do senhor Ottoboni, que ele individualiza a responsabilidade criminal, porque atribui ao apenado total desconhecimento em relação aos preceitos sociais. Seria uma ideia que concebe o indivíduo como uma *tabula rasa* em termos de socialização e sociabilidade, portador de baixo capital cultural. Em outro momento, o criador do método apaqueano afirma algo que possivelmente seja um eufemismo do método: %N Uma proposta de valorização humana, é admissível o eufemismo recuperando para evitar o uso dos termos preso, interno, condenado ou sentenciado, os quais, embora verdadeiros, não deixam de chocar e depreciar o ser humano+ (OTTOBONI, 1997, p. 99).

Ainda assim, percebi, na APAC, propostas de nível educacional, porque os recuperandos eram os responsáveis por preparar suas refeições, desde o café-da-manhã, almoço e lanche da tarde, assim como o jantar. Usavam garfos, facas, louças e copos de vidro em suas refeições. Além disso, realizavam a faxina do prédio, poda de plantas e manutenção do prédio (pintura, reboco, instalações elétrica e hidráulica), entre outras atividades cotidianas da instituição, sendo algumas delas executadas com equipamentos que poderiam ser usados como armas ou instrumentos de fuga, como tesouras de jardinagem, enxadas, picaretas, facões, alicates, martelos e chaves de fenda, entre outras ferramentas.

No que tange à população carcerária de uma unidade prisional APAC, cumpre salientar que ela nunca pode ser superior ao número de duzentos apenados, conforme os princípios da sua constituição. Nesse sentido, cabe destacar que essas casas de detenção, por não contarem com profissionais de segurança armados, tornam-se locais de grande vulnerabilidade a ataques externos. Além disso, a aplicação do método a um número reduzido de detentos faz com que a sua proposta seja mais viável, uma vez que possibilita maior controle dos pilares do seu sistema de normas.

Outro item que merece destaque, dentro da metodologia apaqueana é a prática da municipalização do cumprimento da pena, porque estabelece

como meta oportunizar contatos entre família e detento. Na prática, todavia, esse preceito nem sempre era contemplado, devido à diversidade do público atendido, já que alguns eram oriundos de municípios distantes; outros, por sua vez, apresentavam determinados conflitos familiares que dificultavam maior integração entre eles e suas redes familiares, bem como problemas de ordem econômico-financeira que impossibilitavam o deslocamento de seus familiares até o sistema prisional.

Quanto aos elementos que compõem o método, observei que o lazer não se configura como uma atividade constitutiva do processo ali proposto e implementado. Diante disso, decidi verificar como essa dimensão se expressava no cotidiano da APAC pesquisada em interface com a religião, porque ela representa um conteúdo relevante para o criador da proposta, uma vez que, entre os seus doze elementos ou pilares fundamentais, o elemento religioso aparece claramente no quarto e décimo segundo pontos, e fica subentendido no sétimo. Na unidade em que pesquisei, percebi que os funcionários tinham religiões variadas. Quando, porém, os interpelei acerca do processo seletivo, em termos das crenças religiosas dos apenados, se esse item era avaliado, todos, sem exceção, negaram que essa pergunta era formulada. Quando, porém, interpelei os detentos, a maioria deles disse que, ao chegar a APAC, lhe era perguntado o seguinte: que religião você segue: católica ou evangélica? Diante dessa evidência, percebe-se que uma terceira religião não seria facilmente aceita dentro da instituição, constituindo esse fato premissa indicativa de que não havia laicidade na prática de seus métodos.

Curiosamente, as práticas religiosas nas APACs eram tratadas como atividades da ordem da espiritualidade, mas, contraditoriamente, era visível que se cultuava a religiosidade adotando-se a evangelização como missão para estimular a transformação moral dos indivíduos. A propósito, de acordo com Rodrigues (2013), uma maneira de se verificar religiosidade:

[õ] é compará-la à religião formalizada, com doutrina organização eclesial e clero profissional. A religiosidade popular, ao contrário, caracteriza-se por uma crença ou doutrina pouco definida, fraca e principalmente por ausência de organização eclesial e um maior protagonismo laico. (RODRIGUES, 2013, p. 40).

Nesse aspecto, a prática religiosa na instituição era formalizada por meio da presença de pastores evangélicos e, com menor intensidade, de padres católicos, e constatei que a maioria da população encarcerada dessa unidade se declarava evangélica.

Era muito notória a presença ativa da religiosidade em vários momentos da aplicação do método, tornando-se ela parte significativa do cotidiano da instituição. Em quase todas atividades, a religião estava presente: nos momentos das palestras de valorização humana, nos seminários, nas palavras usadas pelos próprios detentos para auxiliar na alfabetização dos demais colegas, nas refeições diárias e em outros contextos. Quanto a essa particularidade, Mário Ottoboni a justifica desta forma:

[...] Sabemos das dificuldades inerentes à sensibilização de tantas pessoas, sem que se busque como a APAC faz, engajamento e apoio na Igreja, principalmente a Católica, despertando voluntários para a Pastoral Penitenciária, com estímulo do clero. [...] (OTTOBONI, 1997, p. 55)

Nesse encadeamento de ideias, discutidas por Ottoboni em seu livro *Ninguém é irrecuperável*, ele diz que, %a APAC sempre procura incutir no preso a necessidade de o homem ter uma religião, crer em Deus, amar e ser amado, respeitando a crença religiosa de cada um+(OTTOBONI, 1997, p. 62).

Configurado esse cenário, tentei entrevistar o Presidente da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados - FBAC, órgão que tem por competência a inspeção do método nas APACs, visando assistir, manter a unidade e orientar as associações. Nesse momento, procuraria obter informações adicionais, autorizadas, acerca da religiosidade no sistema APAC.

Foi muito difícil encontrar uma brecha na agenda desse líder; levei dois anos para conseguir a entrevista, a qual apresentarei no capítulo metodológico. Enquanto aguardava esse dia, busquei informações adotando outras estratégias, tendo recorrido a outros responsáveis que pudessem também conversar comigo sobre o tema. Tive, então, a oportunidade de dialogar com o gestor do método APAC, em uma rápida conversa que não tive a oportunidade de gravar e que não durou mais do que trinta minutos, em uma das APACs. Ela foi, porém, suficientemente esclarecedora, para mim, quanto à visão da Fraternidade Brasileira com relação à questão da religião. Saliento, a

propósito, que o gestor do método APAC é a segunda pessoa na hierarquia da FBAC, sendo responsável pela execução monitorada da proposta dentro das APACs.

Na entrevista com esse gestor, para minha surpresa, ele afirmou que *“a religião é hoje o grande câncer das APACs”*, porque, segundo ele:

algumas questões precisam ser revistas no método, pois, o mesmo, foi criado ainda no século passado, em um contexto prisional diferente do atual, e que o fato de ter orações todos os dias, por exemplo, merece ser revisto, uma vez que a pessoa livre, geralmente só frequenta a igreja uma vez por semana. (N.C.C. maio/2017).

Outro aspecto destacado por esse entrevistado foi a referência aos percentuais de evangélicos e católicos que compõem a população do sistema. Na visão desse gestor, se uma das APACs apresentar um número maior de evangélicos, "alguma coisa está errada".

Os princípios dessa instituição, porém, não permitem que as APACs tenham presidentes padres e pastores, para que não ocorra um declínio ou tratamento tendencioso para um lado ou outro. Ficou evidente, na fala do entrevistado, que, nas APACs, o espaço maior para a fé era destinado a católicos e evangélicos, em detrimento de outras matrizes religiosas, como as de origem africana.

Feitas essas observações, passo ao tópico seguinte, no qual apresentarei o fundador do método APAC, em item preparado com o intuito de compreender como surgiu a ideia de se criar o método APAC a partir de alguns aspectos da história de seu principal fundador.

1.2 BREVE HISTÓRICO DO FUNDADOR DO MÉTODO

O senhor Mario Ottoboni, nascido em 11 de setembro de 1931, na cidade de Barra Bonita, no Estado de São Paulo, tornou-se reconhecido advogado, em nível nacional e internacional, por ser um dos grandes responsáveis pela criação do método APAC. Foi na década de 1970, quando atuava juntos a outros militantes da Pastoral Carcerária, na cidade onde reside até hoje, São José dos Campos - SP, que iniciou seus trabalhos jurídicos e

religiosos junto à população carcerária. Nessa mesma década, Ottoboni passou a atender juridicamente detentos das camadas empobrecidas, sem lhes cobrar honorários.

O compartilhamento de diferentes processos judiciais e o seu envolvimento e experiências vivenciadas como membro da Pastoral Carcerária suscitou várias indagações sobre o sistema prisional daquela época. Diante do que vivenciou, sentiu-se provocado a criar o método, muito marcado por ideias fundamentadas na libertação em Cristo, alicerçada na fé católica, já que, naquela época, aquela Pastoral já se inspirava nos pressupostos da Teologia da Libertação. Nesse aspecto, a primeira unidade prisional desse método foi nomeada com a expressão "Amorando o Próximo Amará Cristo", sendo que, em 1974, passou a se chamar Associação de Proteção e Assistência aos Condenados e, posteriormente, criou-se a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados - FBAC.

Ottoboni é, também, autor de vários livros; talvez, o mais famoso seja *Vamos matar o criminoso?*. Todo o seu trabalho sempre foi voltado e embasado na doutrina católica.

Essas, porém, essas informações reduzidas, não autorizando, por si, que se estabeleça uma relação entre a sua história pessoal e social e a criação da APAC. Fica a dúvida, por exemplo, sobre se ele e a Pastoral Carcerária foram afetados pela Teologia da Libertação, que fundamentou a criação das pastorais na Igreja Católica. Outra: esse caráter religioso do Sr. Ottoboni produziu uma visão caritativa e assistencialista ou tinha também um caráter político libertador? Essas são questões que, durante a investigação, não consegui responder. Tentei, por muitas vezes, contato com o senhor Ottoboni; foram ligações telefônicas para a sua casa, envios de *e-mails*, idas a congressos onde ele faria apresentações, mas, mesmo assim, não obtive sucesso. Parece-me que existe, hoje, uma "atmosfera" de proteção ao redor desse senhor. Algumas pessoas com quem conversei me disseram que isso se dá devido à saúde frágil que ele tem atualmente, aos 87 anos.

Feitas essas breves considerações acerca de Mário Ottoboni, apresentarei, no tópico a seguir, a história de um outro personagem que se tornou um mito no processo de criação do método APAC, tanto que, hoje, tentam beatificá-lo junto ao Vaticano.

1.3 O MITO FRANZ DE CASTRO HOLZWARTH

Outra pessoa muito importante na história da APAC foi Franz de Castro Holzwarth, nascido em 18 de maio de 1942, em Barra do Piraí, no Estado do Rio de Janeiro, sendo que, posteriormente, se mudou para Jacareí, no interior de São Paulo. Nessa cidade, iniciou sua formação superior em Direito e, também, carreira como assistente administrativo no Juizado de Direito. Conforme informações disponíveis no *site* da FBAC, iniciou, em 1968, sua carreira como jurista. De acordo com essa mesma fonte, porém, um ano antes de se tornar profissional da área jurídica, relatou a um vigário local o seguinte: "Entretanto, o que importa para mim na vida é Cristo, e levá-lo aos outros como sacerdote. Há, em mim, um desejo de doação total. Espero em Deus que se faça sua vontade. Estou disposto para o que Ele me chamarõ +

Diante desse desejo, dirigiu-se a Taubaté - SP, estudar no Convento Sagrado Coração de Jesus, tornando-se um diácono da Igreja Católica. Nessa empreitada religiosa, foi designado a evangelizar detentos e foi nesse trabalho evangélico que sua trajetória de vida se cruzou com a da APAC e com a de Mário Ottoboni, em 1973 em trabalhos da pastoral carcerária. Franz passou, então, a dedicar todo o seu tempo à evangelização de apenados, abandonando, de vez, sua profissão inicial.

Em 1981, aconteceu uma rebelião na cadeia pública de Jacareí - SP e, diante da tensão provocada por aquele conflito, Franz e Ottoboni foram chamados a mediar a negociação entre detentos, policiais e juristas. Um policial militar era mantido refém e Franz se dispôs a trocar de lugar com o policial. A mediação, porém, não obteve êxito; desencadeou-se uma troca de tiros entre os detentos e os militares, e, atingido, Franz de Castro Holzwarth, que estava dentro de um veículo que seria usado para a fuga dos prisioneiros, foi a óbito.

Esse fato tornou Franz de Castro Holzwarth um mártir da causa apaqueana; tanto que, em 2009, a Diocese de São José dos Campos propôs um processo de canonização desse personagem histórico que se sacrificou em defesa dos oprimidos e daquela proposta libertadora. Entre outras homenagens

de reconhecimento, seus restos mortais foram trasladados para a Igreja Matriz de São José dos Campos, onde aguarda o resultado do seu processo de canonização junto ao Vaticano (FBAC, 2017).

Esses dados, coletados no *site* da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados, que apontam Franz como mártir, me remetem aos conceitos do norte americano Joseph Campbell, estudioso de Mitologia e Religião Comparada, quando trata da construção dos heróis, conforme se lê abaixo:

O líder deve ser analisado como aquele que percebeu o que podia ser realizado e fez. Ele se dá conta do inevitável e se coloca à sua frente. O herói além de ser um líder possui um objetivo, ética, moral e se coloca à frente para salvar uma ideia, um povo ou uma pessoa. O herói se sacrifica por algo. Ele é movido por alguma coisa, não vai em frente apenas por ir... (CAMPBELL, 1990, p. 135).

Na concepção do psicossociólogo e sociólogo clínico francês Eugène Enriquez, no processo de compreensão da instância mítica de análise de uma organização, afirma que é natural que uma instituição queira preservar seus princípios e valores, o que pode lhe permitir relevante destaque comparativamente a outras organizações já existentes ou que possam surgir. Feita essa observação, é legítimo presumir que, talvez, seja esse o motivo de se manter viva a história de Franz de Castro e de se buscar a sua canonização. Esse senhor se tornou o prior dos valores da Fraternidade, assim como das APACs. Isso posto, destaco o que afirma Enriquez:

a organização não pode viver sem segregar um ou alguns mitos unificadores, sem instituir ritos de iniciação, de passagem e de execução, sem formar os seus heróis tutelares (colhidos com frequência entre os fundadores reais ou os fundadores imaginários da organização), sem narrar ou inventar uma saga que viverá na memória coletiva: mitos, ritos, heróis, que têm por função sedimentar a ação dos membros da organização, de lhes servir de sistema de legitimação e de dar assim uma significação preestabelecida às suas práticas e à sua vida. (ENRIQUEZ, 1997, p. 34)

Percebe-se, assim, a necessidade da FBAC de preservar a memória desse mártir, porque, de certo modo, esse herói exerce um poder simbólico de controle sobre todos os que participam das instituições FBAC e APACs. O mito fundador produz uma consistência que unifica o coletivo num

propósito a ser defendido e perpetuado, mesmo diante de mudanças causadas por intercorrências históricas, jurídicas, econômicas, sociais e culturais.

No próximo tópico, apresento a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados - FBAC, que tem por função instituída de assistir, fiscalizar, orientar, e fazer cumprir a metodologia apaqueana. Contudo, percebe-se que a APAC se organiza em torno de uma mística religiosa de origem católica.

1.4 QUANTO À FRATERNIDADE BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS - FBAC

A Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados - FBAC, como informei, foi criada em 1975, constituindo-se como uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, destinada a adunar as APACs, mantendo a unidade de propósitos do método apaqueano junto às suas filiadas, além de assessorar as APACs criadas em outros países.

A repercussão do método apaqueano atingiu países de outros continentes, sendo que a cidade de São José dos Campos, no interior do Estado de São Paulo sediou, em 1990, um evento intitulado Conferência Latino-Americana, que abordou aspectos do sistema prisional, e que contou com representantes de 21 países, todos interessados em conhecer o método de trabalho das APACs. Os impactos dessa Conferência Latino-Americana, segundo Weber (2017, p. 35), despertou interesse dos Estados Unidos, já que, no ano seguinte, publicaram um relatório sobre o Método APAC. Nesse documento, afirmava-se que esse método poderia ser aplicado com êxito em qualquer país do planeta. A partir daí, ainda conforme afirma Weber, dois anos após a divulgação desse relatório estadunidense, a emissora inglesa de televisão BBC produziu um documentário sobre o Método APAC, que foi veiculado em vários países da Europa e da Ásia. De acordo com alguns membros da FBAC entrevistados, essa ação motivou a criação de várias APACs, tanto no Brasil como em outros países. Diante dessa efervescência de interesses e da emergência de novas unidades, surgiu a necessidade de criação da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados - FBAC.

Inicialmente, essa instituição ficou sediada no interior de São Paulo, entre 1995 e 2004, quando, por ocasião do V Congresso Nacional das APACs, a sede da FBAC foi transferida para a cidade de Itaúna, em Minas Gerais. Essa mudança foi pertinente, considerando-se que foi em Minas Gerais onde realmente essa proposta se expandiu e se consolidou, conforme comprovam os gráficos a seguir.

Seguindo os princípios constitutivos do método apaqueano, a FBAC adotou como visão norteadora da sua função social: %humanizar o cumprimento das penas privativas de liberdade, oferecendo ao condenado condições de recuperar-se e, ainda, proteger a sociedade, socorrer as vítimas e promover a Justiça restaurativa+(FBAC, 2016, p. 22)

Dentro do seu conjunto de propósitos, elegeu como missão: %congregar as APACs do Brasil e assessorar as APACs do exterior, mantendo a unidade de propósitos das Associações, e orientar, assistir, fiscalizar e zelar pelo fiel cumprimento da metodologia APAC+(FBAC, 2016, p. 22). Aqui, fica evidente a preocupação da FBAC em salvaguardar os princípios que fundamentam a sua metodologia, visando garantir os elementos básicos que configuram a sua identidade.

A crença de que esse método merece ser difundido estabeleceu como meta: %consolidar as APACs existentes e desenvolver estratégias para implantação do método APAC em todas as comarcas do Brasil+(FERREIRA, OTTOBONI, 2016, p. 50)

A Prison Fellowship International - PFI . organização consultora da ONU para assuntos penitenciários, com sede em Washington - EUA . mantém 123 países filiados em todo o mundo, sendo que um deles é o Brasil, o qual é representado pela Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados - FBAC. Essa dimensão internacional revela que o método APAC conquistou reconhecimento em vários países, tornando-se foco de constantes visitas de governos, pesquisadores e ativistas estrangeiros. Sendo a FBAC filiada à PFI, essa instituição internacional divulgou a proposta do método APAC em nível mundial. Entre as atividades de formação desenvolvidas pela FBAC, está o Programa %Viagem do Prisioneiro":

o qual é aplicado em todas as APACs. O referido programa é projetado para ser um programa replicável de formação, estruturada espiritualmente, que apresenta aos prisioneiros Jesus Cristo e sua Igreja e convida-os a entrar ou a renovar um relacionamento com Ele. O PVP é construído em torno de um estudo de 8 semanas que ficou conhecido como "O Curso" e que foi projetado especificamente para o ambiente prisional. (FERREIRA, OTTOBONI, 2016, p. 39).

Em meu trabalho de campo, durante minha pesquisa na APAC estudada, presenciei, em 28 de agosto de 2017, um grande evento organizado para se certificar se os recuperandos haviam concluído, na referida unidade, o curso "A Viagem do Prisioneiro". Esse evento contou com a participação de diretores e apenados de outras unidades da APAC, com a representante da Prison Fellowship International na América Latina, com o Coordenador do Programa no Brasil e com representantes da Secretaria de Estado de Defesa Social do Estado de Minas Gerais, porque, além da certificação para os participantes, foi celebrado um acordo entre o Governo do Estado de Minas Gerais e a Prison Fellowship International para que essa instituição divulgasse a todas as penitenciárias e presídios do Estado a importância do curso supracitado.

Isso posto, apresento, em seguida, considerações sobre as atividades desenvolvidas pela FBAC, para que o leitor tenha uma visão das suas atribuições, conforme o *site* oficial da instituição:

- promover Congressos para estudo dos problemas que envolvem o cumprimento de pena no Brasil;
- fornecer subsídios para aprimorar a legislação nacional na área da execução da pena;
- oferecer cursos e seminários sobre o Método APAC;
- acompanhar o processo de implantação de novas APACs;
- assistir juridicamente as APACs;
- realizar visitas de campo e inspeções nas APACs;
- promover cursos para funcionários e voluntários;
- acompanhar visitantes explicando-lhes o Método APAC;
- envidar esforços para manter a unidade de propósitos e manter acesa a chama do ideal;

- publicar o *newsletter* "APAC em Notícias" com o objetivo de noticiar as atividades realizadas pelas APACs, bem como seus projetos, artigos, e outros.

Fonte: <www.fbac.org.br>. Acesso em: 23 jul. 2017.

Esses pontos levantados acima oferecem um panorama das atribuições da FBAC, que se responsabiliza por manter e aplicar seus princípios fundamentais, embora a realidade não seja linear e homogênea, tornando-se um exercício que não se estabelece sem o enfrentamento de alguns conflitos. De toda maneira, é curioso destacar que a FBAC só foi criada vinte depois da inauguração da primeira APAC (09 de julho de 1975), quando se considera o seu poder regulador frente ao desenvolvimento das unidades do sistema.

No próximo tópico, apresento a organização das APACs. Saliento que, em todos os tópicos apresentados até aqui, conteúdos relativos a religião sempre atravessaram, de alguma maneira, seus pilares fundamentais, de forma explícita ou implícita.

1.5 QUANTO À ORGANIZAÇÃO DAS APACs

Todas as APACs são orientadas por um Estatuto Social, sendo que o primeiro foi aprovado na abertura da primeira APAC (a unidade de São José dos Campos - SP, que é conhecida hoje como APAC-Mãe), constituindo-se em referência para todas as demais. Esse primeiro documento teve como um de seus elaboradores o advogado Mário Ottoboni, jurista religioso, católico, que participou da construção do método.

Baseada nesse estatuto, uma unidade prisional APAC se organiza a partir da constituição de quatro grupos, a saber: o *primeiro grupo* leva o nome de grupo de sócios fundadores, sendo formado por pessoas que assinam a primeira ata de criação da nova unidade APAC; o *segundo grupo*, denominado de grupo dos sócios natos, é formado pelo juiz corregedor dos presídios do Estado onde a unidade prisional APAC se localiza, o promotor de justiça da

vara onde se localiza a unidade, um advogado que represente a secção local da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e o diretor-presidente da APAC que está sendo criada. O *terceiro grupo* é o dos sócios beneméritos, pessoas que tenham sido indicadas pela diretoria ou pelo conselho deliberativo por terem realizado algo relevante pela instituição. Por fim, o *quarto grupo* é composto por pessoas que contribuem mensalmente, com uma ajuda financeira, com uma mensalidade estabelecida pela diretoria. Esses últimos membros são denominados sócios contribuintes. Nesses cinco anos que pesquisei uma APAC, porém, nunca tive notícias da existência desse quarto grupo nessa unidade e, pelo que percebi, essa ausência não gerava dificuldades para a manutenção da unidade pesquisada. Essa constatação de uma disposição prescrita pelo método da APAC que não era cumprida me leva a pensar sobre a necessidade de atualização da proposta original feita por Ottoboni, durante os anos iniciais da década de 1970.

A constituição de uma unidade APAC se dá a partir de uma Assembleia-Geral, com poder de eleger ou destituir diretorias, alterar estatuto e aprovar ou não as prestações de contas, e a cópia da ata de fundação de uma APAC deve ser enviada à Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados - FBAC, que tem o poder de emitir parecer favorável ou não sobre a viabilidade do registro em cartório de uma nova APAC (FERREIRA; OTTOBONI, 2016). Existem, ainda, outras instâncias de uma unidade prisional APAC que compõem seu organograma, sendo elas: o Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal (VARGAS, 2011), as quais pretendo apresentar posteriormente.

Dentro da hierarquia de uma APAC, o conselho deliberativo apresenta poder "soberano" e tem mandato de quatro anos, sendo composto por quinze membros efetivos oriundos dos quatro grupos que compõem a APAC. A mesa diretora desse conselho será sempre presidida pelo juiz corregedor, sendo composta, também, por um vice-presidente e dois secretários. Essa mesa tem mandato de dois anos e é eleita, com exceção do juiz, pela assembleia-geral. As funções desse órgão são de fiscalização de todas as atividades da diretoria executiva, que vão desde dar posse à mesma até destituí-la, aprovar ou rejeitar seus planos de trabalho, avaliar viabilidade de parcerias e conceder título de sócio benemérito. Como fui membro de

diretoria executiva, durante a minha pesquisa de mestrado, pretendo relatar alguns aspectos dessa relação no capítulo metodológico desta tese.

A diretoria executiva é órgão eleito durante a assembleia geral, com mandato de dois anos, para realizar a gestão da unidade. Essa diretoria é composta por um diretor-presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários e diretor de patrimônio (função que ocupo no meu segundo mandato) e diretor jurídico.

Ao diretor-presidente compete prestar contas ao conselho deliberativo no que tange à contratação e à demissão de funcionários, assinatura de documentos, assinatura de convênios e emissão de cheques. Ao vice-presidente, compete substituir o diretor-presidente, quando designado, e, quanto aos secretários, além dos trabalhos burocráticos, são responsáveis pela lavratura de atas. Quanto às atribuições do diretor de patrimônio, cabe a ele operacionalizar o controle dos bens da unidade prisional; ao diretor jurídico, cabe o cuidado com a orientação jurídica da instituição.

O terceiro órgão de uma APAC é o conselho fiscal, do qual fui membro na primeira vez em que fui convidado a compor o quadro de gestão de uma APAC. Como indica o nome, compete aos membros desse conselho fiscalizar a diretoria executiva, sendo ele composto por três integrantes, que são eleitos para mandato de dois anos na mesma assembleia que elege a diretoria executiva. Segundo o estatuto, a composição desse conselho deve contar com um membro comum, pertencente a um dos quatro grupos que instituem a APAC, e com o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, seção local, e com um membro do parlamento da localidade, sendo o Presidente da Câmara Municipal.

Cumpre-me informar que, durante todo esse período em que estou envolvido com uma APAC, percebi que, na prática, essas disposições nem sempre são cumpridas, conforme reza o estatuto. Nas duas eleições das quais participei, não presenciei a composição do conselho com a presença de parlamentar, nem tive a oportunidade de ver um juiz corregedor presidindo uma reunião do conselho deliberativo. Pelo contrário, todas as decisões eram centralizadas no diretor-presidente e no encarregado de segurança que, além de não ser membro da diretoria ou do conselho fiscal, era um funcionário contratado conforme a CLT; porém, gozava de mais autonomia e informações

do que nós, membros da diretoria executiva ou conselho fiscal. Nesse sentido, ficou evidente que as prescrições institucionais não eram realizadas de forma linear, e que as instâncias de poder se tencionavam de forma a ocupar territórios decisórios que ultrapassavam os preceitos estatutários.

1.6 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA REPRESENTATIVIDADE DAS APACs NO BRASIL E NO EXTERIOR: presença de lacunas para atendimento ao público feminino.

No que tange à inserção das APACs no Brasil, por meio de uma simples visualização no *site* da FBAC, temos a impressão de que a APAC está presente em nove Estados brasileiros e no Distrito Federal, bem como em vinte e oito países. Uma leitura mais cuidadosa e detalhada, porém, revela que, na verdade, as unidades que estão em pleno funcionamento se localizam em apenas quatro Estados brasileiros, sendo eles: Minas Gerais - MG, com quarenta unidades, sendo sete delas femininas; Maranhão - MA, com seis unidades; Paraná - PR, com duas; e Rio Grande do Norte - RN, com apenas uma.

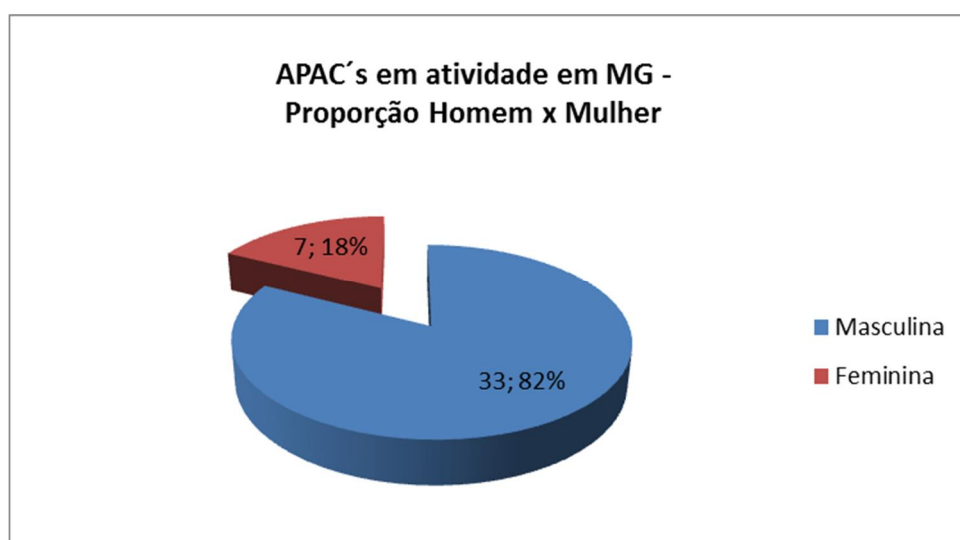


GRÁFICO 1 - Proporção de APACs Masculinas *versus* Femininas Instaladas em MG.
Fonte: *Site* da FBAC (Acesso em 23/07/17)

No cômputo geral, menos de 20% são destinadas às mulheres. O fato registrado nesse GRÁF. 1 pode ser compreendido como um descaso quanto à situação da mulher encarcerada, ainda mais se compararmos com os demais Estados da federação que têm APACs, tendo em vista que nenhum deles dispõe de unidades prisionais apaqueanas.

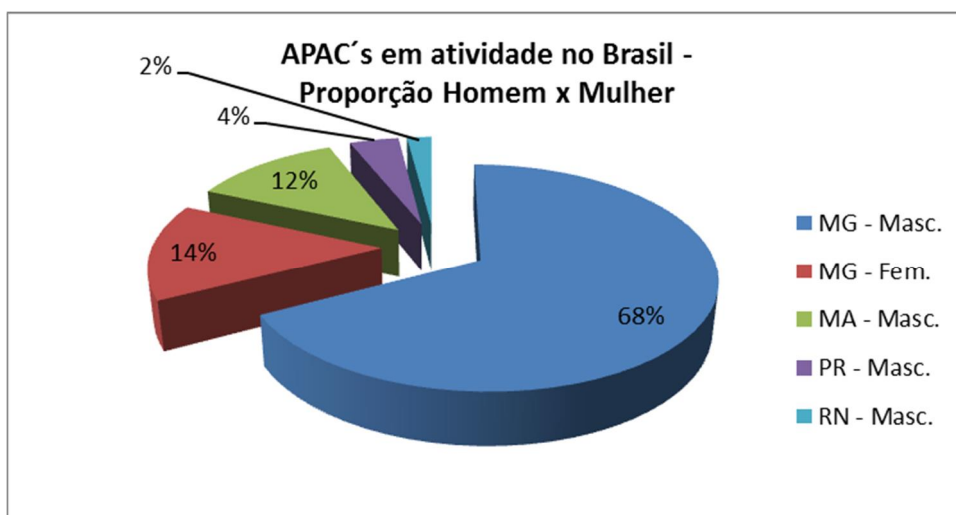


GRÁFICO 2 - Proporção de APACs Masculinas versus Femininas Instaladas no Brasil
Fonte: Site da FBAC (Acesso em 23/07/17)

Esse GRÁF. 2 revela que 86% das APACs brasileiras são masculinas e que apenas 14% são destinadas às mulheres encarceradas.

Quanto ao Distrito Federal - DF e a outros cinco Estados brasileiros que aparecem . Espírito Santo - ES, Mato Grosso - MT, Santa Catarina - SC, Rio Grande do Sul - RS e Rondônia - RO, mencionados no *site* . são unidades da federação nas quais já ocorreram reuniões com Assembleia-Geral, registradas em atas, com manifestações explícitas do interesse de nelas se implantarem unidades prisionais APAC e com relação às quais a FBAC já emitiu pareceres favoráveis aos registros das respectivas associações em cartórios.

Quanto à sua representatividade no mundo, o *site* da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados - FBAC, no momento de realização desta pesquisa, apresentava apenas pontos no *mapa mundi*, dando a entender que, em vinte e oito pontos espalhados pelo globo, existiriam APACs. Não era possível verificar, contudo, se estariam em efetivo funcionamento ou em

processo de criação, como também não era visível se seriam APACs masculinas ou femininas. Os pontos coloridos indicavam apenas em quais continentes se encontravam essas unidades prisionais, deixando claro que a proposta estava presente nos cinco continentes.

Quando, porém, tive a oportunidade de conversar com o diretor do método, funcionário da FBAC, ele me disse que a APAC de Costa Rica era a única de um país estrangeiro que seguia, à risca, o método apaqueano. Tendo obtido essa informação, solicitei dados para contatos com dirigentes costarriquenhos, visando conseguir uma entrevista ou uma visita, com o intuito de enriquecer, com mais dados, minha investigação. De posse dos dados para contatos, escrevi um texto me apresentando e perguntando sobre a possibilidade de uma entrevista e visita a essa unidade, com algumas perguntas sobre a temática do lazer e da religião; nunca, porém, recebi resposta.

No capítulo a seguir, apresento as concepções teóricas que norteiam esta pesquisa.

CAPÍTULO 2 - REFLEXÕES/APROXIMAÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE O SAGRADO E O PROFANO LAZER EM UM CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL.

Nenhuma teoria é suficiente para compreender toda a complexidade da realidade estudada. (UDE, 2005, p. 34)

Neste capítulo, delimito os conceitos de religião, lazer, juventude, sentido, significado, sujeito e identidade, que delinearam as discussões produzidas neste trabalho. Essas concepções foram configuradas dentro de uma zona de confronto entre o empírico e o teórico, com o intuito de dar sentido às reflexões desenvolvidas durante o processo de pesquisa. Apoiado pela observação empírica, o campo me auxiliou na categorização dos fenômenos estudados; entretanto, vale destacar que o campo não foi concebido como espaço transluzente, como é comum ocorrer com pesquisadores de matriz positivista.

Na verdade, a geração das escolhas teórico-metodológicas se teceu num processo construtivo-interpretativo (REY, 2004), em permanente no diálogo com as leituras bibliográficas e experiências compartilhadas nas situações de campo, considerando-se os resultados de contatos com pesquisadores e profissionais que discutem esse tipo de temática. Isso resultou em tessitura complexa que buscou alinhar ideias aproximativas com a realidade estudada.

Nos subtópicos a seguir, apresento as concepções que se tornaram mais relevantes para o trabalho construído.

2.1 QUANTO À CONCEPÇÃO DE RELIGIÃO: algumas controvérsias entre cosmogonias distintas.

A religião faz parte da cultura humana, assim como a economia, a linguagem, a arte, a política, dentre outras dimensões que configuram as teias

de significados que regem, articulam, oportunizam as práticas sociais. Essa dimensão do humano se destaca pela busca de sentidos nas vidas dos sujeitos, já que a fé religiosa alimenta a esperança de se conquistarem dias melhores diante dos esforços face aos desafios cotidianos (RICOUER, 1977). Nesse aspecto, o ser humano procura a religião inspirado num universo simbólico que pode lhe proporcionar uma realidade portadora de sentidos capaz de validar a sua existência; afinal, "Os humanos não vivem só de pão"; vivem, também, de símbolos que organizam seus modos de vida compartilhados numa coletividade. Sendo assim, a religião, para determinados grupos e pessoas que buscam experiências com ela, aponta para um horizonte a ser perseguido na expectativa de se encontrarem situações mais confortáveis e acolhedoras para a vida.

Essas pessoas, muitas vezes, obtêm as informações que buscam, mas nem sempre têm oportunidade de vivenciar, efetivamente, as experiências. A propósito, segundo o pedagogo, filósofo e pesquisador espanhol Jorge Larrosa Bondía,

a informação não é experiência. E mais, a informação não deixa lugar para a experiência, ela é quase o contrario da experiência, quase uma anteexperiência. Por isso a ênfase contemporânea na informação, em estar informados, e toda a retórica destinada a constituir-nos como sujeitos informantes e informados; a informação não faz outra coisa que cancelar nossas possibilidades de experiência. O sujeito da informação sabe muitas coisas, passa seu tempo buscando informação, o que mais preocupa é não ter bastante informação; cada vez sabe mais, cada vez está melhor informado, porém, com essa obsessão pela informação e pelo saber (mas saber não no sentido de %sabedoria+, mas no sentido de %estar informado+), o que consegue é que nada lhe aconteça. (BONDÍA, 2002, p. 21)

Segundo alguns pesquisadores de matriz eurocêntrica, a constituição da religiosidade passou por alguns estágios, até atingir um *status* de uma seita ou doutrina; de acordo com alguns historiadores, o primeiro estágio se deu com o totemismo, que foi seguido do animismo e, posteriormente, chegou-se à religião, propriamente dita. De todo modo, esse olhar não se configura nos contextos de outras matrizes culturais, como, por exemplo, na cosmogonia africana ou indígena. Freud, a propósito, ao se referir a culturas mais antigas, que entendia como sendo próprias de "povos

primitivos", indicando um olhar hierárquico com supremacia do mundo europeu sobre as demais nações, escreveu sobre isso.

De acordo com Freud (2016, p. 109), o totemismo é um sistema que ocupa o lugar da religião entre certos povos primitivos [õ] e provê a base de sua organização social. Cada clã, grupo menor da tribo, é denominado segundo seu totem. Acrescenta, ainda: "O que é um totem? Via de regra é um animal (comível e inofensivo ou perigoso e temido) e mais raramente um vegetal ou um fenômeno natural (como a chuva ou a água), que mantém relação peculiar com todo o clã" (FREUD, 2016, p. 22). O totem age como um *espírito guardião* das tribos e os seus membros devem protegê-lo, não matá-lo e não comê-lo. O totem foi ganhando cada vez mais uma configuração religiosa e sagrada e não representava somente um animal protetor, mas assume uma representação dos espíritos dos antepassados mortos que davam proteção ao clã.

Dentro da concepção freudiana, os dois principais tabus totêmicos são o incesto e a proibição de se tirar a vida do animal totêmico (FREUD, 2016, p. 147). O controle para que membros do clã não praticassem incesto era exercido pelo chefe da tribo, uma espécie de pai supremo. Todavia, esse pai tornou-se um déspota que exigia a exogamia, sendo que ele mesmo praticava a endogamia, relacionando-se com todas as mulheres da tribo, causando, com isso, a fúria dos outros membros da tribo e provocando o seu assassinato (parricídio), praticando-se, assim, a transgressão do tabu imposto pelo chefe e, com isso, gerando um sentimento de culpa em toda comunidade:

Certo dia, os irmãos que tinham sido expulsos retornaram juntos, mataram e devoram o pai, colocando assim um fim à toda horda patriarcal. Unidos, tiveram a coragem de fazê-lo e foram bem sucedidos no que lhes teria sido impossível fazer individualmente. [õ] Selvagens canibais como eram, não é preciso dizer que não apenas matavam, mas também devoravam a vítima. O violento pai primevo fora sem dúvida o temido e invejado modelo de cada um do grupo de irmãos: e pelo ato de devorá-lo, realizavam a identificação com ele , cada um deles adquirindo uma parte de sua força. A refeição totêmica, que é talvez o mais antigo festival da humanidade, seria assim uma repetição, e uma comemoração desse ato memorável e criminoso, que foi o começo de tantas coisas: da organização social, das restrições morais e da religião. (FREUD, 2016, p. 145).

Com remorso e medo de que o espírito do pai viesse atormentá-los, decidiram reprimir o fato acontecido e restabelecer o respeito ao totem, agora com um caráter paternal; ou seja: o respeito pelo animal dirige-se, agora, ao pai assassinado, que se tornou um pai divino; ou seja: Deus: +A elevação do pai que fora outrora assassinado à condição de um deus de quem o clã alegava descender constituía uma tentativa de expiação muito mais séria do que fora o antigo pacto com o totem+(FREUD, 2016, p. 151). No fundo, %Deus nada mais é que um pai glorificado+(FREUD, 2016, p. 150) e foi adotado pelas religiões monoteístas, cuja simbologia em torno dele vigora em vários campos culturais:

Dessa maneira, parece plausível supor que o próprio deus era o animal totêmico, e que deste se desenvolveu numa fase posterior do sentimento religioso. [õ] Assim, embora o totem possa ser a *primeira* forma de representante paterno, o deus será uma forma posterior, na qual o pai reconquistou sua aparência humana. Uma nova criação como esta, derivada do que constitui a raiz de toda forma de religião . a saudade do pai . poderia ocorrer se, no decurso do tempo, alguma mudança fundamental se houvesse efetuado na relação do homem com o pai e, talvez, também na sua relação com os animais. (FREUD, 2016, p. 151).

A fim de se estabelecerem rituais, em honra ao pai morto, os primitivos decidiram-se pelo estabelecimento da refeição totêmica, lembrando que esse tipo de refeição já existia antes da morte do pai. Essa nova refeição seria dedicada ao pai morto, na qual o alimento oferecido se transformava, por meio de rituais, no corpo do pai morto, e todos do clã deveriam ingerir esse alimento que era, geralmente, carne e sangue de um animal; assim, todos estariam assimilando o poder e se redimindo do pecado do parricídio:

A religião totêmica não apenas compreendia expressões de remorso e tentativas de expiação, mas também servia como recordação do triunfo sobre o pai. A satisfação por esse triunfo levou à instituição do festival rememorativo da refeição totêmica, no qual as restrições da obediência adiada não mais se mantêm. Assim, se tornou um dever repetir o crime do parricídio muitas vezes, através do sacrifício do animal totêmico, sempre que, em consequência das condições mutantes da vida, o fruto acalentado do crime . a apropriação dos atributos paternos . ameaçava desaparecer. (FREUD, 2016, p. 148).

E continua Freud:

Houve, no estado de coisas, um fator produzido pela eliminação do pai que estava destinado, com o decorrer do tempo, a provocar um enorme aumento na saudade que dele sentiam. Cada um dos irmãos que se tinham agrupado com o propósito de matar o pai estava inspirado pelo desejo de tornar-se semelhante a ele e deu expressão ao mesmo incorporando partes do representante paterno na refeição totêmica. (FREUD, 2016, p. 151).

Freud estava convicto de que o assassinato do pai primevo foi um fato histórico-literal e de que o surgimento das religiões, baseadas na divinização desse pai, se tornou a matriz das religiões monoteístas, tal como se configurou no mundo ocidental. Com a introdução das divindades paternas, uma sociedade sem pai gradualmente se transformou numa sociedade organizada em base patriarcal e o conceito superior de Deus foi aparecendo. Entretanto, o seu olhar contém uma visão androcêntrica própria do mundo ocidental, da qual não se manteve isento:

À medida que o tempo foi passando, o animal perdeu seu caráter sagrado e o sacrifício, sua vinculação com o festim totêmico; tornou-se uma simples oferenda à divindade, um ato de renúncia em favor do deus. O próprio Deus foi sendo exaltado tão acima da humanidade que as pessoas só podiam aproximar-se dele através de um intermediário . o sacerdote. Ao mesmo tempo, os reis divinos fizeram seu aparecimento na estrutura social e introduziram o sistema patriarcal no Estado. (FREUD, 2016, p. 152).

Seguindo essa perspectiva de se compreender a religião totêmica, apresenta-se a questão do *animismo* que, de acordo com alguns historiadores, foi posterior ao totemismo. O animismo, em si mesmo, não é, ainda, uma religião, mas contém os fundamentos sobre os quais as religiões foram, posteriormente, criadas. Segundo Freud (2016, p. 87), o animismo, em seu sentido mais estrito, é a doutrina de almas e, no mais amplo a doutrina de seres espirituais em real+e:

o animismo surgiu no homem primitivo naturalmente e como coisa normal. Ele sabia que as coisas eram semelhantes no mundo; ou seja: exatamente como ele próprio se sentia ser. Estamos, então, preparados para descobrir que o homem primitivo transpunha as condições estruturais de sua própria mente para o mundo externo. (FREUD, 2016, p. 101).

Mais uma vez, percebe-se um olhar hierárquico em relação às etnias que não são oriundas do mundo europeu, nomeando-as como de povos primitivos, seja na história passada ou na Modernidade (como, às vezes, são muitos tratam os aborígenes da Austrália e tribos indígenas na África e nas Américas, entre outras). Dentro dessa visão, o mundo é habitado por inumeráveis seres espirituais, bons e maus, os quais são considerados responsáveis pela produção dos fenômenos naturais. Sendo assim, não só animais e vegetais revelam essa dimensão, mas objetos inanimados também, já que teriam almas. É interessante observar, também, que:

os povos primitivos acreditam que os seres humanos são habitados por espíritos semelhantes. Essas almas que vivem nos homens podem deixar suas habitações e emigrar para outros seres humanos; são o veículo das atividades mentais e são até certo ponto independentes de seus corpos. Originalmente, as almas eram representadas como muito semelhantes às pessoas e foi somente no decorrer de um longo desenvolvimento que elas perderam suas características materiais e se tornaram %espiritualizadasqem alto grau (FREUD, 2016, p. 88).

De acordo com a visão freudiana, a morte se tornou o foco emergente para se levantar a produção animista. O principal ponto de partida dessa teorização deve ter sido o problema da morte. A origem da crença em almas e demônios . que constitui a essência do animismo . remonta à impressão que é causada nos homens pela morte. Para o "homem primitivo", a vida continuava após a morte. Assim também outros fatores contribuíram para essas visões, tais como as sombras, as imagens duplicadas em poças d'água, entre outras. Portanto, iniciou-se a formação das ideias da alma e, depois, a sua extensão aos objetos do mundo exterior. Vale registrar, também, que, de acordo com Freud,

a necessidade prática de controlar o mundo que os rodeava deve ter desempenhado seu papel. Assim, não ficamos surpresos em descobrir que, de mãos dadas com o sistema animista, existia um conjunto de instruções a respeito de como obter domínio sobre os homens, os animais, e as coisas . ou melhor, sobre os seus espíritos. Estas instruções são conhecidas com o nome de %feitiçaria+ e %magia+. (FREUD, 2016, p. 89)

Quanto à feitiçaria e à magia, Freud (2016, p. 90) as define, posteriormente, nestes termos:

a arte de influenciar espíritos tratando-os da mesma maneira como se tratariam seres humanos em circunstâncias semelhantes: apaziguando-os, corrigindo-os, tornando-os propícios, intimidando-os, roubando-lhes o poder, submetendo-os à nossa vontade . através dos mesmos métodos que se têm mostrado eficazes com homens vivos. A magia, por outro lado, é algo diferente: fundamentalmente, ela despreza os espíritos e faz uso de procedimentos especiais e não dos métodos psicológicos do dia-a-dia. É fácil imaginar que a magia é o ramo mais primitivo e mais importante da técnica animista, porque, entre outros, os métodos mágicos podem ser utilizados para tratar como os espíritos e a magia pode ser aplicada também a casos onde, segundo nos parece, o processo de espiritualização da natureza ainda não foi realizado. (FREUD, 2016, p. 90)

Pode-se, então, perguntar: em que se baseia a magia que deve submeter os fenômenos da natureza à vontade do homem, proteger o indivíduo de seus inimigos e do perigo, bem como conceder-lhe poderes para prejudicar os inimigos? Observo que todas as autoridades no assunto, segundo afirma Freud, foram unânimes em identificar que o princípio da magia %consiste em tomar equivocadamente uma conexão ideal por uma real+ (FREUD, 2016, p. 90). Segundo Frazer (1935):

os homens tomaram equivocadamente a ordem de suas ideias pela ordem da natureza e daí imaginaram que o controle que tem ou parecem ter sobre seus pensamentos permite-lhes exercer um controle correspondente sobre as coisas. (FRAZER, 1935, p. 234 *apud* FREUD, 2016, p. 94)

Essas discussões eurocêntricas acerca desses fenômenos estão contaminadas pela dicotomia entre natureza e cultura. A menção à ordem se refere ao modo racionalista de compreender a cultura, conforme o mundo ocidental. Como exemplo, pode-se citar o uso de uma %efígie+ de um inimigo, produzida com qualquer material adequado, com a crença de que o que se fizer à efígie acontecerá ao original detestado. Essa mesma técnica mágica pode ser utilizada não só para o mal, mas, também, para fins benéficos, como pedir auxílio aos deuses contra os demônios. Freud apresenta mais dois exemplos de atos mágicos: os %rituais para a produção de chuva+ e para a %fertilidade da terra+, que desempenharam papéis significativos para os povos mais antigos. Em todos esses atos mágicos, %a telepatia é admitida como certa%(FREUD, 2016, p. 92).

Freud ainda aponta uma questão importante, a saber:

É fácil perceber os motivos que conduziram os homens a praticar a magia: são os desejos humanos. Tudo o que precisa-se admitir é que o homem primitivo tinha uma crença imensa no poder de seus desejos. A razão básica porque o que ele começa a fazer por meios mágicos vem a acontecer é, em última análise, simplesmente que o deseja. (FREUD, 2016, p. 94)

Um fato curioso acontece com esse fenômeno do desejo, tendo em vista que estabelece uma relação simbólica e afetiva com a materialidade da vida:

[ō] foi estendido a todos os atos psíquicos que estão sujeitos à vontade. Uma supervalorização geral ocorreu assim com todos os processos mentais . isto é, uma atitude para com o mundo que, em vista de nosso conhecimento da relação entre a realidade e o pensamento, não pode deixar de impressionar-nos como uma supervalorização do pensamento. As coisas se tornam menos importantes do que as ideias das coisas: tudo o que for feito às ideias das coisas inevitavelmente acontecerá também com as coisas. As relações mantidas entre as ideias de coisas manter-se-ão também igualmente entre as próprias coisas. (FREUD, 2016, p. 96).

Freud chega, então, à conclusão de que o princípio de que dirige a magia . a técnica da modalidade animista de pensamento . é o princípio da onipotência de pensamentos e acrescenta:

Na fase animista, os homens atribuem a onipotência a si mesmos. Na fase religiosa, transferem-na para os deuses, mas eles próprios não desistem dela totalmente, porque se reservam o poder de influenciar os deuses através de uma variedade de maneiras, de acordo com os seus desejos. [ō]. Não obstante, um pouco da crença primitiva na onipotência ainda sobrevive na fé dos homens no poder na mente humana, que entra em luta com as leis da realidade (FREUD, 2016, p. 98).

Enquanto a magia ainda reserva a onipotência apenas aos pensamentos, o animismo transmite um pouco dela aos espíritos, preparando assim o caminho para a criação de uma religião.

Segundo Parker (1978), nos dias atuais, as instituições religiosas cristãs buscam se adequar à contemporaneidade, numa perspectiva de se tornarem mais atrativas para o público jovem, utilizando-se de instrumentos atrativos para disseminar valores religiosos, o que configura educação pelo lazer, com %encontros entre jovens através da Igreja, desde que a sociabilidade

do grupo seja ~~ad~~ um tanto planejada, e os conteúdos das reuniões consoantes com os ensinamentos cristãos+ (PARKER, 1978, p. 132). Entretanto, essa perspectiva não se configura na realidade da APAC observada, porque, nela, a presença da Igreja Católica não desenvolve esse aspecto acentuado por esse pesquisador. Aliás, os grupos evangélicos são mais presentes nas suas intervenções e rituais.

Em contraposição a esse olhar eurocêntrico . que enfatiza a dicotomia corpo/mente (TAYLOR, 1997; SOUZA, 2000), para o qual o corpo seria depositário da paixão, do descontrole e da inferioridade; e a razão lugar do controle, disciplina e superioridade . , a cosmogonia africana de matriz nagô apresenta uma diferença radical quanto à representação do corpo e à sua experiência religiosa, como salienta Sodré (2017), que afirma, quanto a essa questão:

Decorre daí grande importância outorgada ao corpo, já que não se trata de uma subjetivação ancorada nas estruturas lógicas de representação, mas nos posicionamentos de potência corporal inscritos num território. Seja entre nagôs ou hindus, o corpo abriga as representações do cosmo e de todos os princípios cosmológicos, portanto, as divindades. Corpo não se entende, portanto, como um receptáculo passivo das forças da alma, da consciência ou da linguagem, a exemplo da síntese teológica (cristã), segundo a qual "corpo é a carne possuída pelas palavras que nele habitam". (SODRÉ, 2017, p. 101).

Isso posto, escrevo, a seguir, sobre a concepção de lazer.

2.2 QUANTO À CONCEPÇÃO DE LAZER

Do ponto de vista conceitual, o lazer representa uma temática bastante complexa para se discutir, por despertar polêmicas quanto ao seu surgimento. Para fins deste estudo, não me detive em discussões acerca do momento histórico do seu surgimento e elegi como foco do meu estudo o seu desenvolvimento na sociedade contemporânea capitalista, visando analisar como se dá esse importante momento da vida do ser humano no âmbito de uma unidade prisional em determinado contexto brasileiro. Para tanto, adotei como referências teóricas algumas conceituações de estudiosos da atualidade.

Nesse ponto, inicio por Christianne Gomes (2004), que compreende o lazer como:

[u]ma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo (GOMES, 2004, p. 125).

Nessa perspectiva, o lazer se apresenta como experiência cultural que pode possibilitar a quem usufrui, coletiva ou individualmente, potente instrumento para a produção de sentidos e significados demandados para uma vida balizada por limites e regras impostos pelo cotidiano social. Trata-se de uma atividade que não acontece de forma absoluta, isenta da concorrência e da participação das demais dimensões do sujeito e da sua coletividade, porque se caracteriza por uma experiência marcada por tensões e distensões entre níveis normativos e práticas transgressivas que integram a complexidade da sua expressão.

Marcellino (1990), por sua vez, apresenta uma abordagem que enfatiza a distinção de um tempo/espaço dedicado à fruição do lazer, que se diferencia pelo seu caráter "desinteressado" :

[õ] como cultura-compreendida em seu sentido mais amplo-vivenciada (praticada e fruída) no tempo disponível. O importante como traço definidor, é o caráter desinteressado+ dessa vivência. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A disponibilidade de tempo+ significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa. (MARCELLINO, 1990, p. 31)

Esse pesquisador aborda o lazer sob uma ótica diferente daquela de Gomes (2004), na qual o sujeito se apropria do seu "tempo disponível" para se dedicar ao lazer fora do seu tempo do trabalho, em busca de práticas que lhe dão prazer. Esse momento se constitui em opção por vivenciar experiências incomuns do seu dia a dia, desde que tenha a atitude e o desejo de vivenciar essas experiências. Esse olhar, porém, oculta tensões dialógicas estabelecidas entre o trabalho e o lazer, já que são dimensões distintas que se complementam, que, às vezes, paradoxalmente, se antagonizam e não

acontecem de forma absoluta, apesar de representarem momentos peculiares no cotidiano do sujeito.

O pesquisador francês Joffre Dumazedier é um teórico muito citado no Brasil, tendo trabalhos que, até hoje, balizam discussões de vários pesquisadores brasileiros. Por outro lado, por ele ter usado a expressão "conjunto de ocupações" para definir lazer, vem sofrendo forte ataque por parte daqueles que tentam discutir essa temática e não têm muito o que dizer. É importante destacar que esse pesquisador formulou a sua teoria em bases empíricas com dados coletados entre 1950 e 1960. Ele compreende o lazer como:

[õ] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 2001, p. 34).

Nesse percurso, Joffre Dumazedier, durante algum tempo, encontrou apoio do pesquisador brasileiro Renato Requixa, que defendia suas ideias e que observava o seguinte:

[õ] [d]os conceitos, o de Dumazedier parece-nos mais adequado quando se refere a conjunto de atividades e não a conjunto de valores, embora a insistência nos valores do lazer nos pareça importante para o exato entendimento do lazer. Assim é que os valores existem como essência em ambos os conceitos, sendo que para Dumazedier eles são uma finalidade das atividades ou do conjunto de atividades e, em Miller e Robinson, eles por si próprios definem o lazer (REQUIXA, 1974, p. 23).

Cumpre-me destacar que, apesar de concordar com o conceito elaborado por Dumazedier, Requixa também tinha o seu próprio conceito de lazer, o qual compreendia esse fenômeno como uma ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive e cujos valores lhe propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social (REQUIXA, 1974, p. 23).

Isso posto, merece destaque, para as finalidades deste estudo, que Dumazedier foi o primeiro estudioso do lazer a relacioná-lo com religião,

quando, numa passagem de seu livro *Questionamento teórico do Lazer*, salienta:

[...] cada vez mais a autoridade religiosa recua para dar importância às autoridades leigas. Diante desta situação e no controle das atividades dos fiéis, a tendência é o recuo das autoridades religiosas, em benefício dos responsáveis leigos, de maneira que os próprios fiéis organizem seu tempo, como assim desejarem e particularmente o tempo de lazer. Aí, também, a tendência à auto-gestão do tempo de lazer pelos próprios interessados é muito grande. (DUMAZEDIER, 1975, p. 33)

Nessa obra, esse sociólogo francês apontava o problema da falta de uma educação para o lazer, uma vez que a igreja vinha se afastando do controle do "tempo livre" das pessoas (GABRIEL; MARCELLINO, 2007). Na unidade prisional pesquisada, observei o oposto dessa perspectiva, porque, nela, as autoridades religiosas defendiam, cada vez mais, com suas atitudes, o controle do tempo dos apenados, em postura racionalista de controle do corpo para o bem da disciplina, com dedicação ao trabalho e à vida religiosa, conforme o paradigma eurocêntrico.

A socióloga brasileira Valquíria Padilha (2006), por seu turno, não apresenta uma concepção dicotômica entre trabalho e lazer, ponderando que:

O lazer não é uma ideia, um valor abstrato, algo que de repente passou a fazer sentido e a ter importância, um acontecimento acidental da história, e muito menos um ideal a ser seguido [õ] Historicamente o lazer faz parte das conquistas dos trabalhadores, e se ele existe hoje como fenômeno concreto é porque algumas condições históricas e objetivas se concretizaram e o tornaram possível. (PADILHA, 2006, p. 110)

A definição dessa pesquisadora se aproxima da visão de Mascarenhas (2000), por levar em consideração o caráter histórico e a relação concreta com as condições materiais concretas enfrentadas pelo trabalhador nas suas tensões cotidianas, ao compreender o lazer como:

fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia. (MASCARENHAS, 2000, p. 28).

De acordo com Padilha, ao se eleger o lazer como um produto da Modernidade criado a partir das relações estabelecidas de trabalho e produção, evidencia-se um lazer bem diferente daquele idealizado pelos gregos da Grécia clássica, que tinha uma realidade socioeconômica bem distinta da dos dias atuais (PADILHA, 2006, p. 111). Assim sendo, compreende-se que o fenômeno do lazer não é algo linear, que perdura por séculos, mas que apresenta configurações variadas, em distintos contextos sócio-econômico-histórico-culturais.

Adotando uma perspectiva fora dos parâmetros eurocêntricos, Bruno Nigri (2014) apresenta uma nova perspectiva que precisa ser mais evidenciada em estudos do lazer que visam entender práticas culturais de matriz afro-brasileira, já que se está diante de uma outra cosmogonia, conforme suas observações, feitas nestes termos:

O samba produzido e fruído no contexto dos candomblés pode ser lido como resposta a uma urgente necessidade no campo acadêmico do lazer, a necessidade de %sermos inteiros+. Supostamente profano e sagrado, cotidiano e sagrado, este se apresenta como uma possibilidade de se descolar de uma posição hegemonicamente estabelecida neste campo acadêmico, um olhar que o vislumbra como prática dissociada de algo maior, como possibilidade pura e simples de descanso, de %desenvolvimento pessoal+, divertimento, de compensação de um período dedicado a ações centradas na produtividade. (NIGRI, 2014, p. 126)

Como se observa acima, a matriz afrodescendente não estabelece dicotomias entre o profano e o sagrado, concebendo-os como algo do cotidiano humano, que é festejado e reverenciado.

Levando em conta essa última observação, elegi, nesta pesquisa, em atitude contra hegemônica, a noção de lazer de Nigri (2014) como elemento *suleador*², por compreender o lazer como prática singular do ser humano em busca por descanso, %desenvolvimento pessoal+ ou divertimento, integrado a níveis que articulam a corporeidade, a religiosidade e a festa, entre outras dimensões. Sendo assim, entendo que, mesmo representando uma dimensão

² Termo criado por Marcio D. Oline Campos para tratar questões de astronomia, mas aplicado por Paulo Freire no livro %Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido+ opondo ao uso do verbo nortear que mesmo no Hemisfério Sul, é comumente usado como sinônimo de orientar, espacial e espiritualmente.

singular do ser humano, o lazer constitui uma atividade complexa, no que tange à abordagem de seus conteúdos culturais.

Considerando todas essas concepções de lazer, cumpre-me alertar sobre a importância de se discutirem os momentos de lazer dentro do ambiente prisional, até porque o lazer é um dos direitos instituídos na Lei de Execução Penal - LEP. Assim sendo, é importante apreciar as produções existentes no interior dos presídios, como no caso desta pesquisa, contemplando questões vinculadas à religião, uma vez que os detentos da unidade prisional pesquisada usam seus momentos de lazer para compor músicas com temas sagrados, para ensaiar hinos religiosos, para ensaiar o coral cujos cânticos, em sua maioria, remetem ao divino, e para ler a Bíblia. Todas essas atividades são atravessadas pelo lazer, sendo que os religiosos investem suas práticas religiosas como instrumentos de reelaboração da vida, para que produzam significados, sentidos e, naturalmente, efeitos diversos.

Indubitavelmente, porém, a prisão . privação de liberdade . representa um dos castigos mais severos de que dispõe a Justiça brasileira, uma vingança da sociedade cobrada em moeda de sofrimento (PLAYFAIR; SINGTON, 1965, p. 15), o lazer atrelado à religião.

2.3 CONCEPÇÃO DE JUVENTUDE

Há vários conceitos de juventude, que vão do ponto de vista da saúde ao da justiça entre outros. Assim sendo, investigar a juventude implica pesquisar uma realidade mutante, um fato social instável+(GAUTHIER, 2000), cumprindo, por isso, refletir sempre sobre os conceitos que utilizados para a conceituação dessa fase da vida do ser humano (HAMEL, 1999). Neste trabalho, optei por um olhar histórico-cultural, por entender que é necessário observar esse período da vida como fase de construções de significados sociais, como nos adverte Spósito (1994, p. 178).

Antes de apresentar melhor meu ponto de vista, esclareço a concepção de juventude para os campos da saúde e da justiça brasileira. A Organização Mundial da Saúde - OMS, para definir juventude, primeiro conceitua adolescência, afirmando que essa etapa da vida humana é dividida em pré-adolescência, que vai da idade de 10 aos 14 anos, e adolescência, que

vai dos 15 a 19 anos. Pondera que esse período da vida humana é marcado por um processo biológico no qual se desenvolve o cognitivo e se elabora da personalidade. Assim, para a OMS, juventude é um momento em que a pessoas estariam se preparando para assumirem a condição de adulto e, com isso, arcar com novas responsabilidades sociais, sejam elas profissionais ou familiares. Seria, então, uma questão meramente sociológica, que duraria dos 15 aos 24 anos (OMS/OPS, 1985).

Quanto à Justiça brasileira, o conceito que ela dá a esse termo já foi apresentado na introdução desse trabalho. Cumpre-me, todavia, destacar que, de acordo com o Estatuto da Juventude . Lei Federal nº 12.852, de 05 de agosto de 2013, em seu artigo 1º, inciso 1º [...] . , não consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade+.

A juventude é, sobretudo, um período de desenvolvimento humano marcado por experimentações construídas socialmente, que não se pode definir com um olhar cartesiano. Conforme assevera Juarez Dayrell (1996), jovem é [] indivíduo que possui uma historicidade, com visões de mundo, escalas de valores, sentimentos, emoções, projetos, com lógicas de comportamentos e hábitos que lhe são próprios+(DAYRELL, 1996, p. 140 *apud* SILVA, 2014, p. 27).

Esse mesmo pesquisador, citando Peralva (1997), diz que a juventude é,

ao mesmo tempo , uma condição social e um tipo de representação. Se há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, nas quais completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas, é muito variada e forma como cada sociedade , em um tempo histórico determinado e, no seu interior , cada grupo social vai lidar com esse momento e representá-lo. Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (étnicas, identidades religiosas, valores) e de gênero. E também das regiões geográficas, entre outros aspectos. (DAYRELL, 2007, p. 157)

Assim sendo, não se pode mais compreender a juventude tendo por base conceitos de outras épocas. Os adultos contemporâneos tem dificuldade para compreendê-los devido à velocidade e à diversidade em que vivem esse jovens. A propósito disso, Mead (1979) diz o seguinte:

Como para Hannah Arendt (mas também como para Tocqueville que Hannah Arendt evoca), o passado não mais iluminando o futuro, a consciência caminha nas trevas: enquanto os adultos pensarem que, como seus pais e os senhores de outrora, eles podem proceder por introspecção, invocando sua própria juventude para compreender a juventude atual, eles estarão perdidos+ (MEAD, 1979, p. 93)

Considerando-se esses elementos, dialogar sobre a educação religiosa ministrada em uma unidade prisional e seus atravessamentos com o lazer dos jovens prisioneiros implica abordar e analisar processos de socialização, sociabilidade e formulação de subjetividades, atinentes a essa fase da vida humana.

Segundo Juarez Dayrell (2005), a socialização é uma temática que diz respeito à articulação do sujeito com a sociedade e essa relação se funda na Sociologia clássica. O sujeito, para se relacionar com a sociedade, precisa, primeiramente, internalizar as normas e as organizações que compõem esse espaço social e, assim, constituir sua identidade. Contrapondo a rigidez dessas relações de socialização estabelecidas com instituições, a sociabilidade é descontraída e fluida e de acordo com Simmel (1983):

[a] sociabilidade é um símbolo da vida quando a vida surge no fluxo de um jogo alegre e fácil; ela é, contudo, um símbolo da vida. A sociabilidade não muda a imagem da vida além do ponto exigido por uma própria distância em relação a esta. Da mesma maneira, para parecer vazia e falsa, mesmo a arte mais livre e mais fantástica, não importa o quão esteja de qualquer cópia da realidade, alimenta-se de uma relação profunda e leal com essa realidade (SIMMEL, 1983, p. 179)

Em face dessas considerações, é imperativo salientar que as atividades de lazer se apresentam, na maioria das vezes, como momentos fluidos que permitem fácil articulação de redes relacionais. Carrano (1999) ilustra bem isso, ao afirmar que:

[o]s fenômenos relacionados com as atividades de lazer estão no centro dos processos de formação da subjetividade e dos valores sociais nas sociedades contemporâneas. Para os Jovens particularmente, as atividades de lazer se constituem num espaço/tempo privilegiado de elaboração da identidade pessoal e coletiva (CARRANO, 1999, p. 138)

Por outro lado, as atividades religiosas são mais rígidas e institucionalizadas; porém, no ambiente prisional pesquisado, percebi que

esses momentos dedicados aos cultos eram mais flexíveis do que em casas religiosas, como é comum de se ver. Assim, essa relação religiosa atravessada pelos momentos de lazer, e vice-versa, tornavam-se potenciais instrumentos de ressocialização e constituição de identidade.

Esse pressuposto me permitiu observar as associações e conflitos que surgiam nesse presídio, durante as atividades religiosas, e, também, das de lazer. Ao mesmo passo que conflitos causados durante atividades de lazer eram resolvidos nas atividades religiosas, conflitos de cunho religioso eram deixados de lado nas atividades de lazer. Só para ilustrar: nessa unidade prisional, havia um jovem que se declarava praticante de uma religião de matriz africana, o Candomblé. Então, várias polêmicas surgiam com ele ou sobre ele, porque alguns detentos diziam que, ao fazer leituras de livros sobre Candomblé, ele estaria evocando o diabo e trazendo maus fluidos ao presídio. Quando, porém, nos momentos de lazer, iam jogar futebol, todos, independentemente dos seus credos religiosos, queriam esse jovem nos seus times, uma vez que o rapaz era bom de bola. Analisar como os jovens lidavam com esses momentos e significavam essas experimentações em contextos que envolviam religião e lazer foi o desígnio principal da investigação que ora apresento.

Diante desse incitamento, coube-me buscar compreender sentidos e significados construídos e/ou atribuídos por eles a partir da sua relação com as suas atividades de lazer e religião mediadas pela unidade prisional. Para essa investigação, era necessário compreender, também, a construção da subjetividade desses jovens. Por isso, no próximo tópico remeto-me à perspectiva histórico-cultural, apresentando conceitos de subjetividade, sentido, significado e sujeito.

2.4 CONCEPÇÃO SUBJETIVIDADE, SIGNIFICADO, SENTIDO E SUJEITO.

Considerando o que me propus investigar, articular minhas considerações só foi possível buscando conexões por meio do pensamento

Complexo+, com base no conceito formulado pelo filósofo francês Edgar Morin (1996), segundo o qual:

[...] É necessário o que chamarei de pensamento complexo, ou seja, um pensamento capaz de unir conceitos que se rechaçam entre si e que são suprimidos e catalogados em compartimentos fechados. Sabemos que o pensamento compartimentado e disciplinário ainda reinam em nosso mundo. Este obedece a um paradigma que rege nosso pensamento e nossas concepções segundo os princípios de disjunção, de separação, de redução. Sobre a base desses princípios é impossível pensar o sujeito e assim mesmo pensar as ambivalências, as incertezas e as insuficiências que há neste conceito, reconhecendo, ao mesmo tempo, seu caráter central e periférico, significativo e insignificante (MORIN, 1996, p. 55 *apud* SILVA, 2014, p. 37).

Diante disso, para apresentar minha proposta de desenvolvimento da pesquisa, tive de recorrer a conceitos que suleiam meu pensamento quanto a concepções de sentido, significado, subjetividade e sujeito. Para essa formulação de conceitos fundamentados na Psicologia Histórico-Cultural, são teóricos essenciais o cubano Fernando Rey (1995, 2003, 2004, 2005, 2007 e 2011) e o soviético Lev Vygotsky (2000, 2003 e 2005), entre outros. Rey (2003), por exemplo, afirma que o desenvolvimento de uma teoria centrada na constituição subjetiva só é exequível se:

[a] ideia de sujeito recupera o caráter dialético e complexo do homem, de um homem que de forma simultânea representa uma singularidade e um ser social, relação esta que não é de determinação externa, mas uma relação recursiva em que cada um está simultaneamente implicado na configuração plurideterminada dentro da qual se manifesta a ação do outro (REY, 2003, p. 224).

Compreende-se, assim, que a constituição da subjetividade do sujeito é resultado de suas relações e interações com o outro, constituindo-se, dessa forma, a evolução dos sistemas de significação e sentidos que se sistematizam na personalidade, em articulação com os espaços sociais em que o sujeito está inserido (SILVA, 2014).

Leontiev (2004), por sua vez, afirma que o desenvolvimento humano é um processo histórico-social, uma vez que o homem é um ser de natureza social, que tudo o que tem de humano nele provém de sua vida em sociedade, no seio da cultura criada pela humanidade+ e que [p.a.] cada indivíduo aprende a ser homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não

lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana+ (LEONTIEV, 2004, p. 285).

Isso posto, percebe-se que a subjetividade do sujeito se constitui a partir de uma relação dialética estabelecida entre ele e o mundo que o rodeia, sendo necessário, portanto, uma relação desse sujeito com gerações anteriores, a fim de adquirir um arcabouço sócio-histórico-cultural já elaborado por outros homens, mas que, ao ser introjetado por ele, gerará a sua subjetividade.

Molon (2003), por sua vez, compreende a subjetividade com base na teoria de Vygotsky e entende tratar-se de um processo permanente do sujeito, ao reconhecer o outro e a si mesmo:

A subjetividade manifesta-se, revela-se, converte-se, materializa-se e objetiva-se no sujeito. Ela é processo que não se cristaliza, não se torna condição nem estado estático e nem existe como algo em si, abstrato e imutável. É permanentemente constituinte e constituída. Está na interface do psicológico e das relações sociais. (MOLON, 2010, p. 68).

Edgar Morin (1996), por seu turno, entende que:

[na] ciência clássica, a subjetividade aparece como contingência, fonte de erros (o ~~%noise+~~ da linguagem da informática, o ruído que é absolutamente necessário eliminar). Por isso, a ciência clássica exclui sempre o observador de sua observação, e o pensador, o que constrói conceitos, de sua concepção, como se fosse praticamente inexistente ou se encontrasse na sede da verdade suprema e absoluta (MORIN, 1996, p. 46).

Prosseguindo, a corrente histórico-cultural defendida por Vygotsky se opunha à psicologia reducionista, que se limitava à maturação linear. O pensamento teórico de Vygotsky defende que as vivências do sujeito seriam determinantes socialmente para o seu desenvolvimento e que essas interações seriam responsáveis pela constituição da consciência humana, permeada pela linguagem e seus significados sociais. Nesse sentido, ele destaca:

[a] descoberta da inconstância e da mutabilidade dos significados das palavras e do seu desenvolvimento é a descoberta principal e única capaz de tirar do impasse a teoria do pensamento e da linguagem. O significado da palavra é inconstante. Modifica-se no processo do

desenvolvimento da criança. Modifica-se também sob diferentes modos de funcionamento do pensamento. É antes uma formação dinâmica que estática (VYGOTSKY, 2000, p. 407 *apud* SILVA, 2014, p. 36).

Silva (2014), assevera que, segundo a perspectiva de Vygotsky, a linguagem representa um primeiro momento, que produz um caráter socializador, e, a partir da internalização, passa a servir de instrumento de autorregulação da configuração humana nos seus distintos modos de expressão (SILVA, 2014, p. 36).

Uma configuração histórico-cultural complexa é, para Rey (2005), o que constitui a subjetividade. Quanto a isso, afirma esse teórico cubano:

[...] a subjetividade não se internaliza, não é algo que vem de fora e que aparece dentro, o que seria uma forma de manter a dualidade em outros termos. [...] trata-se de compreender que a subjetividade não é algo que aparece somente no nível individual, mas que a própria cultura dentro da qual se constitui o sujeito individual, e da qual é também constituinte, representa um sistema subjetivo, gerador de subjetividade (REY, 2005, p. 78).

Com relação a significado, compreendo-o, como Vygotsky (1987), como uma produção social que se destina ao compartilhamento de informações entre sujeitos pertencentes a uma determinada cultura (LURIA, 1986). Segundo Vygotsky (1987):

O significado de uma palavra representa um amálgama tão estreito do pensamento e da linguagem, que fica difícil dizer se se trata de um fenômeno da fala ou de um fenômeno do pensamento. Uma palavra sem significado é um som vazio; o significado, portanto, é um critério da "palavra", seu componente indispensável. [...] Mas... o significado de cada palavra é uma generalização ou um conceito. E como as generalizações e os conceitos são inegavelmente atos de pensamento, podemos considerar o significado como um fenômeno do pensamento. (VYGOTSKY, 1987, p. 104)

Vygotsky ainda pondera o seguinte, com relação a significado:

O significado das palavras é um fenômeno do pensamento apenas na medida em que o pensamento ganha corpo por meio da fala, e só é um fenômeno da fala na medida em que esta é ligada ao pensamento, sendo iluminada por ele. É um fenômeno do pensamento verbal, ou da fala significativa. união da palavra e do pensamento. (VYGOTSKY, 1996, p. 104).

Quanto a sentido, a concepção desse pesquisador considera que se trata de o sujeito fazer uso da consciência, por meio da linguagem, como instrumento simbólico para mediar suas relações com o meio social onde se encontra inserido.

As pesquisadoras Costas e Ferreira (2011) contribuem para a compreensão de sentido, ao afirmarem, sobre o que é sentido a partir do pensamento vygotskyano, o seguinte:

Pode-se entender por sentido, aquela concordância sobre algo desde a ocorrência de um diálogo. Estando a conversar, as pessoas discutem um assunto e determinam um sentido para aquilo que falam. Sentido, significado e mediação em Vygotsky... O sentido é, portanto, aquele instante, não tem a estabilidade de um significado, pois mudará sempre que mudarem os interlocutores, os eventos. Tem caráter provisório e é revisitado e torna-se novo sentido em situações novas. (COSTAS; FERREIRA, 2011, p. 216)

Os sentidos são produtos das experiências experimentadas pelo sujeito, produzidos a partir de processos subjetivos desencadeados e alicerçados em sua dimensão singular. Partindo dessa suposição, Fernando Rey (2004b) aduz o seguinte sobre sentido:

[o]s sentidos subjetivos representam a unidade do emocional e do simbólico sobre uma definição produzida pela cultura (ou seja, os sentidos sempre se organizam sobre espaços simbolicamente existentes e significam, justamente, a possibilidade diferenciada da ação humana dentro de tais espaços), unidade na qual um aspecto evoca o outro, sem se converter em sua causa, o que implica o fato de que a emergência de cada um deles (emoções e processos simbólicos) gere desdobramentos, que, por sua vez, provocam a emergência de novas manifestações no outro, o que define o caráter processual, mas simultaneamente sistêmico, dos sentidos subjetivos (REY, 2004, p. 34).

À vista disso, é correto afirmar que o sentido é produzido a partir da emoção gerada em processos complexos constituintes da subjetividade de cada sujeito .

Feita essa exposição, cumpre-me, agora, apresentar o que vem a ser sujeito, porque essa noção é geralmente tomada com um sentido em si mesma (DAYRELL, 2007, p. 159). Esse estudioso define sujeito a partir das contribuições de Charlot (2000):

o sujeito é um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade; é portador de desejos e é movido por eles, além de estar em relação com outros seres humanos, também sujeitos. Ao mesmo tempo, o sujeito é um ser social, com uma determinada origem familiar, que ocupa um determinado lugar social e se encontra inserido em relações sociais. Finalmente, o sujeito é um ser singular, que tem uma história, que interpreta o mundo e dá-lhe sentido, assim como dá sentido à posição que ocupa nele, às suas relações com os outros, à sua própria história e à sua singularidade. (DAYRELL, 2007, p. 159)

De acordo com Dayrell (2007), o sujeito é produto e produtor de relações sociais, de modo a se constituir como ser ativo nesse processo de construção de sentidos e significados, buscando a constituição de sua identidade. Destaco, a propósito, que a identidade à qual me refiro não é fixa, porque o sujeito é um ser relacional e, assim, refaz, constantemente, a sua identidade, a partir das suas necessidades e emoções. Rey (2005), sobre essa questão, assevera que:

[o] sujeito é o indivíduo comprometido de forma permanente em uma prática social complexa que o transcende, e diante disso tem de organizar sua expressão pessoal, o que implica a construção de opções pelas quais mantenha seu desenvolvimento e seus espaços pessoais dentro do contexto dessas práticas (REY, 2005, p. 278).

Rey (2005), assim como Dayrell (2007), entende o sujeito como ser humano ativo no processo sócio-histórico-cultural, capaz de produzir sentidos e significados em suas ações, diante de um sistema simbólico, mostrando, assim, a sua condição de fazer escolhas de maneira a conceber a sua subjetividade.

Ressalto, ainda, o que alguns teóricos compreendem por identidade, termo muito usado nessa argumentação. Giddens (1991) afirma que a Modernidade afetou muito a constituição de identidade do sujeito, porque é fragmentada, e isso faz o indivíduo perder o "sentido de si", deslocando-se das relações sociais e culturais, no que pode ser chamado de "crise de identidade" (HALL, 2001, p. 9). Bauman (2003), sociólogo polonês, por seu turno, compreende a identidade como uma forma de regulação do sujeito por intermédio de normas e regras em uma sociedade:

"Identidade" significa aparecer: ser diferente e, por essa diferença, singular - e assim a procura da identidade não pode deixar de dividir

e separar. E no entanto a vulnerabilidade das identidades individuais e a precariedade da solitária construção da identidade levam os construtores da identidade a procurar cabides em que possam, em conjunto, pendurar seus medos e ansiedades [ô] (BAUMAN, 2003, p. 21)

De acordo com esse pesquisador, a identidade é flexível para atender as necessidades individuais do sujeito e essa identidade é regulada de acordo com demandas externas. Ciampa (1987), assim como Bauman, entende a identidade como algo flexível e argumenta que ela é fruto de sua construção social, histórica e cultural.

Sob essa ótica, religião e lazer representam, para os presos, práticas sociais capazes de fomentar expressiva construção de subjetividade, e assim proporcionar uma nova configuração da identidade.

Passo, então, ao próximo capítulo, para apresentar construção metodológica da pesquisa cujo relato aqui faço.

CAPÍTULO 3 - QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA INVESTIGAÇÃO

toda escolha de um equipamento conceitual e operacional a ser adotado em um estudo ocorre em razão de uma interação entre o objeto a conhecer e a personalidade do pesquisador [ô]. Daí a importância de explicitar-se e justificar as opções metodológicas contextualmente, mediante descrição dos procedimentos priorizados e das formas pelas quais as informações foram obtidas e sistematizadas (BRITO; LEONARDOS, 2001, p. 27)

Como bem indica o título deste capítulo, aqui abordo as questões teórico-metodológicas que balizaram esta pesquisa. Em um primeiro momento, apresento as circunstâncias em que foi desenvolvida a investigação. Circunscrevo o tema %entidos e significados produzidos pela religião e sua interface com o lazer+, assim como as ferramentas que utilizei no processo de coleta de dados (diário de campo, questionário, observação participante, entrevistas semiestruturadas, oficina de fotografias e grupo focal). O pesquisador, nesse processo, ocupa um lugar de defrontamento frente aos dados coletados e, além disso, confere sentidos ao que coleta e analisa, tornando-se, nesse caso, sujeito ativo no processo investigativo, atuante e produtor de uma ação construtivo-interpretativa (REY, 2004).

Como já declarei no capítulo anterior, essa pesquisa é um desdobramento de minha investigação de mestrado, quando atuei em prol da promoção de melhor qualidade de vida para condenados; sobretudo, para os mais jovens, por acreditar que esse período da vida é %o fortemente marcado pela diversidade, dependendo das condições sociais (classe social), culturais (etnias, identidades religiosas, valores), de gênero (homens, mulheres) e de regiões+(SPOSITO, 1999, p. 1) e que, por isso, esse se situa em um processo de construção de subjetividade, o que me fez prosseguir, neste trabalho, com esse recorte etário, balizando-me no artigo 1º da Lei Federal nº 12.852, de 05 de agosto de 2013 (BRASIL, 2013), para definir, juridicamente, juventude, como se lê:

art 1º [õ] § 1º Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

Além do exposto, destaco a Lei de Execução Penal - LEP . Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (BRASIL, 1984) . , que apresenta pontos importantes, com base nos quais iniciei meus questionamentos para a construção dessa tese. O art. 3º dessa lei considera o preso sujeito de direitos, nestes termos: “[a]o condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei”

As APACs se diferenciam do sistema clássico, tradicional, justamente porque garantem aos presos quase todos os direitos previstos nessa lei. Essa legislação trata, em dois momentos distintos, a questão do direito à prática de cultos religiosos, sendo a primeira no capítulo II, que trata do direito à assistência, seção I, disposições gerais, conforme se lê abaixo:

Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso.

Art. 11. A assistência será:

- I - material;
- II - à saúde;
- III - jurídica;
- IV - educacional;
- V - social;
- VI - religiosa.

Dispõe, ainda, de uma seção específica (Seção VII) para tratar da assistência religiosa dentro dos presídios, como se lê em seu vigésimo quarto artigo:

Art. 24. A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, permitindo-se lhes a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa.

§ 1º No estabelecimento haverá local apropriado para os cultos religiosos.

§ 2º Nenhum preso ou internado poderá ser obrigado a participar de atividade religiosa.

Diante do exposto, na oportunidade e na informalidade de um almoço, com o Coordenador da Prison Fellowship International no Brasil, aproveitei a ocasião para fazer a ele algumas perguntas sobre o que, de fato, seria o curso "A Viagem do Prisioneiro". Perguntei se esse curso era centrado na doutrinação católica ou evangélica e me respondeu:

De forma alguma seria uma doutrinação com inclinação para uma ou outra religião, mas que pelo contrário, o objetivo era mostrar aos apenados que Cristo também foi um prisioneiro, mesmo nunca tendo cometido nenhum crime, e que mesmo tendo sofrido o tanto que sofreu, Jesus não abandonou e nem deixou de amar as pessoas. Questionei o fato de nunca ter ouvido falar de cultos afros em nenhuma APAC. Ele me respondeu que não, porque ainda não existe nenhuma APAC em atividade na Bahia, pois quando tiver, certamente terão os cultos Afro. (Coordenador da Prison Fellowship International no Brasil, APAC pesquisada, outubro, 2017)

Fiquei a pensar se, então, seria esse o motivo de ainda não haver uma APAC no Estado da Bahia, porque, pelas expressões de desconforto que vi no rosto do senhor Mário Ottoboni diante de cultos evangélicos que aconteceram durante o VIII Congresso das APACs, em julho de 2016, em São João Del-Rei - MG. Fiquei imaginando como ele reagiria se presenciasse um culto de religião de matriz africana no interior de uma unidade prisional APAC. Este, porém, não é o momento para essa discussão. Cumpria-me, todavia, mencionar meus questionamentos e a minha travessia no processo de construção da pesquisa ora relatada, porque, de alguma maneira, como já declarei, sou um sujeito ativo no processo investigativo e produtor de ações interpretativas.

No mestrado, utilizei da observação participante com "espectro etnográfico" e fiquei por aproximadamente dez meses convivendo, de domingo a domingo, de oito horas da manhã até às dezessete horas de cada um desses dias com esses jovens. Nesse período de imersão, constatei e testemunhei algumas situações de descumprimento da LEP (Lei de Execução Penal). Mesmo se distinguindo do sistema prisional comum, ainda assim o sistema APAC não cumpre, à risca, todas as disposições da LEP.

Observei que cada instituição prisional trata o condenado e seus direitos, previstos na LEP, de uma maneira; cada casa de detenção estabelece

as suas regras e o Estado não faz controle algum, não as fiscaliza, quanto a essas regras. Essas instituições prisionais, na maioria das vezes, não respeitavam os direitos à assistência material, à saúde, a jurídica, educacional e social e, muito menos ainda, os direitos à assistência religiosa e ao lazer. Essas observações me provocaram estes questionamentos: na APAC, o apenado tem seu direito à manifestação de sua real crença religiosa (quando, como e com qual finalidade?)?; por quê cada unidade APAC trata o direito à crença religiosa de uma maneira distinta?; por quê trabalham de formas diferenciadas, tendo o público com, praticamente, o mesmo perfil?; qual o sentido das atividades religiosas?; as atividades religiosas são capazes de gerar transformações na subjetividade do detento?; e quais os significados das atividades religiosas para o condenado e para a instituição?

Naturalmente, não cabia a mim investigar todas essas questões, já que o objetivo do mestrado era outro e, pelo tempo em que o mestrado é circunscrito, não daria tempo para eu aprofundar e ampliar as perspectivas da minha pesquisa. Por isso, essas questões se tornaram questões para o doutoramento. Minhas observações tiveram continuidade e posso dizer que, de certa forma, o desenho do meu trabalho de doutorado começava a ser delineado.

Na oportunidade, fui participar do VIII Congresso das APACs e, nele, confirmei minha percepção anterior de que cada unidade tem diferentes formas de se trabalhar o método apaqueano no que diz respeito à religiosidade. As diferenças, porém, só se fazem presentes quanto à contemplação de apenas duas religiões: a católica e a evangélica. As manifestações de outras religiosidades são reprimidas; principalmente, se forem de matriz africanas.

Isso exporço, constata-se, portanto, o desafio de se encontrar esse espaço de garantias de direitos para um processo efetivo de (res)socialização em um presídio. Por isso, decidi pesquisar e pesquisei uma unidade prisional que, ~~em tese,~~ disponibiliza esse espaço. Busquei, então, nesse contexto, compreender como os jovens se apropriam dos cultos religiosos, seu signos e sentidos e quais são as tensões geradas no campo do lazer, ao ser ele atravessado pela . e atravessar a . religião no método APAC. Pretendi, nesse esforço, verificar se, aí, a forma adotada para praticar a educação religiosa é

eficaz ou se esse excesso de atividades religiosas é estratégico simplesmente para ocupar o tempo ocioso e reduzir o tempo de lazer dos apenados. Há um velho ditado popular segundo o qual *“a cabeça vazia é oficina do diabo”* e, talvez, o que a unidade prisional esteja fazendo, com base no alerta desse ditado, é justamente isto: ocupando a cabeça dos prisioneiros com Deus, para o diabo não ter espaço.

3.1 Apresentação do campo de pesquisa

Apesar de eu ter visitado outras instituições prisionais, tanto do sistema clássico como sistema APAC, o estudo cujos resultados aqui registro teve por foco uma única unidade prisional APAC, situada na Região Metropolitana de Belo Horizonte - MG, que representava um rico campo de pesquisas, sendo considerada APAC metropolitana, o que lhe permite receber apenados de todos os municípios que fazem limites com a capital mineira.

Essa unidade foi constituída a partir dos esforços da Arquidiocese de Belo Horizonte, da Congregação Marista e da PUC Minas, liderada pelo professor Fábio Alves dos Santos, dessa última instituição. Esse nobre docente articulou forças das instituições e do Governo de Minas Gerais e, graças a ele, a APAC³ em questão dispõe de um amplo prédio, que privilegia boas áreas de circulação aos recuperandos dos três regimes, o que faz também dessa unidade vitrine para organizações públicas e não-governamentais, municipais, estaduais e internacionais dos vários continentes virem conhecer o modelo apegano de administração prisional. Outro aspecto que privilegia essas visitas é a sua localização geográfica, deixando a instituição prisional entre a sede estadual do governo mineiro e o Aeroporto Internacional de Confins - MG.

Considerando todos esses elementos relativos ao campo e ao *locus* de pesquisa, vale ainda elencar outros pontos significativos para dar ao leitor condições de imaginar o presídio. A unidade tem duzentas vagas, que são divididas nos três regimes: fechado, semiaberto e aberto. Essa APAC ocupa

³ Maiores informações sobre essa articulação podem ser obtidas na dissertação SILVA, W. G. *Lazer e juventude encarcerada: tensões entre trabalho, disciplina e práticas culturais*. 2014. Dissertação (Mestrado em Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. p. 43-46.

um terreno de 33.000m² (VAZ, 2005), aproximadamente, e, no período da pesquisa, contava com uma alteração em seu projeto inicial de construção que previa três espaços. Devido à criação do regime aberto, passou a ser dividida em quatro, sendo destinado ao espaço do regime fechado uma área aproximada de 16.000m², que comportava cento e vinte detentos, dividido em quatro pavilhões, com seis celas cada, e cada cela com cinco camas, um banheiro com chuveiro com água aquecida por sistema solar, uma mesa e prateleiras, ambas em alvenaria. Cada pavilhão comporta, ainda, uma área de tanque para se lavar roupas, que é o mesmo espaço que abriga a televisão. Nesse regime, há, ainda, uma capela, refeitório, quadra de esportes e campo de futebol gramado. No quarto pavilhão, há espaço reservado a equipamentos de academia, para a prática de musculação. Alguns desses equipamentos foram adquiridos, pelos detentos, com recursos financeiros próprios; outros foram conseguidos por mim, junto ao SESC - MG, durante minha pesquisa de mestrado. Há, ainda, no regime fechado, quadro salas de aulas, com aproximadamente vinte carteiras universitárias e lousa, uma biblioteca com diversos livros. Entre esses livros, estão, por exemplo, obras de autores como Zygmunt Bauman e Walter Ude. A unidade conta, ainda, com um auditório que comporta, com folga, os cento e vinte recuperandos, com um galpão com equipamentos para a prática de curso Solda Industrial, mas que, por ocasião da pesquisam, estava desativada. Compõem a estrutura, ainda: um galpão equipado para as atividades práticas da oficina da Marcenaria; dois galpões e mais três salas destinados ao curso de pintura sobre telas; uma pequena sala destinada às atividades de costura, reforma de roupas e confecção de tapetes domésticos com retalhos de panos; uma sala destinada ao Conselho de Sinceridade e Solidariedade - CSS, sobre o qual explanarei em outro tópico do que se trata. Existem, também, outras duas salas ocupadas por um sacolão com frutas e verduras, que podem ser compradas pelos presos, e uma lanchonete, ambas administradas pelos recuperandos que compõem o CSS, que vende misto-quente, refrigerantes, chup-chup, chicletes e balas. Dispõe, ainda, também, de uma sala que funciona como barbearia, sendo o ofício de barbeiro ensinado por um recuperando ao outro. Há uma sala que é administrada, também, por membros do CSS, na qual são guardadas todas as chaves e onde funciona uma pequena oficina de consertos e manutenção de

eletroeletrônicos; ao lado dela, uma sala denominada de farmácia, onde ficam todos os medicamentos; há, também, um consultório odontológico todo equipado onde, antigamente, eram realizados atendimentos gratuitos, por um dentista voluntário. Durante a pesquisa, esse voluntário não realizava mais atendimentos e essa sala era usada por outro dentista, que só atendia a presos que pagassem pelo tratamento. Finalizando sobre esse regime, ele dispõe, ainda, de quatro celas que ficam isoladas; essas são ocupadas, temporariamente, por detentos que cometeram faltas graves e que, em decorrência disso, serão transferidos para o sistema prisional comum.

O regime semiaberto ocupava, inicialmente, 12.000m² e dispunha de oitenta vagas (VAZ, 2005); no entanto, em 2014, foi implantado o regime aberto, reduzindo-se o espaço desse regime para aproximadamente 10.000m² e sessenta vagas. Nele, a arquitetura não é de pavilhões; são celas idênticas às do regime fechado, com os mesmos benefícios descritos, mas construídas aleatoriamente no terreno. Possui refeitório, auditório, quatro minúsculas salas improvisadas como salas de aula, cada uma com capacidade de oito alunos. Há uma barbearia, uma marcenaria, sala de pintura em telas e uma imensa horta; por isso, nesse regime não se dispõe de um sacolão, há apenas a lanchonete. Existe uma pequena sala, nesse regime, que é ocupada pela biblioteca. Além dela, o ambiente dispõe de uma sala ampla, com prateleiras de alvenaria e acesso para cadeirantes, bem arejada, que foi construída especificamente para abrigar uma boa biblioteca, mas que nunca foi usada para esse fim. Durante a minha pesquisa, observei que era ocupada por uma fábrica de calçados. No semiaberto, não existe capela; por isso, as manifestações religiosas são realizadas no auditório ou no refeitório. É no auditório que fica a única televisão disponível para uso por todos os detentos do regime. Esse espaço abriga, também, uma mesa de totó. Há uma quadra de terra para a prática somente de futebol.

No regime aberto, o apenado vai ao presídio apenas para dormir; assim, ficavam determinadas para eles apenas as atividades religiosas. Com isso, esse regime ocupava uma área de 2.000m², com vinte vagas, e suas celas tinham a mesma infraestrutura dos regimes anteriormente citados, uma televisão e um pequeno refeitório. O lazer, nesse regime, é limitado a assistir televisão, cabendo-me salientar que o método apaqueano determina o seguinte

quanto à programação: se houver cem detentos; noventa e nove quiserem assistir à programação de qualquer emissora que não seja a Globo e apenas um deles quiser a uma programação específica da Globo, prevalece a escolha desse único, porque o método entende que essa emissora é a que tem a melhor programação televisiva do País.

O quarto espaço, que Vaz (2005, p. 201) chamou de **praça pública**, é a área externa do presídio, de aproximadamente 5.000m², que, além de bancos de alvenaria, tem um galpão com três salas, onde é feita a triagem do que é levado pelos familiares aos apenados em dias de visitas. Em comparação com os presídios do sistema comum, esse é um espaço que merece destaque, porque os familiares podem aguardar a revista de seus pertences em local coberto, fora do sol ou da chuva. Por falar em visitas, registro, ainda, que, nesse modelo prisional, o familiar não passa pela revista vexatória⁴. A unidade prisional pesquisada não tinha qualquer policial ou agente penitenciário armado. Essa revista, assim como as demais atividades do presídio, eram administradas por um número ínfimo de funcionários, totalizando dezenove.

Os sentenciados dessa unidade prisional tinham acesso à escola de Educação Básica, assim como ao Ensino Superior. Esse último, oferecido na modalidade Educação à Distância - EaD, disponibilizada pela faculdade FEAD, instituição de ensino superior mineira que disponibilizava aos apenados da APAC pesquisada o curso de Administração. Cursos de qualificação profissional também eram disponibilizados; porém, por voluntários ou como cursos de extensão de universidades.

Arraijada a uma disciplina rígida, a metodologia procurava ocupar todo o tempo diurno do apenado com atividades variadas, sempre embasadas em respeito, ordem e trabalho. As ofertas disponibilizadas precisavam ser incrementadas no intuito de consolidação de suas metas e considerava-se de fundamental importância envolver os dos presos, para colaborarem para a evolução processual de cada um deles, e isso era implementado, a meu ver, de

⁴ **Revista vexatória**, também chamada de **revista íntima**, constitui conduta atentatória à dignidade humana em razão da brutal violação ao direito à intimidade, à inviolabilidade corporal e à convivência familiar entre visitante e preso/interno. (fonte: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM, 2015. https://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/5279-Revista-vexatria-o-estupro-institucionalizado. Acesso em 26/01/18.

forma precária, mas os familiares estavam sempre envolvidos, de alguma maneira, em alguma atividade da APAC; principalmente, nas atividades realizadas em datas comemorativas.

No tópico seguinte, apresento os sujeitos da pesquisa e alguns indicadores que julgo relevantes para a compreensão do leitor quanto a quem são esses jovens sujeitos dos quais compreender os sentidos e os significados da religião para eles e suas tensões com o campo do lazer nessa pesquisa..

3.2 Quanto ao quadro de funcionários e voluntários

Não basta ter compaixão, é preciso agir.
Paramahansa Yogananda

A unidade prisional APAC pesquisada era, durante o período da pesquisa que realizei, composta por uma diretoria voluntária de quatorze membros, mas com apenas quatro efetivamente atuantes, a saber: o presidente, o vice, o diretor de patrimônio e um conselheiro fiscal. Contava com dezoito funcionários contratados com carteira assinada, sendo: dois motoristas, dez inspetores de segurança (que acompanham o cotidiano da APAC dentro dos regimes). Esses colaboradores trabalhavam por escala de doze por trinta e seis horas, divididos em dois turnos de trabalho, diurno e noturno. Havia três auxiliares administrativos e três encarregados, sendo um de segurança, um administrativo, e um de tesouraria. Dentro da proposta do método, todos deveriam estar na mesma posição na hierarquia da unidade prisional; porém, percebia-se claramente que o encarregado de segurança na prática, tinha mais poderes que os demais, inclusive, com relação ao então presidente. Não me aprofundarei nesse tema agora, porque esse não é o meu foco, no momento. Assim, continuo a descrever os cargos. Das auxiliares administrativas, uma trabalhava com encarregado administrativo, uma com o encarregado de segurança e, outra, com o encarregado da tesouraria. Duas estagiárias de Direito desenvolviam suas atividades sem orientação direta; então, quando precisavam de algum auxílio ou orientação, recorriam ao presidente da APAC, que tinha como uma de suas formações o bacharelado em Direito, ou a uma advogada que apresentei à APAC e que se disponibilizou a fazer um trabalho voluntário.

O voluntário, cujo significado, em alguns dicionários da língua portuguesa, diz daquele que tem a capacidade de escolha ou de decisão, espontâneo. Que pode optar por fazer ou não e, de acordo com Cunha (2001, p. 453) essa palavra foi usada pela primeira vez em nossa língua, no século XV, com o significado de "espontâneo" (CUNHA, 2001, p. 453). Contudo, a Organização das Nações Unidas (ONU) diz que o voluntário é: "o jovem ou adulto que, devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte de seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividade, organizadas ou não, de bem-estar social ou outros campos" (COELHO, 2002, p. 69 *apud* NUNES, 2009, p. 40).

Quanto a esse trabalho, resalto o trabalho de um dos voluntários que não compõe a diretoria da unidade prisional, pois trata-se de um senhor aposentado que ensina aos apenados, por mais de cinco anos, técnicas de pintura em tela, cumprindo ainda destacar que este senhor vai à APAC cinco dias por semana. Como ele senhor mora a menos de 3 km da prisão, a instituição busca-o e leva-o em casa todos os dias. Os demais voluntários geralmente doam o seu tempo aos domingos, nos horários de visitas, auxiliando na conferência e revista dos familiares e, também, na cozinha do presídio, nos dias de festas. O curioso é que muitos desses voluntários são parentes dos próprios detentos ou parentes de ex-detentos. Nesses cinco anos que estou acompanhando essa prisão, apenas uma única vez entrou algo ilícito dentro do regime fechado, o que não me autoriza dizer que tenha sido permitido por um dos voluntários que trabalham na revista de pertences; pelo contrário, o trabalho desses voluntários é que fazia toda a diferença no cotidiano dessa APAC.

Ainda com relação aos voluntários nesse espaço prisional, cumpre-me registrar que o método apaqueano diz que toda pessoa que se dispõe a executar atividades voluntárias deve passar por um curso de capacitação; esse curso é obrigatório, tanto para o voluntário quanto para o funcionário recém-contratado, porque atividades dessa natureza não podem ser realizadas pautando-se apenas em boa vontade e amadorismo (FERREIRA, 2016, p. 39)

De acordo com Nathan Cohen;

Todo o programa que empregue voluntários precisa de um curso de treinamento e de um serviço, que inclua algum material concreto [...] Ao mesmo tempo os voluntários precisam alcançar um sentimento verdadeiro de que estão realizando algo, de que seu esforço é de valia e precisam sentir-se satisfeitos. Ocorrem frustrações, mas qualquer sinal de que estão atingindo os objetivos pesará muito mais na balança (COHEN, 1964, p. 205-206).

Esse pesquisador informa que, para evitar desentendimentos, durante a execução das tarefas dos/as voluntário/as, a unidade beneficiada deve se posicionar de forma transparente:

não importa o que você execute, sua boa-vontade em nos ajudar fará com que nos comprometamos a estabelecer uma ligação de trabalho clara, útil e honesta com você. Sem isto seu esforço não lhe trará um censo de ter compreendido seu dever, que é necessário que você tenha (COHEN, 1964, p. 185).

Diante do exposto, é importante salientar que a APAC pesquisada demonstra enorme consideração para com os voluntários, sempre ressaltando a eles e elas o valor real de seu trabalho. Esse cuidado está também diretamente relacionado a um dos pilares do método, o sétimo, que diz respeito à valorização humana, que é sempre ministrado por algum voluntário, seja ele assíduo ou não, mas sempre por pessoas espontâneas. No próximo tópico, farei uma descrição do cotidiano da unidade prisional pesquisada.

3.3 Breve descrição do cotidiano da APAC pesquisada

Todo homem é maior que seu erro.
(Mario Ottoboni, 2006).

É com a frase de Mário Ottoboni, em epígrafe, que o cotidiano da APAC acontecia. Todos os dias, as atividades se iniciavam às 6 horas da manhã. Celas eram abertas pelos recuperandos que trabalhavam à noite, no auxílio noturno, caso algum apenado demandasse alguma urgência. Assim, essa abertura de celas era o último trabalho da jornada de 12 horas daquele recuperando, que era chamado pelos colegas de galeria, por passar a noite de

plantão no corredor do pavilhão, lá denominado por bloco. Se, porém, aquele era o último trabalho do %Galeria+, era também o primeiro dos demais recuperandos da APAC, porque, ao abrir as %capas dos barracos+ . como diriam eles, sobre o ato de destrancar as portas das celas . , o %Galeria+ dava início à jornada diária de um detento naquela instituição prisional.

A partir das 6h, os recuperandos se levantavam e tinham de arrumar suas camas, limpar as celas e os banheiros das celas para, às 7h, estarem todos no refeitório, para o que era chamado de primeiro ato, uma oração obrigatória a todos, tanto do regime fechado quanto do semiaberto. Somente após essa atividade que eles poderiam fazer o desjejum. Esse café durava, em média, 20 minutos; assim, de 7h20 min às 8h30min, estavam com o tempo livre para fazerem o que quisessem, dentro dos propósitos do método. No regime fechado, percebia-se que se dividiam em ver o telejornal matinal, e a prática de atividades físicas no espaço da academia de que dispunham. Já no regime semiaberto, após o café, a maioria assistia ao telejornal; os que não se juntavam a essa atividade ficavam pelo pátio, contemplar a natureza, tomando banho de sol e/ou batendo papo com os outros que por ali ficavam. Era nítida a semelhança entre os dois regimes mencionados.

Quanto aos recuperandos do regime de trabalho externo ou aberto, como eles denominavam, o ritual era totalmente diferente dos dois regimes supracitados. Percebia-se que o controle sobre eles era mesmo só para liberá-los para o trabalho e para que retornassem no horário certo. Não era frequente nem a ida dos inspetores de segurança nesse regime. Isso era comum, sem haver reclamações dos recuperandos por serem deixados de %lado+.

Voltando ao regime fechado, relato que, às 8h30min, todos se dedicavam aos seus respectivos afazeres, que se dividiam em atividades de oficina de Marcenaria, onde produziam produtos que posteriormente venderiam nos domingos para os próprios parentes ou que ficariam no espaço do *show room* para exposição e venda a visitantes da instituição. Ofereciam-se, também outras oficinas, como a de pintura em tela, com a mesma finalidade de vendas, a de crochê e a de costura, além das de outros produtos artesanais. Apresento, a seguir, fotos de algumas atividades desse cotidiano.

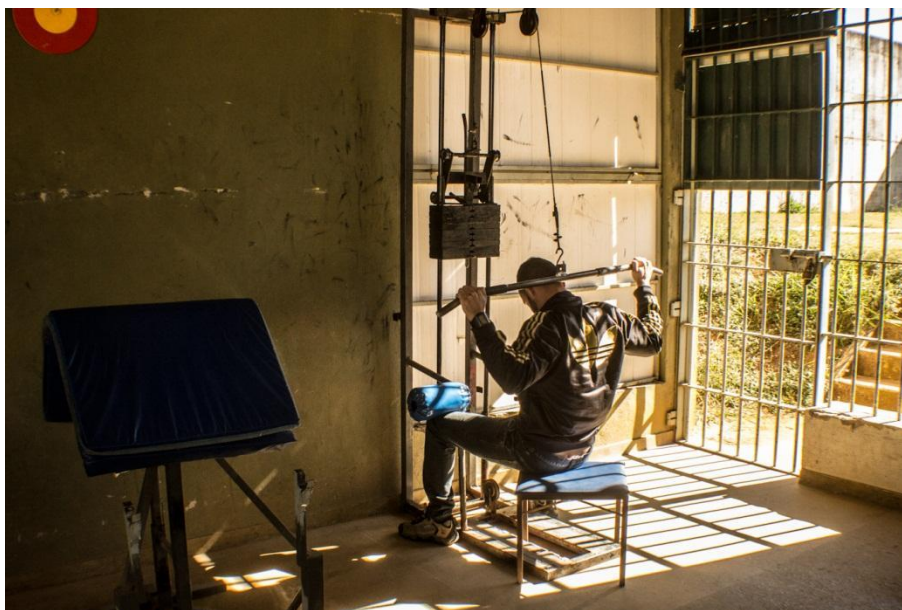


FIGURA 02 - Cotidiano matinal. Regime fechado, recuperando se exercitando antes dos afazeres do dia. Fotografia feita em junho de 2017.

Fonte: [Acervo de Walesson G. da Silva.](#)

Abaixo, na FIG. 03, imagem de cotidiano de trabalho:



FIGURA 03 - Regime fechado, recuperando na oficina de marcenaria.
Fonte: [Acervo de Walesson G. da Silva.](#) Fotografia feita em junho de 2017.

Abaixo, na FIG.04, foto de recuperando em oficina de pintura de quadros,



FIGURA 04 - Regime fechado, recuperando na oficina de pintura de quadros, por eles e pelo método, chamada de laborterapia.

Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva. Fotografia feita em junho de 2017.

Havia, ainda, aqueles que dedicavam seu tempo aos trabalhos de portaria, manutenção do prédio, como varrição, jardinagem, serviços de eletricitista, bombeiro hidráulico, organização e controle de livros da biblioteca, barbearia, farmácia, sacolão, cantina e refeitório, na organização dos cafés matinal e vespertino, almoço e jantar. Sendo assim, apresento, a seguir, fotos de algumas das atividades supracitadas.



FIGURA 05 - Recuperando trabalhando na barbearia, atendendo a outro recuperando.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva. Fotografia feita em junho de 2017.

Na FIG. 06 - um recuperando em outra atividade cotidiana, monitorado por outro recuperando :



FIGURA 06 - Recuperando trabalhando na jardinagem do regime fechado..
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva. Fotografia feita em junho de 2017.

Quanto ao regime semiaberto, eles desenvolviam as mesmas atividades de oficinas do regime fechado, tendo, ainda, o trabalho na horta, quando possível, porque esse regime contava com um número menor de apenados e era o responsável pelas atividades das portarias principais da

unidade, com detentos trabalhando em regime de escalas de plantão. Esses presos eram, também, os responsáveis por preparar os cafés matinal e vespertino, almoço e jantar de todos os regimes. Além disso, esses homens ficavam responsáveis por fazer escoltas, quando necessário, dos detentos do regime fechado, quando eram levados a um posto médico ou a outro local autorizado pelo juiz(a) da comarca. Vale destacar, a propósito, que essas ações fazem parte do método apaqueano.

Conquanto, todas essas atividades eram interrompidas, ao meio-dia, para o almoço. Esse horário era, também, um momento destinado pelos membros de Conselho de Sinceridade e Solidariedade para divulgarem informações e cobrarem disciplina, se fosse o caso. Tudo isso, porém, só acontecia após a realização da oração do Pai-Nosso; um registro de um desses momentos de oração está na foto a seguir (FIG. 07), que mostra recuperandos no refeitório . alguns deles, com exemplares da Bíblia sobre as mesas . , rezando/orando:



FIGURA 07 - Recuperandos em momento de oração antes do almoço.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva. Fotografia feita em agosto de 2016.

Após o almoço, os apenas tinham, até às 13h, tempo livre para realização das atividades que quisessem fazer. Muitos se dirigiam às salas de televisão de seus blocos e assistiam à programação veiculada nesse horário, sempre dando prioridade às programações da TV Globo, como previa o método, que considerava essa emissora como a que veicula menos programas violentos. Alguns apenas ficavam pelo refeitório mesmo e havia aqueles que

eram obrigados a ficar ali, por serem os responsáveis pela limpeza do espaço, após refeições, e pela lavagem dos pratos e talheres. Na FIG. 08, a seguir, foto de recuperando no intervalo do almoço, considerado por eles, momento de lazer.



FIGURA 08- Recuperando fazendo leitura em momento de lazer, após almoço. Aproximadamente 30 minutos de intervalo.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva. Fotografia feita em agosto de 2016.

Às 13h, todos os recuperandos do regime fechado e aqueles do regime semiaberto que não trabalhavam nas portarias, cozinha ou padaria, tinham de ir para a escola, para salas de aula que funcionavam, em ambos os regimes, como anexo de uma escola estadual do município. A Educação era ofertada na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA. Era também nesse horário que os estudantes universitários da modalidade EaD deveriam realizar suas atividades acadêmicas.

No tópico a seguir, descreverei a observação de campo.

3.4 Quanto à Observação de Campo

sistema entrelaçado de signos interpretáveis... descritos com densidade. (GEERTZ, 1998, p. 24)

Recorri à Observação Participante com o propósito de captar as experiências dos jovens apenados no que diz respeito ao universo simbólico que orienta o trabalho da instituição investigada. Segundo May (2001), esse método pode ser conceituado da seguinte maneira:

O processo no qual um investigador estabelece um relacionamento unilateral de prazo relativamente longo com uma associação humana na sua situação natural com o propósito de desenvolver um entendimento científico daquele grupo (MAY, 2001, p. 177)

Essa estratégia metodológica é um recurso que permite ao pesquisador uma integração essencial com o grupo e que oportuniza análise densa das práticas culturais dos investigados. Conforme afirma Willis (1992), a observação participante é de importância considerável, porque apega-se a significados e valores, oferecendo ao investigador estudos mais constantes sobre o cotidiano das pessoas pesquisadas, porque permite ao estudioso inserção no dia-a-dia do grupo, permitindo e facilitando o compartilhamento de crenças.

Distinta da entrevista, a observação participante enseja ao pesquisador oportunidade de fazer interpretações mais precisas do grupo, porque este se torna um sujeito do cotidiano, causando menos estranhamento e, com isso, participando mais ativamente das relações socioculturais, o que lhe viabiliza melhor compreensão do contexto observado (PROENÇA, 2007).

Destaco, ainda, que essa técnica é relevante porque, para tal ação, o pesquisador precisa dedicar um tempo específico, exclusivo; assim, quanto maior for esse tempo destinado à prática e aos registros etnográficos, maiores serão as possibilidades de absorção devido ao estabelecimento de relação de confiança que se consegue.

O investigador tem, assim, com essa técnica, condição mais adequada para descrever com detalhes o território onde está inserido, podendo, observar se o espaço físico influencia as relações estabelecidas ali; reunindo condições e elementos para, de acordo com Bourdieu, descrever o rito na própria consumação do rito (BOURDIEU, 2005, p. 131). Por isso, busquei permanecer com os jovens apenados, em momentos diversos, visando

coletar, em um diário de campo, expressivo conjunto de dados sobre os pesquisados e seus atos.

3.5 Quanto às Entrevistas

Quanto à entrevista semiestruturada, sua vantagem é que na maiorias das vezes e, dependendo da habilidade do pesquisador, quase sempre produz uma boa amostra sobre o grupo pesquisado. A entrevista semiestruturada tem boa abrangência, porque, geralmente é mais comum as pessoas toparem dialogar sobre determinado assunto do que disponibilizarem um tempo para responder um questionário escrito e fechado (SELLTIZ *et alii*, 1987).

De acordo com Triviños (1987, p. 146) a entrevista semiestruturada produz questionamentos amparados em fundamentações, teorias e hipóteses que dialogam com o tema da pesquisa. A partir das questões levantadas, novos pressupostos surgiram a partir das respostas dos entrevistados. Esse pesquisador ainda salienta que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” e permite ao pesquisador se manter consciente e atuante no processo de coleta de dados (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Um terceiro pesquisador, Manzini (1991, p. 154), defende que a entrevista semiestruturada está voltada para determinado tema sobre o qual elaboramos roteiro com perguntas indispensáveis complementadas por outras questões pertinentes às necessidade da entrevista. Ele acredita que esse tipo de entrevista proporciona afloração de dados relevantes e de maneira marcada por menor tensão.

Diante de todo o exposto, percebendo as vantagens da entrevista semiestruturada . uma vez que se trata de uma técnica construtivo-interpretativa, conforme destaca Rey (2004) ., eu a utilizei como outra estratégia metodológica para coleta de dados. Busquei, com ela, documentar o não documentado, de modo a complementar as demais técnicas que usei. Nas entrevistas (cujo roteiro está disponível no APÊNDICE B), busquei captar e eleger os sentidos e os significados produzidos em relação à religião, pelos

jovens apenados, e suas tensões com o campo do lazer na unidade prisional pesquisada. Visando proporcionar momentos descontraídos e tranquilos para os entrevistados responderem às perguntas, essas lhes foram feitas em locais escolhidos por eles. Tive como instrumento auxiliar nas entrevistas um gravador, porque, com o uso desse aparelho, as conversas transcorreram de maneira menos artificial. Fiz, então, as entrevistas nos locais escolhidos por eles; na biblioteca, na sala de aula, na capela, e até na horta da instituição.

Entrevistei 5% da população local da época, que era de 177 pessoas, dividida entre detentos dos regimes fechado e semiaberto. Até chegar a esse momento das gravações, convivi com eles por mais de dois anos; em alguns períodos, tive a oportunidade de ficar, de segunda-feira a domingo, dentro do presídio, das 7:30h às 17h. Isso me permitiu assistir aos rituais de orações antes dos cafés-da-manhãs, do almoço e dos cafés-da-tardes, além de rituais de orações sempre que alguém ou algum grupo visitava a unidade prisional. Foram realizadas 6 entrevistas com recuperandos do regime fechado e 4 entrevistas de recuperandos do regime semiaberto. Achei valioso entrevistar apenados do regime semiaberto porque esses sujeitos já tinham contato com o mundo externo ao presídio, uma vez que, a cada 45 dias, podiam passar 7 em casa. Ousei, também, entrevistar 2 ex-recuperandos da APAC pesquisada.

Cheguei aos 6 entrevistados do regime fechado e aos 4 entrevistados do regime semiaberto após longo período de observação e após a participação deles nas oficinas de Fotografia. Observo que os 4 recuperandos do semiaberto eram do regime fechado que, durante esse tempo de pesquisa, tiveram suas penas progredida para o regime semiaberto; por isso, foram sujeitos dessa pesquisa. Quanto aos outros 2, os ex-recuperandos, foram sujeitos de minha pesquisa de mestrado; por isso, foi fácil a participação de ambos, novamente, em uma nova pesquisa minha.

Com relação a todos os dez detentos que participaram, tive, antes, o cuidado de observar o tempo em que ficariam na APAC, para não correr o risco de iniciar o trabalho e perder os sujeitos da pesquisa no decorrer do trabalho.

Conforme Silva (2014), numa pesquisa envolvendo pessoas:

O que está em questão não é apenas o fato de não existir uma pesquisa totalmente neutra e objetiva, mas o caráter ético que envolve todo trabalho que visa elevar o nível de compreensão sobre

práticas humanas. O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa... (SILVA, 2014, p. 73)

Destarte, todos os sujeitos participantes desta pesquisa foram antecipadamente informados sobre os objetivos e os procedimentos que seriam (e foram) adotados na pesquisa, antes da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (APÊNDICE A). Além disso, obtive, junto ao Comitê de Ética em Pesquisa - COEP da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, em 03 de novembro de 2016, parecer consubstanciado em decisão favorável a esta pesquisa, de nº 60462816.3.0000.5525 (ANEXO A). Observo, ainda, que, além dos recuperandos, entrevistei o presidente, o diretor de aplicação do método APAC e mais dois funcionários da FBAC.

No tópico a seguir, apresento as oficinas de Fotografia oferecidas como estratégia metodológica para coleta de dados a partir de um grupo focal.

3.6 Quanto às Oficinas de Fotografia

Na imagem, o objeto entrega-se em bloco e o olhar está certo disso . ao contrário do texto ou de outras percepções que me apresentam o objeto de uma forma frouxa, discutível e assim me levam a desconfiar daquilo que julgo ver (SARTRE, 1979, p. 63)

Outra estratégia de coleta de dados que usei foram duas oficinas de Fotografia, uma vez que percebi que, para alguns recuperandos, era desconfortável falar de religião naquela unidade prisional. Conforme relato de alguns encarcerados, esse desconforto se dava devido ao fato de a instituição ter sido criada pela pastoral carcerária da Igreja Católica, e naquele momento da pesquisa, a maioria deles se declarava evangélica. Assim, propus as oficinas visando transmitir-lhes conhecimentos prático, teórico e iconográfico do universo fotográfico, bem como criar um ambiente propício e descontraído para buscar, captar e eleger os sentidos e os significados produzidos em relação à religião pelos jovens apenados e suas tensões com o campo do lazer na unidade prisional pesquisada.

Como já mencionei em outros tópicos, não busco a imagem como única ferramenta de coleta de dados; todavia, torna-se essencial mencionar o

que diz o antropólogo, professor e documentarista fotográfico norte americano John Collier Jr. (1973) sobre a importância da fotografia no uso de pesquisas de cunho etnográfico como metodologia que facilita e permite uma observação mais criteriosa:

Indiscutivelmente, a cegueira pessoal que obscurece nossa visão individual está relacionada com o isolamento que é possível em nossa sociedade urbana e mecanicista. Aprendemos a ver apenas o que praticamente precisamos ver. Atravessamos nossos dias com viseiras, observando somente uma fração do que nos rodeia. E quando observamos criticamente, é quase sempre com o auxílio de alguma tecnologia. (COLLIER JR., 1973, p. 3)

Deste modo, entendo, conforme a descrição de Collier Jr. (1973) que é relevante trazer novos instrumentos metodológicos para a documentação do estudo etnográfico, não que a etnofotografia seja algo inédito, mas trata-se de instrumento pouco utilizado e com grande potencial para coleta de dados. Outro defensor da fotografia em pesquisa antropológica é o cientista social brasileiro Luiz Achutti (2004), que defende o uso da imagem de maneira narrativa, argumentado que ela contribui com uma dinâmica nova, em uma ciência que reconfigura a todo instante.

Assim sendo, durante as oficinas, tive um público de 16 recuperandos. Na primeira delas, realizada em agosto de 2016, contei com a participação de 6 apenados do regime fechado. Na segunda, realizada em maio de 2017, contei com a participação de 10, também do mesmo regime. Desses 10 participantes da segunda oficina, apenas 6 estavam dentro do recorte etário proposto por mim, que era de analisar apenas jovens.

Ambas as oficinas tiveram carga horária de 60h/aulas e contei com a colaboração de um acadêmico de Artes Visuais da UEMG, bolsista de iniciação científica, o fotógrafo profissional Matheus Sá, que ministrou teoria e prática sobre a arte de fotografar. Após estabelecer um clima agradável e descontraído, disponibilizei seis máquinas fotográficas a esses jovens. Solicitei a eles, então, que fotografassem tudo na APAC que eles compreendessem como religião, religiosidade, espiritualidade ou sagrado, palavras sempre usadas por esses apenados quando queriam se referir a temas relacionados a Deus.

Na primeira oficina, os pesquisados ficaram com as máquinas fotográficas por uma semana. Na segunda, por opção do grupo, ficaram com elas por cinco dias. Após a produção das fotos por ambos os grupos, foram feitos grupos focais porque, de acordo com Morgan (1997), o grupo focal é uma técnica de pesquisa que permite a coleta de dados por meio do convívio grupal, a partir da discussão do tema proposto pelo pesquisador. Desse modo, mantém-se numa postura intermediária entre a observação participante e as entrevistas semiestruturadas.

Feitas as fotos, eu as expus em um telão e solicitei a cada autor que falasse sobre o porquê de ter produzido cada uma de suas imagens, sua relação com o religioso e, se além disso, as imagens tinham alguma relação com o lazer. Foram 12 participantes, divididos em dois grupos focais. Além disso, realizei levantamento iconográfico sobre as relações entre fotografia, religião e o sistema carcerário. Promovemos, também, uma exposição, dentro da própria APAC, para que os apenados pudessem perceber a diversidade das expressões religiosas ali registradas, além de terem a oportunidade de mostrarem seus trabalhos artísticos aos seus familiares que os visitassem.

Percebi que o uso desse instrumento para coleta de dados foi acertado, porque, levou alegria a aqueles homens e jovens condenados à restrição de liberdade. Além das fotos espontâneas, houve algumas que demandaram o uso do modelo fotográfico, quando resolveram fotografar corpos humanos como elementos sagrados. A satisfação em serem fotografados pelos colegas, as poses e preparação de alguns para produção das imagens foram momentos incríveis. Tive a oportunidade de ouvir um recuperando dizer que a tristeza havia sumido dos seus olhos, nesse processo de fotografar e ser fotografado, e que aquele trabalho despertou nele o desejo de viver novamente. Na fotografia abaixo (FIG. 09), é possível observar parte dessa manifestação de alegria:



FIGURA 09 - Recuperando fazendo pose para fotografia, após curso de qualificação profissional.

Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva. Fotografia realizada em junho de 2017.

Destaco que o convite para participar das oficinas de Fotografia também foi feito aos recuperandos do regime semiaberto; entretanto, esses, alegaram não terem tempo para se dedicarem a tal ação.

No tópico a seguir, relato minha experiência e meu aprendizado na unidade prisional pesquisada.

3.7 Notas acerca da minha aprendizagem nesta experiência de pesquisa

A pesquisa qualitativa tem um caráter reflexivo; contudo, há quem diga que seu problema maior seja esse porque, conforme salienta Rey (2004), a presença do pesquisador no campo da pesquisa pode influenciar nas ações cotidianas do grupo investigado. No meu caso, porém, não percebi esse estranhamento. Acredito que o fato de eu ter chegado à APAC pesquisada em maio de 2012 e de permanecer na instituição por todos esses anos, atuando como voluntário, fez com que o grupo pesquisado me percebesse como um sujeito comum inserido entre eles. Essa longa permanência não afetava mais o território e, pelo contrário, facilitou muito, em alguns momentos, o diálogo com alguns dos sujeitos pesquisados. Conforme salienta Minayo:

a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1993, p. 21)

Isso posto, preciso mencionar que os dados empíricos que coletei durante a investigação não foram analisados apenas como resultados de observação-sensorial, como é comum nas pesquisas de fundamentação ou base positivista (REY, 2004). Minha investigação levou em conta uma noção de sujeito segundo a qual só é possível compreendê-lo considerando-se seu lugar no mundo, num liame dialético em uma conjuntura de objetividade e subjetividade, não cabendo seu apoucamento.

Sobre os jovens encarcerados, sujeitos desta pesquisa, nomeados pela instituição como recuperandos, afirmo que são pessoas que se configuram e reconfiguram no processo dialético com os outros recuperandos, voluntários e funcionários, mas também, consigo mesmas. Vivem numa rotina complexa e dinâmica de atividades perpassadas por signos da cultura vivida no cárcere. Assim, percebi a emergência de cumprimento dos dispostos legais e minha investigação procurou preencher uma lacuna no campo social, buscando evidenciar os sentidos e os significados produzidos em relação à religião pelos jovens ali apenados e suas tensões com o campo do lazer na unidade prisional pesquisada.

No capítulo a seguir, analiso algumas das fotos produzidas pelos jovens encarcerados quanto ao que diz respeito a religião na unidade prisional e seu atravessamento com o campo do lazer.

CAPÍTULO 4 SUJEITOS DA PESQUISA: RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, apresento a população carcerária no momento em que a investigação foi realizada, com base em dados que coletei a partir de análise documental de registros mantidos na APAC. Os indicadores aqui levantados servirão para o leitor traçar um panorama do quadro prisional local. Cumpre-me destacar que a população prisional dessa unidade mudou várias vezes, durante a pesquisa, mas, por ocasião da coleta desses dados, em junho de 2017, estavam aprisionados 177 seres humanos. Assim, foram apurados índices de faixa etária, escolaridade, cor de pele, crimes cometidos e religião. O acesso à documentação foi realizado por intermédio da equipe de assessoria jurídica da unidade prisional e dos presidentes dos Conselhos de Sinceridade e Solidariedade - CSSs, dos regimes fechado e semiaberto. As informações quanto aos apenados que estão em trabalho externo e que, por esse motivo, só se encontram na APAC a partir das 19h, foram dadas exclusivamente pela assessoria jurídica. As informações quanto à cor de pele foram obtidas por autodeclaração dos próprios presos, em trabalho realizado pelos CSSs.

4.1.1 Indicador de Faixa Etária

Na primeira tabela (TAB. 1), apresento a faixa etária dos presos de cada um dos regimes da unidade prisional.

TABELA 1 - Faixa etária

Idade	Regime Fechado	Regime Semiaberto	Regime Aberto Trab. externo	Total
18 a 29 anos	35	15	4	55
30 a 40 anos	63	11	6	84
41 a 50 anos	14	5	7	10
51 a 60 anos	2	1	1	3
61 anos ou mais	-	3	-	3
Não declarou				22
	114	35	18	177

Fonte: Assessoria Jurídica da APAC.

Em termos percentuais, temos a TAB. 2, a seguir:

TABELA 2 - Porcentagem por faixa etária

Idade	Regime Fechado	Regime Semiaberto	Regime Aberto Trab. externo	Total	%
18 a 29 anos	35	15	4	55	31,07
30 a 40 anos	63	11	6	84	47,45
41 a 50 anos	14	5	7	10	5,70
51 a 60 anos	2	1	1	4	2,25
61 anos ou mais	-	3	-	3	1,69
Não declarou				22	5,65

Fonte: Assessoria Jurídica da APAC.

Conforme se pode constatar no GRÁF. 03, a seguir, aproximadamente 78,52% dos apenados tinham idades entre 18 e 40 anos.

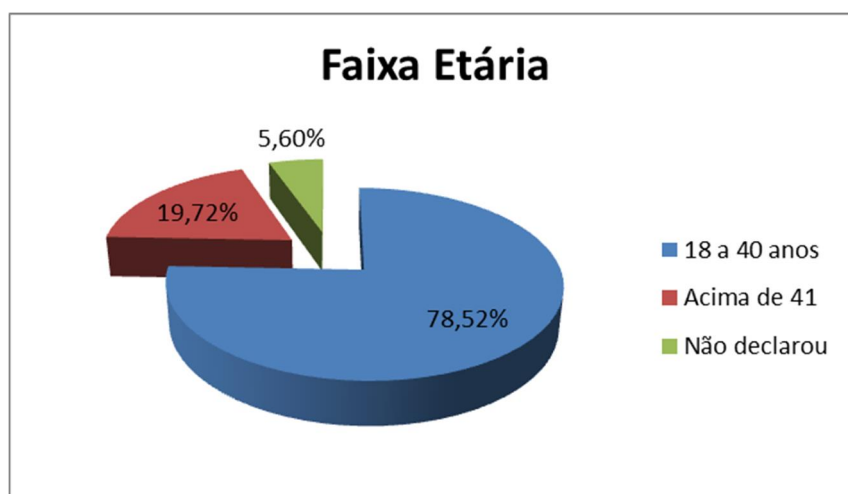


GRÁFICO 03 - Faixa Etária dos Recuperandos.
Fonte: Arquivo do autor.

Analisando a TAB. 2, averigui que a predominância etária é de população com idades entre 30 e 40 anos, pessoas com idade produtiva para o mercado de trabalho. Como mostrará o gráfico referente a pena a cumprir, percebe-se que essas pessoas passaram boa parte desse seu período produtivo no cárcere. As pessoas com mais 51 anos são a menor população, nessa APAC, representando apenas 3,94% dos encarcerados.

A seguir, a presento três gráficos; um deles com os dados supracitados; porém, com visualização gráfica diferente, que permitirá melhor comparação com os dados dos demais gráficos que dizem respeito à população carcerária do Estado mineiro e à população carcerária brasileira, quanto às suas faixas etárias.

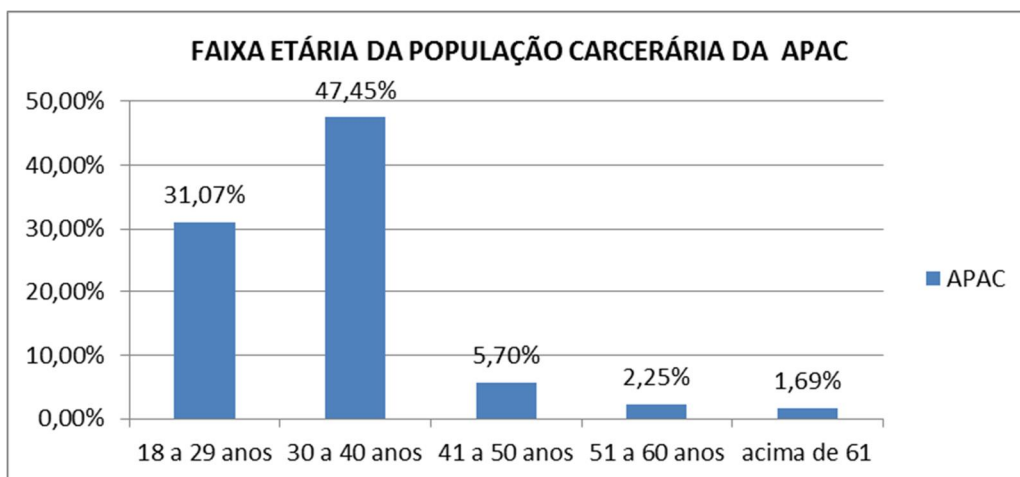


GRÁFICO 04 - Faixa Etária dos Recuperandos da APAC.
Fonte: Assessoria Jurídica da APAC.

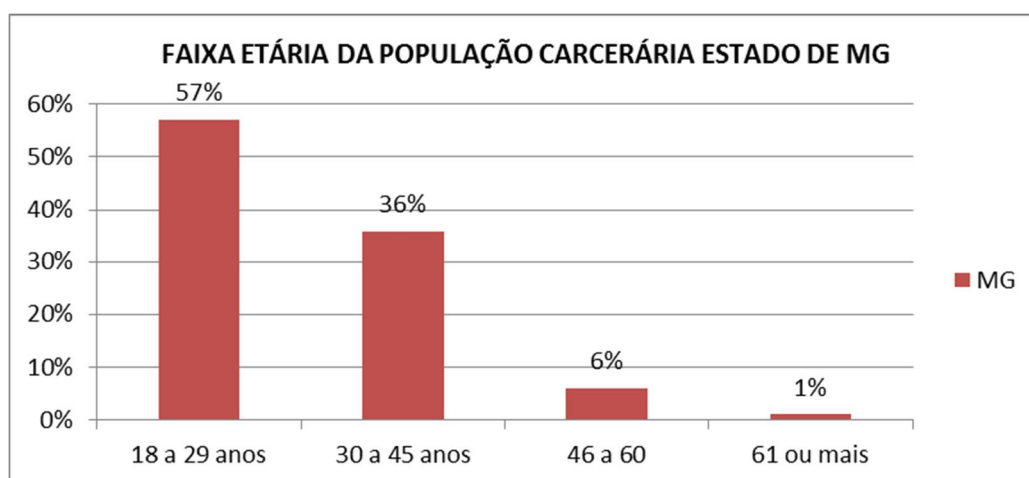


GRÁFICO 05 - Faixa Etária Da população carcerária de Minas Gerais . Gráfico de Coluna
Fonte: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014.

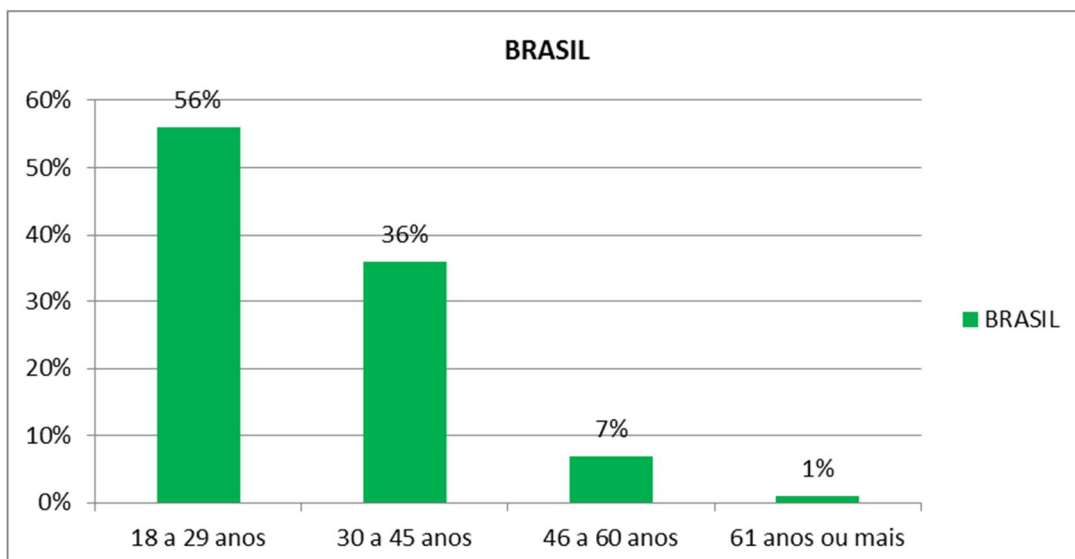


GRÁFICO 06 - Faixa Etária Da população carcerária brasileira.
 Fonte: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014.

Tendo analisado os dados disponibilizados pelo DEPEN⁵ no Informativo Penitenciário - INFOPEN, do portal do Ministério da Justiça (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014), constatei que a população encarcerada predominante no Estado mineiro e, também, em nível nacional, é de pessoas jovens, com idades entre 18 e 29 anos, ao contrário da APAC pesquisada, onde predomina população adulta, com idades de 30 a 40 anos, com índice de 45%.

Tanto em níveis de Minas Gerais quanto nacional, a predominância de encarceramento é de jovens com idades entre 18 e 29 anos. Em 2012, foram computados 143.501 jovens encarcerados com idades entre 18 e 24 anos e 266.356 na faixa etária de 25 a 29 anos, representando 54,8% da população prisional do Brasil. Em 2012, foi lançado um plano denominado "Juventude Viva+", para ampliar direitos e prevenir a violência que atinge a juventude, porque homicídios e encarceramento de jovens representam uma questão nacional de saúde pública e de direitos humanos, uma vez que a maioria desses jovens é impedida de usufruir de oportunidades sociais, acadêmicas, econômicas e potenciais talentos são perdidos (BRASIL, 2015).

Apesar de esse plano ter sido lançado em 2012, entendo que ainda é incipiente a questão do cuidado com os jovens brasileiros para que não sejam submetidos à violência, como ocorre ainda atualmente. Outro fator que

⁵ DEPEN . Departamento Penitenciário Nacional, órgão vinculado ao Ministério da Justiça.

me chama atenção é o fato de os dados coletados na APAC no período da pesquisa não refletirem os dados médios brasileiros; isso pode ter relação com a falta de oportunidade que os jovens têm de chegarem ao sistema APAC, devido ao processo (e ao critério) de seleção do detento para ingresso nesse sistema. Essa seleção é realizada por juízes de varas de execução penal e o candidato precisa preencher alguns requisitos, como ter a pena definida, ter comprovante de residência da família e a essa precisa morar na mesma cidade onde se tem uma APAC. Além desses critérios, a partir do pedido de encaminhamento à APAC é que se fazem estudos com o detento e seus familiares. Para adentrar o sistema APAC, o preso deve ter um perfil diferenciado e ser capaz de se autodisciplinar. Esse formato talvez não favoreça os jovens a chegarem à APAC. Os recuperandos da APAC não podem usar drogas e não podem manter relações sexuais com outros internos, não podem usar telefones celulares, e tudo isso é controlado com leis severas dentro do sistema, podendo qualquer transgressão dessas proibições constituir motivo para um encarcerado retornar ao sistema penitenciário comum.

4.1.2 Indicador de Cor

Na TAB. 03, a seguir, apresento o número de presos por cor, conforme autodeclarações apuradas pelos Conselhos de Sinceridade e Solidariedade de cada regime.

TABELA 03 - Indicador: Cor

Cor	Número
Negro	26
Pardo	50
Branco	43
Não se declarou	58
Total	177

Fonte: CSSs da APAC Pesquisada.

Em termos de porcentagem, percebe-se que o fato de 58 recuperandos não se declararem afetou a real situação da instituição quanto ao

seu número de encarcerados por cor, uma vez que o percentual não qualificado é alto.

TABELA 04 - Porcentagens: Cor.

Cor	Número
Negro	14,68%
Pardo	28,24%
Branco	24,29%
Não se declarou	32,52%
Total	100%

Fonte: CSSs da APAC Pesquisada.

Quanto ao indicador de cor, a despeito de ele não mostrar a predominância de 32,52% dos detentos . porque não fizeram a autodeclaração . , asseguro, com base em observação de campo que realizei, que o predomínio, nesse presídio, é de pessoas pardas. Acredito que essa minha afirmação não se constitua em surpresa para o leitor, uma vez que, ao analisarmos os dados do DEPEN referentes ao mesmo indicativo, veremos que essa é uma realidade brasileira e também mineira, de acordo com os gráficos apresentados a seguir.

O GRÁF. 07, a seguir, da APAC evidencia que a população que se declarou quanto à sua cor é, predominantemente, parda.

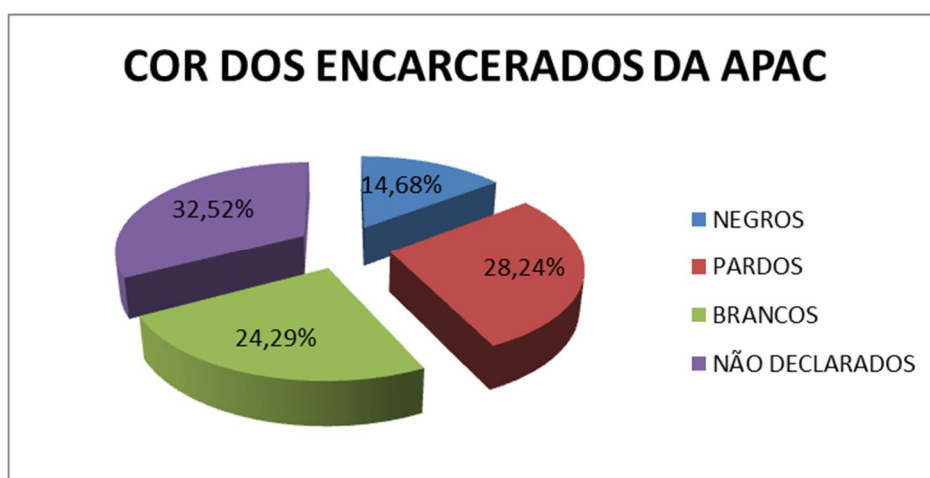


GRÁFICO 07 - Indicador de Cor.
Fonte: CSSs da APAC pesquisada.

Já no GRÁF. 08, que apresento em seguida e diz respeito às pessoas encarceradas no Estado de Minas Gerais, constata-se predomínio maciço de negros. Saliento que os dados do DEPEN não qualificam as pessoas pardas, qualificação que considero que deveria ser feita.



GRÁFICO 08 - Indicador de Cor.
Fonte: Ministério da Justiça, 2014.

O GRÁF. 09, a seguir, representa a realidade brasileira quanto aos apenados apenas em termos nacionais, o que não difere muito da situação apresentada no gráfico anterior, que se configura em Minas Gerais:

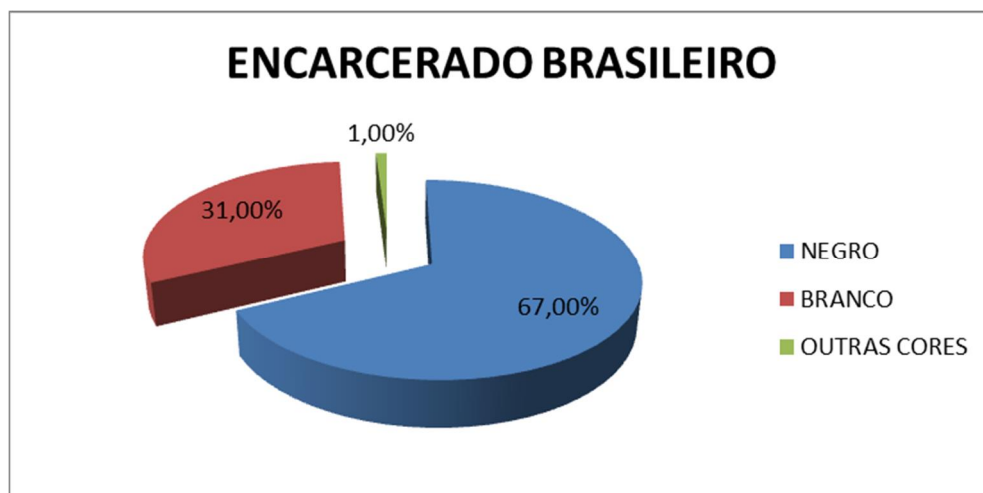


GRÁFICO 09 - Indicador de Cor.
Fonte: Ministério da Justiça, 2014.

Tendo analisado os três gráficos referentes ao quesito cor, faço uma desconfortável constatação confirmada por outras pesquisas que o nosso país só prende pessoas negras, levando-me a crer, com base nos dados, que temos um Poder Judiciário racista, que não avalia a condição do ser humano e que pensa de maneira cartesiana e linear, sem se preocupar com as trajetórias das pessoas e as suas condições para obter êxito na vida profissional. Ao mesmo tempo, percebo que a APAC, por ser um sistema prisional menos desumano, recebe maior parcela de pardos e brancos porque, somados os dados dos sujeitos que se autodeclararam pardos e negros e de todos os que não se declararam, tem-se um percentual de 74%, aproximadamente, mas, como bem sei que esses 32,52% que não se declararam não são todos negros ou pardos, isso me permite afirmar, com segurança, que a população da APAC é mais clara que a população prisional do sistema tradicional. Acredito até que valha a pena se debruçar em uma pesquisa mais minuciosa sobre essa minha afirmativa, para se constatar se, de fato, o Judiciário brasileiro privilegia os brancos.

O sistema judiciário, assim como a sociedade, é instaurado em relações de privilégio e práticas discriminatórias e explicam, dessa forma, com esse pensamento e essa prática, o ingresso ou a permanência de determinados indivíduos em espaços de poder ou em espaços privilegiados (DIAS, 2012). Na hierarquia do sistema prisional, a APAC, de alguma forma, ocupa um lugar privilegiado, posto que propõe um processo de ressocialização diferenciado do sistema prisional comum. Podemos fazer uma segunda reflexão caso se comprove que a APAC é um sistema mais branco do que outros sistemas: será que é, também, visto, pelos juízes, como um lugar hierarquicamente mais privilegiado do que o sistema comum? Essa pesquisa não se propôs a responder essa questão, mas é algo que deixa uma lacuna para futuras pesquisas.

A seguir, no próximo indicador, apresento dados relativos aos níveis de escolaridade dos apenados da instituição pesquisada, comparando-os com os índices de escolarização dos criminosos dos sistemas prisionais mineiro e brasileiro.

4.1.3 Indicador: Escolaridade.

A seguir, apresento dados referentes ao nível de escolaridade dos detentos pesquisados; porém, não me foi possível qualificar melhor as informações, porque a instituição não apura a série/ano de escolarização em que o encarcerado se encontra matriculado ou que tenha concluído. Tentei apurar esses dados diretamente com os apenados, mas muitos deles, de fato, não sabem explicar em qual etapa do período escolar interromperam seus estudos. Apresento, nas TAB. 05 e 06, a seguir, as informações que levantei.

Tabela 05 - Escolaridade dos recuperandos

Escolaridade	Número de apenados
Alfabetizado	3
Ensino Fundamental Incompleto	45
Ensino Fundamental Completo	6
Ensino Médio Incompleto	31
Ensino Médio Completo	30
Ensino Superior Incompleto	7
Ensino Superior Completo	1
Não declarado	54
Total	177

Fonte: Assessoria Jurídica da APAC.

Em termos de percentuais estatísticos, temos a seguinte representação:

Tabela 6 - Porcentagens quanto à escolaridade dos recuperandos

Escolaridade	Percentual de apenados
Alfabetizado	1,69%
Ensino Fundamental Incompleto	25,42%
Ensino Fundamental Completo	3,39%
Ensino Médio Incompleto	17,51%
Ensino Médio Completo	16,95%
Ensino Superior Incompleto	3,95%
Ensino Superior Completo	0,56%
Não declarado	30,50%
Total	100%

Fonte: Assessoria Jurídica da APAC.

Os dados da escolaridade de detentos de Minas Gerais e do Brasil mostram que a maior parte dos detentos não concluiu o Ensino Fundamental, assim como os da APAC.

Tabela - 07 Porcentagens escolaridade de detentos de Minas Gerais e Brasil

Escolaridade	Porcentagem MG	Porcentagem BR
Analfabeto	2,87%	3,99%
Alfabetizado	8,68%	6,73%
Ensino Fundamental Incompleto	54,34%	49,58%
Ensino Fundamental Completo	12,52%	14,78%
Ensino Médio Incompleto	12,81%	13,96%
Ensino Médio Completo	7,39%	9,54%
Ensino Superior Incompleto	0,91%	0,95%
Ensino Superior Completo	0,41%	0,46%
Acima do Superior Completo	0,06%	0,02%
Não declarado	0	0

Fonte: Ministério da Justiça, dez. 2014.

Analisando-se esses dados, conclui-se que a maioria dos recuperandos não concluiu o Ensino Médio e que a predominância de escolarização é do Ensino Fundamental incompleto, como já informei. A seguir, no GRÁF.10, faço uma comparação da realidade escolar da APAC com a do Estado mineiro e com os de toda a população encarcerada brasileira.

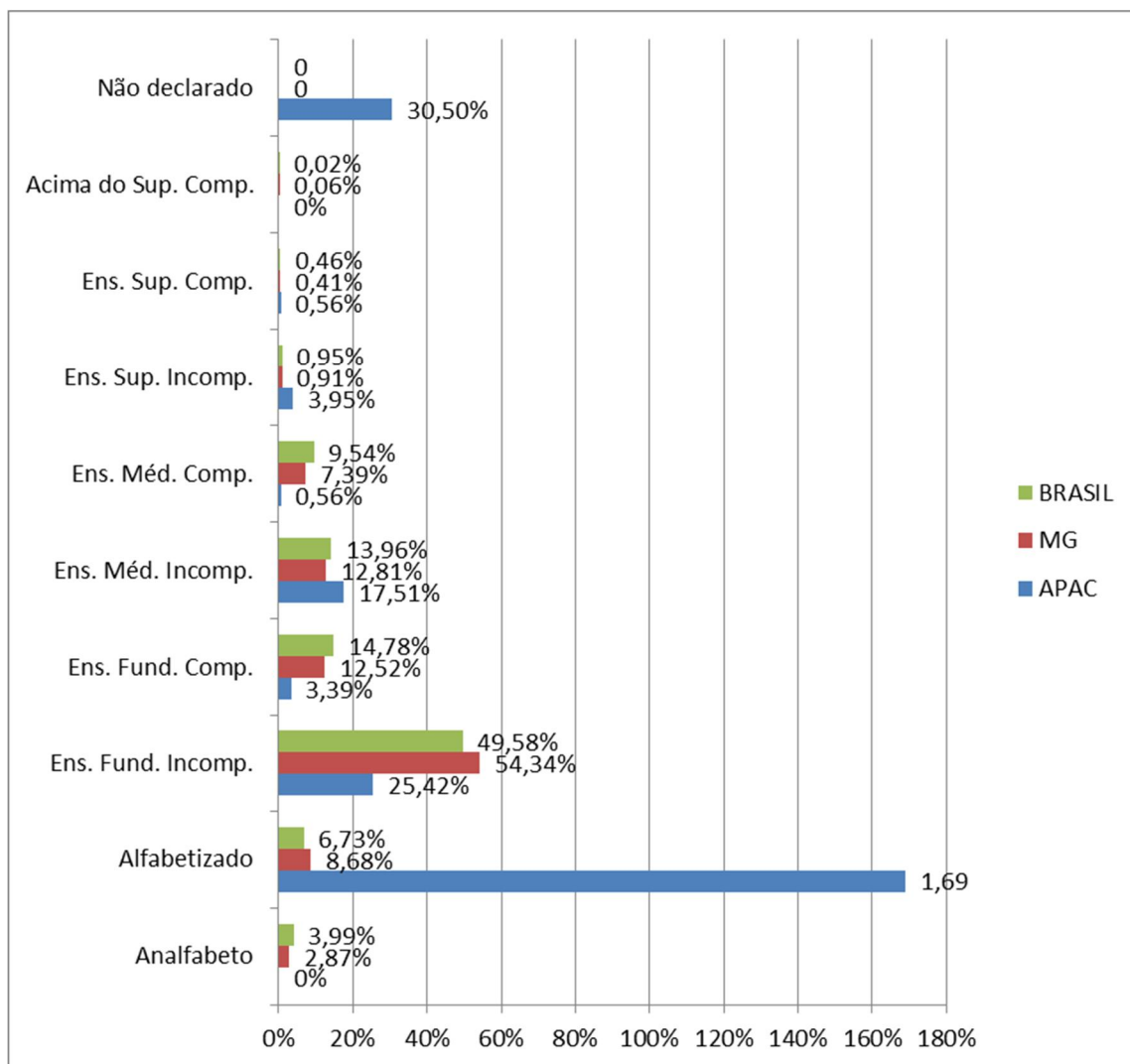


GRÁFICO 10 - Indicador de escolaridade

Fontes: Ministério da Justiça, dez. 2014, e Assessoria Jurídica da APAC.

No indicador a seguir (Crime), apresento dados referentes aos crimes mais comuns praticados pelos recuperandos da APAC pesquisada e faço um comparativo com os crimes praticados em todo Estado mineiro e, também, no Brasil.

4.1.4 Indicador: Crime.⁶

⁶ Esse indicador tem por objetivo apenas mostrar que na APAC existem pessoas cumprindo todos os tipos de crimes, porque é comum escutar que quem cumpre pena nessas instituições são condenados por crimes de pequeno potencial ofensivo e baixo tempo de condenação.

Buscando alinhar os crimes cometidos pelos apenados da instituição pesquisada, tive acesso aos dados processuais de 163 detentos, de um total de 177 condenados, o que equivale a pouco mais de 92%. Um número bem significativo; entretanto, resolvi colocar em tela apenas os crimes que tinham maiores índices de ocorrências, sendo eles: crime de furto, assalto à mão armada, homicídio, tráfico de drogas e crimes de cunho sexual. Encontrei apenado cumprindo pena na APAC por um crime que eu acreditava que não dava cadeia, que me chamou bastante atenção e me deixou indignado: uma pessoa cumprir pena por pichação, artigo 65 da Lei de Crimes Ambientais (BRASIL, 1998). Por mais que eu também me incomode com as pichações pela cidade, entendo-as eles como uma forma de resistência de uma parcela da população. Por isso, passo a temer uma Justiça que condena uma pessoa por um crime de baixo potencial ofensivo, ao passo que absolve verdadeiros criminosos do colarinho branco.

Tabela 08 - Crimes⁷

Crimes	Número de criminosos
Artigo 155	3
Artigo 121	61
Artigo 33	52
Artigo 157	31
Artigo 213	4
Artigo 217	9
Artigo 65	1

Fonte: Assessoria Jurídica da APAC.

A seguir, apresento a TAB. 09, com dados coletados por mim na APAC pesquisada e, também, dados que coletei no informativo penitenciário nacional (INFOPEN) sobre crimes mais comuns praticados em Minas Gerais e no País.

⁷ As descrições dos crimes apresentados nessa tabela estão nos anexos desta tese.

Tabela 09 - Crimes por porcentagens

Crimes mais comuns praticados	Porcentagens dos crimes dos detentos da APAC	Porcentagens dos crimes dos detentos em MG	Porcentagens dos crimes dos detentos Brasil
Artigo 155	1,69%	23,6%	32%
Artigo 121	34,46%	14,4%	14%
Artigo 33	29,38%	26,4%	27%
Artigo 157	17,50%	25,5%	11%

Fontes: Ministério da Justiça, dez. 2014, e Assessoria Jurídica da APAC.

Nessa TAB. 09, fica nítido que o tráfico de drogas é o crime mais equalizado. Os índices são praticamente os mesmos, em termos de APAC, Estado e índice nacional, entre 27 % e 29% por cento. Esse crime chama-me muito a atenção, porque, quando converso com as pessoas presas por tráfico de drogas, a maioria diz que estava apenas tentando dar dignidade a seus familiares, que sabe que aquele não era o caminho correto, mas, *por falta de oportunidades de emprego, foi a alternativa mais rápida que encontrei para manter a família*+(N. C. C). Conteúdos idênticos ao dessa fala, que é repetida por muitos apenados, levam-me a pensar sobre a importância de se ter um olhar mais complexo voltado a essa atividade tida como criminosa, porque as pessoas que se envolvem nela geralmente estão em busca da integridade; afinal, de acordo com alguns dogmas religiosos, o homem sem trabalho não é digno; não é mesmo? A Bíblia Sagrada, em seu Novo Testamento, recomenda, em Tessalonicenses 4:11-12, o seguinte:

Esforcem-se para ter uma vida tranquila, cuidar dos seus próprios negócios e trabalhar com as próprias mãos, como nós os instruímos; a fim de que andem decentemente aos olhos dos que são de fora e não dependam de ninguém.

Outra parte desse versículo diz: *Quando ainda estávamos com vocês, nós ordenamos isto: Se alguém não quiser trabalhar, também não coma.*+(Tessalonicenses 3:10-12). Além disso, a maioria dessas pessoas é de classes desprivilegiadas socialmente: homens pobres das periferias brasileiras, pardos e negros em sua maioria, sem qualificação profissional e com baixa escolaridade. E como já dizia o cantor Gonzaguinha, vida é trabalho...

... Eu vejo que ele berra

Eu vejo que ele sangra
A dor que tem no peito
Pois ama e ama...
Um homem se humilha
Se castram seu sonho
Seu sonho é sua vida
E vida é trabalho
E sem o seu trabalho
O homem não tem honra
E sem a sua honra
Se morre, se mata... (GONZAGUINHA, 1983)

Apesar de uma visão moralista do trabalho, a letra dessa música diz que: %a.] o homem sem trabalho não tem honra, então se morre se mata...+ Assim, seja qual for o trabalho, é trabalho. A sobrevivência é uma necessidade humana e, dessa forma, penso que as autoridades policiais, do Judiciário e do Ministério Público, bem como os intelectuais, deveriam pensar, juntos, um caminho para lidar com essa situação, excluindo-se o cárcere, porque tudo o que tenho visto até hoje sobre sistema prisional tem me levado a crer que ele não ressocializa, não (re)inclui socialmente; pelo contrário, corrompe. Vamos ao gráfico (GRÁF. 11):

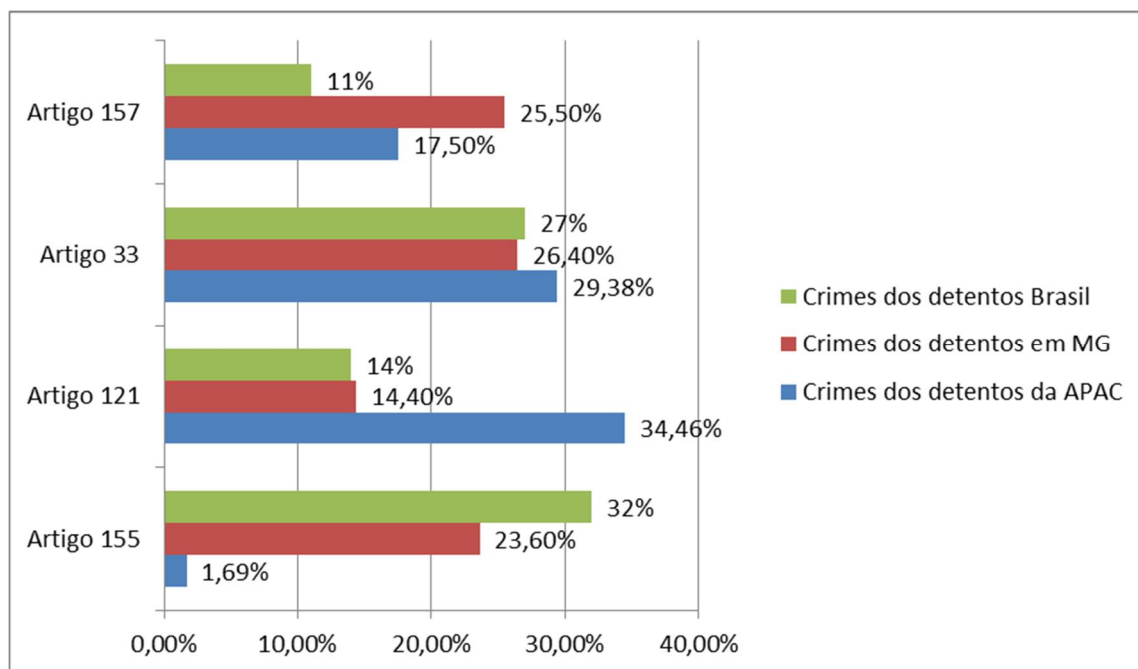


GRÁFICO 11 - Indicador: Crime.

Fontes: Ministério da Justiça, dez. 2014, e Assessoria Jurídica da APAC.

No indicador a seguir, tratarei do tema principal desta tese, a religião, apresentando informações sobre a APAC investigada.

4.1.5 Indicador: Religião.

A religião é o tema principal desta investigação científica, principalmente, por ser o presídio pesquisado uma instituição religiosa de feição católica, que atua no campo da política criminal mantendo pessoas presas sem uso de armas de fogo ou qualquer outro tipo de arma, senão a própria religião.

Tabela - 10 Religião na APAC

Religião	Número de adeptos
Católica	25
Evangélica	101
Espírita	0
Candomblé	0
Umbanda	0
Outras	0
Não declarado	51
Total	177

Fontes: Conselhos de Sinceridade e Solidariedade - CSSs da APAC.

O GRÁF.12, a seguir, nos permite visualizar o índice elevado de pessoas que se declararam evangélicas dentro da unidade prisional. Esse fato é relevante e me chama muito a atenção, por se tratar de uma APAC, instituição criada por membros da Pastoral Carcerária da Igreja Católica, que tem alicerçado o seu método de ressocialização . ou, melhor dizendo, usando as palavras de seu fundador, Mário Ottoboni, %recuperando os princípios do catolicismo+ (OTTOBONI, 1997, p. 100) . em princípios católicos, fato que pode ser facilmente notado ao se folhear seu livro de músicas dos rituais religiosos, quase todas elas compostas por padres.

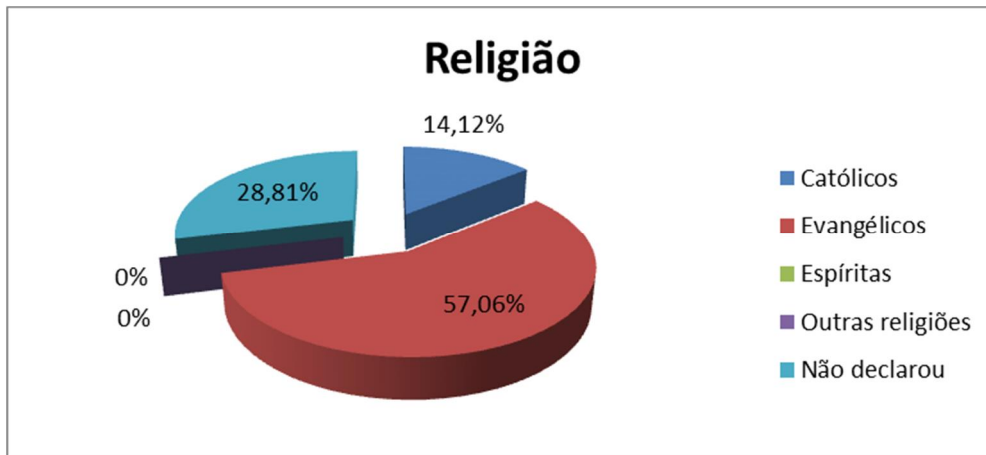


GRÁFICO 12 - Indicador de Religião.
Fontes: Conselho de Solidariedade e Sinceridade da APAC.

Discutirei melhor essa temática da religião nos dois próximos capítulos, com embasamento teórico e análise de dados coletados junto a detentos e ex-detentos da instituição prisional pesquisada.

No capítulo a seguir, analiso as imagens que resultaram de representações fotográficas quanto ao que diz respeito à religião na unidade prisional e seu atravessamento com o campo do lazer.

CAPÍTULO 5 - CONCEPÇÕES DE RELIGIOSIDADE E LAZER

Acho legais as pessoas verem lá fora que não somos animais [...] que a gente tá presa, mas é normal [...] faz coisas como as outras pessoas [...] não somos monstros, nem bichos [...] como muita gente pensa por aí [...]. Tem um monte de menina boa aí [...] fazem um monte de coisa legal [...]. Só não deram sorte na vida [...]. (OLIVEIRA, 2012, p. 60)

Neste capítulo, abordo a questão da religiosidade e do lazer, tendo por fio condutor fotografias produzidas pelos sujeitos da pesquisa, os apenados do Sistema Prisional APAC. Como uma das estratégias metodológicas de pesquisa, decidi investigar as possibilidades que a fotografia poderia oferecer para representar os significados, sentidos e usos do espaço da sacralização entre os condenados apaqueanos. Assim, dou ênfase aos sentidos simbólicos conferidos às imagens, associados à epistemologia qualitativa orientada por Fernando Rey, que compreende o sujeito de forma ativa e singular, conforme a sua configuração subjetiva articulada à subjetividade pessoal e social.

Faço-o levanto em conta que a Etnofotografia é valioso instrumento para coleta de dados, porque permite ao investigador realizar análise calma e cuidadosa da dimensão cultural do outro, por meio da noética, pesquisando fenômenos subjetivos da consciência humana, porque, como afirma Jean-Paul Sartre:

Na imagem, o objeto entrega-se em bloco e o olhar está certo disso . ao contrário do texto ou de outras percepções que me apresentam o objeto de uma forma frouxa, discutível e assim me levam a desconfiar daquilo que julgo ver. (SARTRE,1979, p. 64).

Minha pesquisa, conforme já afirmei, valeu-se, entre outros elementos, da produção de imagens realizadas pelos próprios apenados, convidados por mim (com o auxílio de um fotógrafo profissional), em oficinas que transmitiram conhecimentos prático, teórico e iconográfico do universo fotográfico. Ao fim da produção dessas imagens nas oficinas, realizamos uma exposição dentro da própria APAC, para que os apenados pudessem perceber a diversidade das expressões religiosas ali estabelecidas. As fotos produzidas foram também expostas no 18º Seminário de Pesquisa e Extensão da

Universidade do Estado de Minas Gerais (<http://www.uemg.br/seminarios/index.php>) e, assim, tivermos, de alguma maneira, oportunidade para dar visibilidade aos ~~invisíveis~~ visíveis do sistema carcerário, como se pode observar nas fotos a seguir:



FIGURA 09 - Exposição realizada durante 18º Seminário de Pesquisa e Extensão da UEMG.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva. Fotografia feita em novembro de 2016.

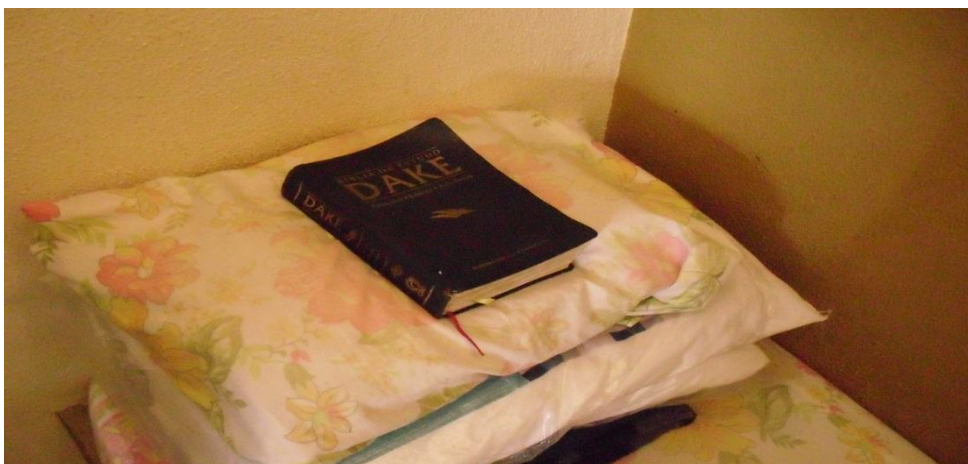


FIGURA 10 - Exposição realizada durante 18º Seminário de Pesquisa e Extensão da UEMG.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva. Fotografia feita em novembro de 2016.



FIGURA 11 - Exposição realizada durante 18º Seminário de Pesquisa e Extensão da UEMG.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva[®]. Fotografia feita em novembro de 2016.



FIGURA 12 - Exposição realizada durante 18º Seminário de Pesquisa e Extensão da UEMG.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva[®]. Fotografia feita em novembro de 2016.

Como se percebe nessas fotos, expostas no seminário, ao fotografar o sagrado, os apenas produziram imagens bem variadas para tratar esse tema. Nas três acima, vemos imagens de exemplares da Bíblia, com referência direta e imediata a um objeto utilizado em religiões cristãs. A terceira fotografia também faz alusão a religiões cristãs, com a imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida e uma fotografia da lua, associando a ideia do sagrado a manifestações da natureza.

Essa oficina foi ministrada de forma lúdica e buscando incentivar os jovens a fotografar descontraidamente. A escolha do que fotografar foi temática, mas os objetivos e as formas a fotografar foram totalmente livres. O que observei foram expressões repletas de simbolismo, fazendo emergir, por

imagens, processos de subjetividade. Realizado dessa maneira, meu exercício investigativo foi buscar compreender as subjetividades desses sujeitos, manifestadas nessas imagens. Minha proposta foi analisar a constituição das subjetividades dessas pessoas quanto à relação que estabelecem com a religiosidade e a espiritualidade, como importante ciclo na construção do sujeito. Observei, para tanto, em trabalho prático, um alerta de Fernando Rey (2003), de que só é possível pensar em elaboração de uma teoria da personalidade centrada na constituição subjetiva se:

[a] ideia de sujeito recupera o caráter dialético e complexo do homem, de um homem que de forma simultânea representa uma singularidade e um ser social, relação esta que não é de determinação externa, mas uma relação recursiva em que cada um está simultaneamente implicado na configuração plurideterminada dentro da qual se manifesta a ação do outro (REY, 2003, p. 224).

Levando tudo isso em consideração, entendo que o sujeito se constitui a partir dos resultados de suas ações (con)formando sua subjetividade. Esse processo se dá durante a sua elaboração e atribuição de significados e sentidos, gerando sua personalidade, em processo que se articula a partir dos (e nos) espaços sociais em que o sujeito está inserido.

Apresento, então, a seguir, as fotos produzidas e selecionadas pelos apenados que participaram da oficina de qualificação profissional em Fotografia, bem como as suas produções subjetivas decorrentes da interrelação entre as imagens e palavras e as relações que estabelecem com a dimensão do sagrado.

5.1 AS IMAGENS E SEUS SENTIDOS: A BUSCA PELO SAGRADO NOS ELEMENTOS DO REINO.

As imagens são certamente unidades de devaneio.
(BACHELARD, 2006, p. 168)

A APAC é uma obra de Deus.
B. F., ex-recuperando N.C.C. (12/09/15)

O grupo focal foi formado a partir dos dois grupos que participaram das oficinas. Um dos grupos focais contou com a presença de um apenado que não havia participado da oficina de Fotografia, que pediu para ficar do grupo focal. Foi esse apenado não participante da oficina quem atribuiu significados às imagens das plantas fotografadas, dizendo o porquê de terem escolhido plantas para representarem religiosidade e espiritualidade. É dele esta afirmação: *“porque planta além de ser bonita só faz o bem, já o homem!!!...+ .* Na expressão desse apenado, há uma sugestão de que o homem não faz o bem, quando diz [...] já o homem!!!... Essa frase nos aponta, também, para uma interpretação do homem mau, posto que, na Bíblia, no Livro do Gênesis, registra-se: *“A tendência do coração humano é má desde a infância.”* (Gênesis 8:21). Nesse grupo de imagens fotográficas, entendem os apenados que o sagrado está contido apenas no reino vegetal; o ser humano não foi considerado sagrado.

A leitura da espiritualidade, da religião e da religiosidade associada à natureza se opõe à visão produzida pelo pensamento moderno colonial, que enfatiza a dicotomia natureza x cultura. A árvore foi um símbolo escolhido por vários detentos como representando a religiosidade e, quando apresentada sua imagem ao grupo, seus membros compartilharam saberes sobre esse elemento, associando-o ao gênesis bíblico; outro a relacionou com o clima do presídio e o florescimento. Como se pode observar na foto abaixo (FIG. 5), a árvore fotografada está plantada no pátio do regime fechado da unidade prisional pesquisada.



FIGURA 13 - Árvore (sibipiruna) no pátio central do regime fechado.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva[®]. Fotografia feita por um dos sujeitos da pesquisa.

Essa árvore foi fotografada por três condenados; um deles justificou sua escolha desta maneira:

[õ] essa foto dessa árvore aí é que eu olhei lá no Gênesis certo, que tem a árvore do jardim do Éden, a árvore da vida e tal, eu achei muito bonita essa imagem, aí eu tirei essa foto dessa árvore aí. E Deus começou fazendo o céu, que vem lá do Gênesis aí eu achei bacana tirar essa foto dessa árvore aí. (Javé)



FIGURA 14 - Copa de árvore (sibipiruna) no pátio central do regime fechado.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva. Fotografia feita por um dos sujeitos da pesquisa.

O detento focaliza um detalhe da árvore e do céu, a partir de um estudo bíblico sobre o início da Criação segundo a perspectiva judaico-cristã. A propósito, saliento que o mito é uma forma de orientação e estruturação da vida; o mito narra a vida, traz perspectivas antropológicas de um encontro da pessoa com o mundo e com Deus (VAZ, 2007); por isso, interpreto que a narrativa fotográfica da árvore com o céu, associada a reflexões sobre o princípio da vida, traz uma perspectiva de compreensão de outras dimensões da existência nesse espaço de reclusão, convidando o detento a refletir sobre a finalidade da existência, o seu encontro com o mito original.



FIGURA 15 - Copa de árvore (sibipiruna) florida no pátio central do regime fechado.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva. Fotografia feita por um dos sujeitos da pesquisa

Outro recuperando diz o seguinte:

foi a mesma árvore que os meninos também tirou né... porém eu quis pegar um pouco do céu, porque eu vi a espiritualidade nisso aí né. O clima daqui faz aqui florescer, e conseqüentemente tem uma mesma árvore alimentando os animais que aqui, que vivem também. Então eu vi espiritualidade nisso aí, na integração do clima, da árvore, do animal conseguindo alimentar em cima disso e aqui dentro um lugar onde só tem sofrimento né. Não tanto, a APAC tem menos do que as outras cadeias... eu pensei exatamente na fama que tem da natureza, de conseguir alimentar a natureza né. Isso aí... eu vi uma espiritualidade grande nisso daí. A natureza, ela tá... como é que eu posso dizer a palavra... ela se autossustenta né. [õ] é uma obra de Deus sim, porque é uma coisa que não precisou da mão do homem pra nada. A planta nasce, o bicho nasce, o bicho necessita de se alimentar pra sobreviver, e a planta vem pra dar esse alimento a ele e ela tem o tempo né, que ela floresce, e tem esse aproveitamento da natureza em si, em torno de si mesma. Acho que é nisso aí que tá o... acho que o convívio da espiritualidade tá nisso aí. (Jacó)

A relação com a natureza é narrada pelos detentos como sendo hierárquica com relação aos homens. Apontam que há superioridade das plantas e do céu, em relação aos seres humanos. Mesmo os que, em narrativas verbais, apontam essa ideia de superioridade das plantas em relação aos humanos, ao escolherem fotografar a natureza também trazem a possibilidade de convívio com a espiritualidade, de uma integração espiritual. Essa integração do ser humano com a natureza é ancestral e resgata a nossa cultura indígena, na qual os reinos animal e vegetal eram e ainda são vivenciados de forma unificada com o ser humano, em seus afazeres cotidianos, na sua cultura. Nas culturas dos povos ameríndios, natureza e

cultura são relacionais e não se diferenciam (VIVEIROS DE CASTRO, 1996). Essa perspectiva é característica:

[...] do pensamento ameríndico sobre o universo, no qual o corpo faz parte da natureza e o espírito da cultura e se interrelacional, são unificados. Todos os seres que povoam o universo são culturais e são resultados da transformação do processo inicial da criação e guardam similaridade entre eles o que permite a comunicabilidade de todos, entre todos. (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 45).

Nas produções fotográficas dos detentos, estão presentes imagens de plantas e animais domésticos. Conforme já apontei, essa relação do sagrado com as plantas e animais remete à ancestralidade brasileira, indígena, uma matriz cultural brasileira que se conecta com uma espiritualidade muito própria (GOMES, 2012), até porque as plantas acompanham os homens, com seu uso para alimentação, mas, também, de forma medicinal, por seus valores medicinais e sagrados. A relação do sagrado associado às plantas e aos animais é algo constituinte do ser humano, desde os seus primórdios e, no Brasil, é comum, sobretudo, nas religiões afro-brasileiras e em rituais indígenas.

Além da fotografia da árvore, os apenados fotografaram outras plantas, dando explicações as mais diversas para esclarecer sua relação com o sagrado dentro de um espaço prisional. Veremos, a seguir, que um dos sujeitos da pesquisa fotografou uma flor em um barranco e justificou sua escolha dizendo: *“Deus não escolhe o lugar onde quer estar, que é possível encontra-lo até nos lugares mais improváveis. Jesus foi até os oprimidos, morreu na cruz ao lado de dois condenados”* (Jacó, N. C. C.). No fundo, esse sujeito pode estar remetendo à essa ideia construída pela vida de Cristo ou mesmo que esse local da planta é o próprio local de cada um dos detentos: um abismo, mas com a possibilidade de um florescer. A identificação de Jesus como um prisioneiro também é apontada em um momento em que essa fotografia é exposta, com a associação de Jesus aos oprimidos que vivem *“à beira do abismo”* socialmente, culturalmente, economicamente, etc..



FIGURA 14 - Hortênsia florida no pátio central do regime fechado.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva[®]. Fotografia feita por um dos sujeitos da pesquisa.

o objetivo que eu tirei essa foto aí foi exatamente isso, que aí é a parte da cadeia aqui, onde que ninguém olha praticamente. Onde que visita na verdade nem pode ir, só quem limpa lá é que vai lá. Ou então se cai alguma coisa lá, uma bola ou algum brinquedo dum criança, alguém ou o pai da criança vai lá e busca. Então é um lugar que como pode se dizer, é inabitável né. Ninguém vai e ninguém passa. E nesse lugar quando você olha tem uma flor roxa que é bonita e que... como se pode dizer, é... **ela nasceu ali num lugar onde poucas pessoas olham e ela tem a beleza dela né? Até no abismo nasce coisas belas, tem presença de Deus, até no abismo a gente encontra esperança né, encontra coisa boa ...**
(Jacó)

Conforme acordado com eles, sete dias depois de lhes entregar as câmeras fotográficas, reuni-me com todos, para escolha das fotos que participariam da exposição no seminário, sendo que apenas trinta fotografias poderiam ser expostas. Na ocasião, eles pediram que, naquela ação, já conversássemos sobre a compreensão deles acerca do tema religiosidade na APAC, porque um dos participantes dessa oficina estava inquieto e queria explicar logo porque havia apagado todas as fotos que fizera. Segundo ele, os membros do Conselho de Sinceridade e Solidariedade o haviam perseguido, durante a produção de suas fotografias, por ele ser adepto da Umbanda, e não católico ou evangélico. Por isso, ele relatou que apagou toda a sua produção, por irritação, por ter de mostrar, a todo momento, o seu trabalho. O seu relato, quanto a essa questão, pode ser lido a seguir:

Então, aí o que aconteceu... eles achou que eu tava fazendo alguma coisa, na mente deles né, alguma coisa de errado. Então eles pediram a máquina, só que eles tavam pedindo todo dia, pedi a dos meninos uma, duas vezes, só que a mim eles tavam pedindo direto e aquilo me irritou e aí eu larguei pra lá entendeu? Porque não houve um respeito,

igual você pega um preso igual eu, desconfiar de mim, então é porque não acredita na minha recuperação. Sabe? Então eu sou uma pessoa meio desacreditada aqui dentro. Mesmo eu tendo o tempo de APAC que eu tenho, são quatro anos você entendeu? Então existem pessoas que elas vêm pra APAC pra cumprir uma pena, descobrir quem ela é, descobrir qual religião ela deve adaptar, e tem pessoas que vem pra quê? Vem pra agradar mais a direção, pra ser amigo do Humberto, pra ser amigo do fulano, pra ser amigo do beltrano você entendeu? E eu não tô aqui pra isso. Eu tô aqui pra buscar uma libertação, porque sem uma libertação eu volto pro crime igual aconteceu com muitos que eu conheci... (Pelintra)

Esse recuperando traz, em sua fala, importantes revelações sobre as posturas na unidade prisional apaqueana pesquisada, como, por exemplo, quando diz que não é dado ao preso que está chegando à APAC a oportunidade de dizer qual é, de fato, a doutrina religiosa que professa, limitando sua resposta a optar por apenas por uma das duas maiores religiões do país: *“O que acontece é que quando a gente chega aqui na APAC a gente tem duas opções. Ou é católico ou é evangélico”* (Zé Pelintra). As questões levantadas por esse detento serão mais bem tratadas no capítulo a seguir; abordei um pouco delas agora somente para justificar que, neste capítulo, constam apenas as produções fotográficas de cinco presos, ficando patente a convicção de que invisibilidade não afoga a fé, de que isso é importante; de que Cristo enxerga o que a sociedade não quer ver.

Outro entrevistado preferiu fotografar momentos pessoais de outros detentos; entre eles, esse abaixo, em que o detento dedicou seu instante de lazer . que, na LEP, é nomeado de *período de recreação*. para assistir a um culto religioso transmitido pela televisão:



FIGURA 15 - Apenado do regime fechado fotografado em horário destinado ao lazer, assistindo ao culto religioso na televisão. Fotografia feita por um dos sujeitos da pesquisa.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva.

o intuito eu quis mostrar também um pouco aqui dentro, tem um monte de parte onde tem os cultos né, mas ninguém pensa nessa parte aí. Que a pessoa tá ali livre pra escolher qualquer canal, e tem um momento ali também de... (Jessé)

Em outra foto (FIG. 16), esse mesmo sujeito nos conduz a uma aula de yoga, a qual ele afirma ser um momento de conexão com Deus, um momento em que se alcança essa conexão a partir de movimentos e gestos da atividade do yoga.



FIGURA 16 - Aula de yoga.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva. Fotografia feita por um dos sujeitos da pesquisa.

é... difícil explicar. Mas é uma posição que o contato do dedo indicador com o dedão leva pro encontro espiritual, a uma concentração maior. Uma forma maior e essa posição ela é realizada

na meditação no início das aulas, quando o, a gente tá ali se preparando, preparando o espírito pra carga da aula. Você tem que querer... e conhecer. Eu não posso falar do yoga como religião se eu não conhecer, se eu não sei, se eu não experimentei. Mas eu sei no que eu tô falando... (Jessé)

Um terceiro sujeito, evangélico, denominado, por mim, como Jeová, usou seus dias de posse da câmera fotográfica para fazer exatamente o número de fotos estipuladas por mim, que iriam para a exposição, num total de seis. Assim como outros recuperandos, ele se dedicou a fotografar plantas e outros detentos no uso de seu tempo livre+fazendo o estudo da Bíblia.



FIGURA 17 - Recuperando em horário destinado ao lazer, fazendo a leitura da Bíblia.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva. Fotografia feita por um dos sujeitos da pesquisa.

é, igual essa foto aí o recuperando M. tava praticando ali a palavra num momento reservado, lendo a palavra, porque aqui na APAC, aqui **as pessoas gostam muito de religião**. Porque igual mesmo, evangélico tem vários cultos, **todos os dias aqui você vê um grupo** ali, um **grupo** aqui trazendo a palavra, praticando a palavra, tem os hinos, como R., falou na parte da manhã nós temos as nossas orações antes de iniciar o café, então sempre aqui na APAC tem essa espiritualidade né. Essa coisa que, como eu posso falar assim, essa coisa que todo momento você vê uma pessoa praticando a palavra, **buscando a palavra, lendo a palavra**. Em todos os cantos que você anda, sempre tem uma pessoa... (Jeová)

Por quê a necessidade da constante palavra de Deus? Como relata esse apenado, a APAC prega, em seu método, a busca por Deus e a remissão dos pecados por meio de orações e arrependimento; assim, muitos detentos usufruem seus momentos de lazer lendo, assistindo a cultos pela televisão ou até mesmo fazendo-o presencialmente. Na foto acima (FIG 17), percebe-se que o preso lê a Bíblia em frente a uma quadra de esportes, em momento em

que ele poderia muito bem, junto com outros detentos, estar praticando algum esporte, mas preferiu a leitura do livro sagrado.

O detento que se declarou, durante a seleção de fotos, espírita kardecista, e se apresenta, na APAC, como evangélico, fotografou uma oficina de orações (FIG. 18, a seguir), atividade de cunho católico da qual participa todas as semanas, junto com outros apenados que também declararam professar credo religioso diferente do dessa oficina de orações. A meu ver, isso seria justificável se todos esses detentos ficassem o dia todo presos em suas celas; assim, a participação em qualquer atividade se justificaria pela oportunidade de sair do espaço ínfimo de confinamento, mas, no caso, tratando-se de encarcerados do sistema prisional APAC, compreendo que essas pessoas poderiam optar por outra atividade, ao invés de irem participar de atividade religiosa distinta de suas respectivas crenças.



FIGURA 18 - Momento de oração durante oficina de orações promovida pela Igreja Católica, mas acompanhado por recuperandos de qualquer religião.

Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva[®]. Fotografia feita por um dos sujeitos da pesquisa.

essa é oficina de oração também... é o curso tem até a senhora lá atrás que é o, que é ela que fornece o curso. Na televisão ali tá o Frei né, que dá as palestras também, que relata os acontecimento e tudo, **como é que a pessoa pode enxergar que nós somos praticamente a mesma coisa de Jesus Cristo.** Porque o que ele viveu nós tamos vivendo também. **E através do que ele fez pra mudar a humanidade, acho que nós conseguimos também; né?!** Tipo conseguindo adaptar um pouquinho ali daquela situação dele nós conseguimos. Eu achei interessante tirar essa foto aí que pegou o todo; né?! (Kardek).

As frases grifadas são fantásticas, porque (de)mo(n)stram grande identificação com Cristo; alguém condenado, mas que pregava a salvação. A mudança do preso significa a mudança da humanidade! Assim como as dos trechos grifados, as demais palavras ditas por esse participante da pesquisa chamam-me muito a atenção ao se tentar compreender a baixa presença de apenados católicos nessa instituição prisional, que é de cunho católico, e ele diz que *“o curso tem até a senhora lá atrás que é o, que é ela que fornece o curso. Na televisão ali tá o Frei né, que dá as palestras também”*. Ele diz da senhora presente na APAC, que se vê no fundo da foto, que faz a mediação na oficina, e menciona que o frei ministra a palestra pela televisão. Essa fala ilustra bem o que disse um outro apenado, ao justificar, dirigindo-se a mim, que o que leva a maioria dos presos . tanto do sistema prisional comum quanto da APAC . a se tornar evangélica, é o distanciamento dos *“representantes de Deus”* da Igreja Católica, das pessoas do sistema prisional. Em minhas notas de caderno de campo, registrei esta fala: *“No presídio a maioria é evangélico porque o pastor é igual a gente [...] padre só vai em presídio no natal, pastor tá com a gente todo dia. N.C.C. 15/05/2017”*. Por quê a Pastoral Católica se afastou da causa prisional? Essa fala tem a ver com a repressão à Teologia da Libertação dentro da Igreja.

Outra mensagem importante é quando ele compara o que o frei ensina sobre Cristo com as vidas deles, dos apenados. Do sofrimento vivido por eles e o que eles podem fazer para irem se adaptando e mudarem de postura na vida. Dentro do campo hermenêutico, pode-se afirmar que esse condenado busca pela construção da identidade cristã e, mais interessante ainda, é que ele se encontra em um ambiente rico em pluralismo religioso, porque, por mais que alguns outros, assim como ele, não revelem sua real crença religiosa, a subjetividade individual aflora nesses momentos e há uma mistura de ritos religiosos nesses atos vinculados à dimensão do sagrado no presídio; talvez essa emanção de subjetividades religiosas permita uma nova interpretação do Cristianismo. A propósito disso, Salles e Bernardo (2008, p. 78) afirmam que: *“Para tanto, é preciso conceber o conhecimento de si como interpretação de si e a construção da própria identidade como fruto da hermenêutica da diferença”*; ou seja: o detento primeiro precisa se conhecer o suficiente para se propor essa construção. A hermenêutica de Paul Ricoeur

também se propõe realizar a interpretação do sujeito; ou seja: compreender como ele, no contexto histórico e social em que se situa, concebe aquele sentido daquela maneira.

Entretanto, Vygotsky (2000) já ressaltava que a consciência do ser humano não se grada naturalmente; ela precisa dos estímulos de relações com o outro para se conceber. Nessa perspectiva, salienta que:

[a] descoberta da inconstância e da mutabilidade dos significados das palavras e do seu desenvolvimento é a descoberta principal e única capaz de tirar do impasse a teoria do pensamento e da linguagem. O significado da palavra é inconstante. Modifica-se no processo do desenvolvimento da criança. Modifica-se também sob diferentes modos de funcionamento do pensamento. É antes uma formação dinâmica que estática (VYGOTSKY, 2000, p. 407).

Partindo-se desse prisma, o que produz uma dimensão socializadora é a linguagem que, a partir da subjetivação, se constitui como dispositivo de autoajustamento da ordenação humana em suas diferentes formas de expressão.

Corroborando o exposto acima, a imagem abaixo (FIG. 18) é um forte referencial no que tange à construção de sociabilidades, uma vez que a presença dos familiares no presídio traz para dentro dos seus muros subjetividades de pessoas que têm mais oportunidades culturais e isso, de alguma maneira, contribui para uma construção mais ampliada da subjetividade do encarcerado. Sob a ótica da Hermenêutica, poder-se-ia compreender, por essa imagem, o amor de Maria pelo seu filho, Jesus.



FIGURA 18 - Momento de encontro entre um apenado e sua mãe, em dia de visita.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva. Fotografia feita por um dos sujeitos da pesquisa.

O fotografado com a mãe aí, que foi um dos sujeitos da pesquisa, por mim nomeado de Kardek, disse o seguinte ao ver sua foto com a mãe, em fotografia feita por outro recuperando:

[õ] isso aí é... abaixo de Deus é tudo que eu tenho aqui na Terra, é tudo que eu tenho de mais valioso né, até filho vem depois porque filho abandona a mãe, mas mãe não abandona filho. Se for comparar com o amor de Deus aqui na Terra, é o amor de mãe né. Amor de mãe é comparável com o amor de Deus... (Kardek)

Outro fator revelador dessa foto é sobre a presença materna na unidade prisional; ao contrário dos pais, as mães estão, todos os domingos, visitando seus filhos encarcerados. Não se sabe se é porque se culpam pela situação em que se encontram seus pupilos, uma vez que a tendência da sociedade machista é dizer que educação de filho é reponsabilidade de mãe, e nesse caso, algumas pessoas compreendem que a prisão de um filho resulta de fracasso materno. Talvez seja por esse motivo que a presença paterna é ínfima nesse presídio; %o fracasso+não é do pai. Em outra vertente, poder-se-ia dizer que o amor materno é incondicional e, por isso, a mãe jamais abandonará seu filho, seja qual for a situação. O fato é que essa visita fortalece os laços familiares, sendo, por isso, muito importante para o condenado; por outro lado, é, mais uma vez, a forma de o Estado (de)mo(n)strar seu poder de controle, fazendo com que a família do apenado, de certa forma, cumpra, com ele, a pena. Essa visita aos domingos tira do familiar o direito de um dia de lazer, de descanso. Essa é só mais uma forma de o Estado punir não só o criminoso, mas, também, toda a sua família.

Na próxima imagem (FIG. 19), o recuperando fotografou o altar da capela do regime fechado, mas, em sua fala, menciona o desconforto de produzir essa fotografia, uma vez que segue orientação da doutrina evangélica e, segundo o jovem, essa religião proíbe o culto a imagens de %santos de barro+.



FIGURA 19 - Fotografia do altar da capela católica do regime fechado do presídio.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva[®]. Fotografia feita por um dos sujeitos da pesquisa.

Essa aí que eu ia querer excluir ela da exposição porque ela não ficou muito bacana. Eu acho, do meu ponto de vista. Mas com questão à religiosidade, é... eu quis tirar essas fotos aí até mesmo porque no Salmo 19 fala que não adorar imagens e santos e esses negócios. Aí foi baseado em cima da Bíblia também que eu tirei essas imagens aí. A gente não pode adorar essas imagens. [...] os que têm olhos, mas não veem... tá lá na Bíblia essa passagem, %em olhos, mas não veem; têm boca, mas não falam... ouvidos, mas não escutam+[...] (Javé)

Nesse caso, chama-me a atenção o fato de esse entrevistado, evangélico, ir até à capela católica e bater várias fotos, todas muito semelhantes, de imagens dos santos. Nesse altar, há, inclusive, uma imagem de São Jorge, santo da Igreja Católica, mas também presente em altares de religiões de matriz africana. Transpareceu-me que esse espaço causa muito desconforto ao jovem apenado e que, por ele, aquele local não deveria existir no presídio. Conforme afirma Firth (1995, p. 215); porém, %há uma verdade em toda a religião. Mas é uma verdade humana, não uma verdade divina+. Há estudos antropológicos sobre rituais evangélicos que (de)mostram que os evangélicos se apropriam de e/ou adotam, em suas práticas, rituais católicos, do Candomblé, da Umbanda, etc.. Isso se dá devido à diversidade cultural brasileira, porque boa parte da população declara que já foi em terreiros, em igrejas católicas, evangélicas e casas espíritas, entre outras instituições de cunho religioso. Desse modo, o que deveria ser tratado na APAC não é apenas a obrigatoriedade de várias orações diárias, mas como educar para a religião, de modo a permitir aos detentos a produção de senso crítico sobre o que é religião, para qual finalidade ela foi criada. Segundo o antropólogo polonês Bronisław Kasper Malinowski (1988, p. 19) %não existem povos, por mais

primitivos que sejam, sem religião nem magia; contudo, ainda fico me questiono: será, mesmo, a doutrinação religiosa o melhor método para ressocialização de uma comunidade carcerária, como prega o método APAC?

Em outra foto (FIG. 20), feita por outro apenado, um recuperando usa seu tempo de lazer ler a Bíblia:



FIGURA 20 - Apenado do regime fechado no sábado fazendo leitura da Bíblia.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva. Fotografia feita por um dos sujeitos da pesquisa.

Cumpre-me destacar que o apenado fotografado nessa FIG.20 lia a Bíblia em um sábado, dia da semana que o recuperando tem integralmente destinado ao lazer, o que pode ser averiguado no quadro de atividades da fotografia (FIG. 21) abaixo.

	2ª-feira	3ª-feira	4ª-feira	5ª-feira	6ª-feira	Sábado	Domingo
Oração	Oração	Oração	Oração	Oração	Oração	ORAÇÃO	Oração
Início da aula de reforço	Início da aula de reforço	Início da aula de reforço	Início da aula de reforço	Início da aula de reforço	Início da aula de reforço	LAZER	Início da visita
Término da aula de reforço	Término da aula de reforço	Término da aula de reforço	Término da aula de reforço	Término da aula de reforço	Término da aula de reforço	LAZER	VISITA
Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Término da visita
Retorno das atividades	Retorno das atividades	Retorno das atividades	Retorno das atividades	Retorno das atividades	Retorno das atividades	LAZER	LAZER
Início das aulas	Início das aulas	Início das aulas	Início das aulas	Início das aulas	Início das aulas	LAZER	LAZER
Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo	LAZER	LAZER
Retorno das aulas	Retorno das aulas	Retorno das aulas	Retorno das aulas	Retorno das aulas	Retorno das aulas	LAZER	LAZER
Término das aulas	Término das aulas	Término das aulas	Término das aulas	Término das aulas	Término das aulas	LAZER	LAZER
LAZER	LAZER	LAZER	LAZER	LAZER	LAZER	LAZER	LAZER
JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR
DESCANSO	DESCANSO	DESCANSO	DESCANSO	DESCANSO	DESCANSO	Descanço	DESCANSO
Dormitório	Dormitório	Dormitório	Dormitório	Dormitório	Dormitório	Dormitório	Dormitório
Dormitório	Dormitório	Dormitório	Dormitório	Dormitório	Dormitório	Dormitório	Dormitório
Dormitório	Dormitório	Dormitório	Dormitório	Dormitório	Dormitório	Dormitório	Dormitório
Horário de Silêncio	Horário de Silêncio	Horário de Silêncio	Horário de Silêncio	Horário de Silêncio	Horário de Silêncio	Horário de Silêncio	Horário de Silêncio

FIGURA 21 - Quadro com informações de atividades e obrigações diárias dos detentos da unidade prisional pesquisada.

Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva.

Como já informei, o segundo grupo que participou da oficina de Fotografia produziu imagens relacionadas ao sagrado, dentro do presídio, em momentos de trabalho, de lazer, o próprio corpo e a cela. Essa última, tomada como um espaço simbólico, de acordo com eles, como o espaço do lar de cada um.

Nas duas imagens (FIG. 22 e 23) a seguir, podemos observar detentos na oficina de marcenaria ou, como constava no método apaqueano, laborterapia de trabalho com a madeira:



FIGURA 22 - Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva.



FIGURA 23 - Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva.

Já as imagens a seguir (FIG. 24 e 25) foram feitas por um recuperando, o %Ardec+, que compreendia o momento de lazer como sagrado. Ao ver as fotografias e questioná-lo sobre o porquê de ele considerar aqueles momentos de lazer como sagrados, ele respondeu: %ai, Walesson, porque nessa hora aí, a gente esquece de tudo de ruim que aconteceu com a gente. É hora que a gente desestressa+(N.C.C., 19/06/17).



FIGURA 24 - Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva.

As práticas culturais, sejam elas atividades lúdicas ou atividades, são carregadas de significados e produtoras de sentidos para os sujeitos que as executam, porque esses executores são seres humanos que se

desenvolvem, de maneira singular, em instantes distintos e articulados com a sua subjetividade social e individual de sujeitos histórico-culturais (REY, 2003; MOLON, 2010). Na FIG. 25, apresentada em seguida, um recuperando, durante o seu tempo de lazer, praticando atividade física:



FIGURA 25 - Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva.

Na fotografia a seguir (FIG. 26), o apenado fotografou o campo de futebol ao qual, todos os sábados, todos têm acesso liberado. Silva (2014, p. 107), a propósito de esporte e relações sociais, afirma que:

De acordo com Ribeiro (2004), Elias e Dunning (2003), ao tratarem o esporte como fonte de compreensão do processo social, rompem com uma tradição prescrita que o apresentava como campo %marginalizado+ pelo meio científico, considerando que %o esporte pode ser utilizado como uma espécie de laboratório natural para a exploração de propriedades das relações sociais+ (ELIAS, 1997, p. 18). Diante disso, a capacidade de produzir sociabilidade por meio do futebol não pode ser reduzida a mero momento de ocupação do tempo para o exercício do controle institucional. (SILVA, 2014, p. 107).

Vale destacar que, decorridos já quatro anos da pesquisa supramencionada, realizada por Silva (2014), constatei que, até hoje, a instituição pesquisada ainda não se debruçou sobre a questão do futebol, para melhor explorar suas potencialidades.



FIGURA 26 - Campo de futebol. Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva. Fotografia realizada por um dos sujeitos pesquisados, em junho de 2017.

Observe que a fotografia (FIG.27) a seguir diz da pesquisa supramencionada, realizada na mesma instituição quatro anos atrás e, sendo, hoje, outros os sujeitos, o futebol continua a fascinar os indivíduos aprisionados na instituição prisional. À primeira vista, essa imagem parece não dizer muito; contudo, analiso que esse esporte diz muito, porque ele permite ao apenado, durante uma partida de futebol, um jogo, desfrutar de momentos de excitação, de competitividade, de alegria e de descontração. De acordo com Ude (2007), esse desejo de competir, de vencer o outro, nada mais era que o espelho de uma sociedade capitalista pautada pela competição e motivada por um *ethos* masculino do machismo ocidental.



FIGURA 27- Campo de futebol - Jogo entre recuperandos e jovens convidados do bairro Ribeiro de Abreu - Belo Horizonte - MG. Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva. Fotografia realizada em dezembro de 2013.

Nas imagens abaixo, os participantes da segunda oficina se fotografaram, buscando mostrar uma dimensão do sagrado por intermédio de imagens tatuadas nos seus corpos. Na primeira delas, o recuperando exibe uma frase que, segundo ele, é bíblica. Junto a ela, está a imagem de um terço em uma mão, veiculando a ideia de que a pessoa esteja fazendo uma oração. A propósito dessa leitura dessa foto, cito Netto (2011),

não se deve compreender as imagens de uma maneira fria e racional, ao passo que elas mesmas não são concebidas desta maneira por quem lida com elas no cotidiano; as imagens são contempladas, as tatuagens são contempladas e, desta forma, cabe a nós pesquisadores contemplá-las, pois somente neste processo poderemos nos aproximar da compreensão das pessoas que vivenciam este processo. Assim, entendamos imaginação como a capacidade de fazer e de decifrar imagens (BACHELARD, 2006), já que se faz necessário imaginar em busca de um sentido, quando o significado não é mais absolutamente apresentável e não se refere unicamente a um objeto (DURAND, 1988). (NETTO, 2011, p. 14)

Assim, busquei analisar as imagens não só com o que meus olhos viam, mas com o auxílio do olhar do próprio sujeito enquadrado na imagem, porque, no convívio cotidiano com aqueles homens, percebia o quanto seus próprios corpos significavam para eles, durante a marcha⁸. Os corpos daqueles condenados poderiam ser compreendidos da mesma maneira que o filósofo tcheco, naturalizado brasileiro, Vilém Flusser definiu as imagens fotográficas %superfícies que pretendem representar algo+(FLUSSER, 2005, p. 23) .

As imagens produzidas por aqueles apenados, cuidadosamente realizadas e escolhidas, por eles, para uma exposição, representavam algo e queriam dizer das suas histórias de sujeitos sócio-históricos-culturais. Contudo, foram imagens sobre as quais eles não quiseram dizer muito; maioria deles apenas descreu no que os olhos podiam enxergar. Talvez tenha me faltado habilidade, como pesquisador, para captar o não-dito ou para melhor explorar as falas desses sujeitos.

⁸ Expressão utilizada por detentos para se referirem a tempos de cumprimento de penas.



FIGURA 28 . Braço tatuado com terço e frase religiosa.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva.

A fotografia a seguir (FIG. 29), resultou do pedido do recuperando de que fotografassem o seu peito, que traz uma mensagem que pede a Deus que dê vida a seus opositores, para que estejam de pé para aplaudirem a sua vitória. Essa frase está ladeada por duas outras tatuagens: um dragão e um palhaço. Essa última tatuagem, conforme dito por muitos, é usada por assassinos de policiais. Quanto ao dragão, não encontrei significação específica, nas pesquisas que fiz sobre essas tatuagens, mas o fato é que esse sujeito diz, com os símbolos tatuados em seu corpo, de uma possível revolta; por isso, vale a pena refletir sobre essa afirmação de Netto (2011):

É imprescindível então o reconhecimento e a leitura das imagens enquanto movimento social e individual, uma vez que a recepção da imagem não é independente da relação que a mesma mantém com a experiência ou repertório do receptor (RIBEIRO, 2004). Sua significação também é, portanto, exterior e anterior, por situar-se na experiência e figurar como modelos para a construção de discursos e narrativas. (NETTO, 2011, p. 16)

Assim sendo, torna-se imprescindível análise criteriosa, para que não se incorra em avaliação simplista e direta, que desconsidere outras possibilidades de interpretação. A análise complexa se faz necessária para se compreender, efetivamente, o simbólico da imagem e o que ele traz das

relações sociais desse sujeito fotografado. Há muito a ser desvendado, que ultrapassa o simples olhar o símbolo tatuado.

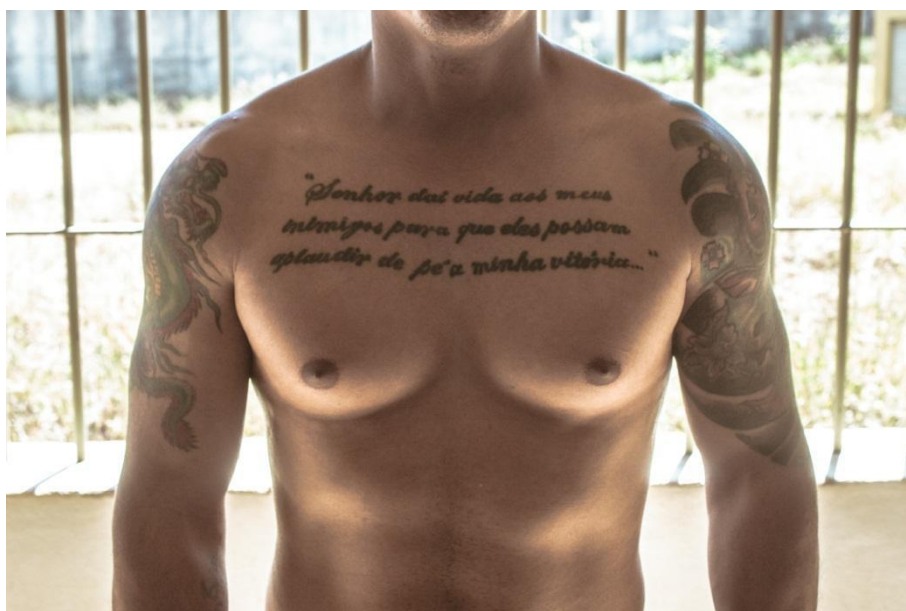


FIGURA 29 . Corpo tatuado.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva.

Outra pesquisadora, também a respeito de tatuagens, afirma o seguinte:

Tatuagens funcionam como uma memória viva, quero dizer com isso que ela simboliza uma espécie de elo de ligação entre o passado e o presente destes sujeitos, sendo capaz de unir aquilo que por uma contingência está separado (mãe, filhos, namorados [...]), e também e ao mesmo tempo, capaz de suscitar sentimentos coletivos mas que quando sentidos e vividos, assumem uma conotação individualizante como é o caso específico do sentimento **saudade** [Grifo da autora.] (CORRÊA, 1998, p. 74).

Concordo com Ivone Corrêa, nesse particular, porque, durante o tempo em que estive convivendo com os apenados da APAC pesquisada . e antes mesmo de surgirem as fotografias dos corpos, nos momentos de intervalos dos afazeres deles, em que conversávamos sobre vários temas . , as tatuagens foram, em alguns momentos, temas de nossos bate-papos. Nesses diálogos, alguns comentavam sobre os significados e os sentidos de suas obras de arte pelo corpo. Um deles tinha o rosto grosseiramente tatuado com uma imagem que, segundo ele, era o rosto do filho; outro tinha uma frase em homenagem à mãe, falecida, porque, segundo ele, ele a fizera sofrer muito.

Essas tatuagens são (e resultam de) experiências simbólicas e emocionais produzidas pela subjetividade dessas pessoas e merecem ser investigadas, porque retratam o processo de ressignificação da situação de exílio+(REY, 2003).

A imagem abaixo (FIG. 30) resultou de pedido do detento, feito a um colega de cela, de que fotografasse as suas costas, para mostrar a palavra 'Único'. Ao ser indagado sobre a fotografia, 'Jacó', como o nomeei, me disse que queria dizer o seguinte com essa foto: 'Tatuei por que sou único; não existe outro de mim. E tudo que é feito por Deus é único. Mesmo tendo feito coisa errada, sou filho de Deus'.

Vygotsky afirma que toda expressão tem uma segunda intenção. Todo discurso é uma alegoria+(VYGOTSKY, 1996, p. 32). Analisando essa fala, pode-se imaginar que seu desejo é de ser reconhecido, apesar de seus delitos, como uma pessoa 'normal', um sujeito qualquer da sociedade contemporânea.



FIGURA 30 . Corpo tatuado. Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva.

Na próxima fotografia (FIG. 31), o apenas nomeado 'Leová', diz que a imagem é para representar o cotidiano de 'um quintal de uma casa de família, com roupas secando no varal' (N.C.C., 19/06/17). Vale dizer que, durante todo esse período em que convivi com eles, observei que esses indivíduos, sempre que podiam, buscavam fazer estabelecer relações entre coisas cotidianas do presídio e algo que os conectasse com o mundo exterior. Compreendo que, por intermédio da linguagem, expressavam aquilo que vinha

de sua subjetividade, colocavam para fora sua construção simbólica de mundo. E, de acordo com Paul Ricoeur:

[õ] estar junto, enquanto condição existencial da possibilidade de qualquer estrutura dialógica do discurso, surge como um modo de ultrapassar ou de superar a solidão fundamental de cada ser humano. (RICOEUR, 2000, p. 27).

Ricoeur, assim, defende que o sujeito tem condições de vivenciar suas experiências sozinho; contudo, é na relação dialética que esse sujeito tem oportunidade de manifestar suas experiências experimentadas, a fim de compartilhar, numa narrativa, (in)consciência acerca da sua construção de sentidos e significados. Segundo ele, ~~ao~~ falarmos a alguém, apontamos para a única coisa que queremos dizer graças aos dispositivos públicos dos nomes próprios, demonstrativos e descrições definidas+(RICOEUR, 2000, p. 28).

Então, foi nesse exercício da escuta e do diálogo que conduzi minha pesquisa; pude, então, ouvir os pesquisados e interpelá-los, quando não compreendia a construção de sentidos e os significados produzidos atribuídos à religião por esses jovens apenados e suas tensões com o campo do lazer na unidade prisional.



FIGURA 31 - Cela

Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva

Apesar de se tratar de uma imagem estática, a fotografia traz questões que sempre nos remetem ao nosso passado e, assim, nos conduzem à transcendência (ENTLER, 2007). Seguindo esse raciocínio, Roland Barthes (1984, p. 37) o enriquece, ao afirmar: %Nesse deserto lúgubre, me surge, de repente, tal foto; ela me anima e eu a animo. Portanto, é assim que devo nomear a atração que a faz existir: uma animação+. Na imagem a seguir (FIG. 32), o detento fotografa um porta-retratos feito por ele. A imagem vista no objeto, que recortou de uma revista, é de uma criança. Ele guarda esse porta-retratos em sua cela e, ao ser indagado sobre a fotografia que fez relacionada ao sagrado e ao lazer dentro da APAC, ele apenas se limitou a dizer: %eu pensei muito no meu filho quando eu bati essa foto aí+ (Javé). Ele se emocionou muito, porque não possui foto do seu filho, por ser brigado com a ex-companheira e, por esse motivo, também não recebe visita dessa criança.



FIGURA 32 . Porta retrato
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva.

Diante disso, percebe-se que a subjetividade é constituída, também, pela emoção, e esse processo, que agrega significados e sentidos às práticas sociais, é organizado a partir de uma construção culturalmente majorada (LEAL, 2011). Sobre emoções, Rey (2005) afirma o seguinte:

[a]s emoções representam estados de ativação psíquica e fisiológicas, resultantes de complexos registros do organismo ante o

social, o psíquico e o fisiológico. As emoções são verdadeiras unidades que mostram a ecologia complexa em que se desenvolve o sujeito, e as mesmas respondem a todos os espaços constituintes dessa ecologia (REY, 2005, p. 242).

Esse pesquisador traz à tona questões que atrelam a emoção a aspectos biológicos, fisiológicos, psíquicos e sociais. Com isso, entrelaça emoção e sentido, ilustrando, assim, o que ele categorizou como sentido subjetivo (SILVA, 2014).

Como afirma Ghiraldelli Jr., "Para fins de reprodução e inculcação ideológico-religiosa, por exemplo, mais vale a genuflexão do que a leitura do texto teológico" (GHIRALDELLI JR., 1990, p. 197). A imagem a seguir (FIG. 27), que retrata um momento destinado ao lazer na instituição, o recuperando preferiu utilizá-la para, de joelhos, ler texto da Bíblia. Essa imagem, por si só, já diz muito porque, mesmo que esse apenas não estivesse compreendendo o que estava lendo, o fato de estar naquela posição, em frente a aquele livro sagrado, já fazia com que seus companheiros de cela tivessem especial respeito por ele, como se pode captar na fala do fotógrafo *ad hoc*:

[õ] não, porque a doutrina aqui, ela é pregada, a gente sempre ora, o primeiro ato do dia é a oração, nas alimentações também tem a oração, mas nesse momento aí esse rapaz, ele tá, ele foi, ele tá seguindo a palavra, ele tá lendo a palavra, mas é por espontânea vontade dele. (Javé)



FIGURA 33 - Cela.

Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva

Essa metodologia apaqueana, que preconiza submissão a Deus e o arrependimento do criminoso pelo crime que cometeu, me levou, em alguns momentos, a pensar que as atividades de lazer só eram realizadas naquela instituição penal porque eram garantidas pela LEP, porque as práticas e atividades de lazer naquele contexto eram mal vistas pelos próprios apenados, porque poderiam, de alguma maneira, conduzir as mentes dos sujeitos a pensamentos diabólicos e cheios de malícia.

Ao me deparar com momentos como o da fotografia a seguir (FIG. 34), feita por mim, essa reflexão sempre vinha à minha mente, porque, quando estão num momento de lazer, com viés musical, estão, na maioria das vezes, ensaiando hinos religiosos; eram raras as vezes em que deixavam %escapular músicas mundanas+. Essas, geralmente, só entravam em cena quando alguém que estava ali, assistindo ao ensaio, pedia e, mesmo assim, percebia-se que não era qualquer música que eles tocavam; um controle silencioso dos corpos e mentes imperava naquele lugar e estava internalizado na subjetividade de cada um daqueles sujeitos. Sobre isso, afirma Silva (2014)::

Na teoria da %ecnologia do eu+ (FOUCAULT, 1998), o panóptico deixa de ser um controle totalmente vigiado e passa a ser inserido o autocontrole. O indivíduo torna-se responsável por suas próprias ações, comprometido com sua própria mudança, de forma individualizada. (SILVA, 2014, p. 93)

Segundo Foucault (1998),

[...] o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e repartição diferencial do lucro, foram, em parte tornados possível pelo exercício do biopoder com suas formas e procedimentos múltiplos. O investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis naquele momento de afirmação do capitalismo (FOUCAULT, 1998, p. 133).

Suleado pela caracterização de poder empreendida por Foucault, compreendo que toda atividade humana implica certo exercício de poder; seja ela externa ao seu corpo, seja sobre o próprio corpo. O poder se delinea conforme as condições sociais de cada indivíduo, por meio de suas dimensões

cultural, religiosa, condição social, de etnia e capacidade de se sujeitar e/ou transgredir (SILVA, 2014, p. 93):



FIGURA 34 - Recuperandos durante horário destinado ao lazer, ensaiando para os momentos de cultos religiosos, acompanhados de um professor e pesquisador (de blusa branca) da escola de música da UFMG.

Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva.

No clique abaixo (FIG. 35), que fiz durante o momento da oração de agradecimento a um visitante que ia à instituição pela primeira vez, e que se encontra à frente, no auditório, eu observava que muitos daqueles recuperandos . principalmente, os que permaneciam no fundo do salão . não se concentravam no ritual; usufruíam aquele momento para azararão e descontração, com muito cuidado, obviamente, para não serem surpreendidos por alguém da administração do presídio. O fato é que, naqueles rituais, esses apenados . e, principalmente, os mais jovens . brincavam uns com os outros, cutucavam os colegas, batiam papo ou, discretamente, observavam o(s) visitante(s) e/ou a(s) visitante(s).

Feitas essas considerações, fica patente que analisar as configurações de lazer dos jovens detentos implica lançar-se sobre processos de sociabilidade, de relaxamento, azaração e construção de subjetividade, comuns a diferentes momentos da vida humana. Para fazer essa afirmação, busco subsídios em Carrano (1999), que afirma que as práticas de lazer dos jovens são constituídas por uma complexa rede de relações, que se tornam fundamentais na constituição da identidade juvenil:

[o]s fenômenos relacionados com as atividades de lazer estão no centro dos processos de formação da subjetividade e dos valores sociais nas sociedades contemporâneas. Para os Jovens particularmente, as atividades de lazer se constituem num espaço/tempo privilegiado de elaboração da identidade pessoal e coletiva (CARRANO,1999, p. 138).

Esse teórico compreende as relações sociais concebidas nos espaços e instantes de lazer como instrumento fundamental para o desenvolvimento do sujeito porque, segundo ele (*op. cit.*), esses espaços e momentos são potenciais geradores de sociabilidade no meio juvenil.

Busquei, portanto, clicar o momento, por compreender que, na instituição pesquisada, o sagrado e o profano+ ou a religião e o lazer se entrelaçavam naquelas manifestações facilmente, sem manifestação de (pre)conceito de um com relação ao outro, sem gerar tensão. É preciso se descolar de um olhar hegemônico e compreender que o lazer é uma prática singular de cada sujeito, constituído por sua subjetividade, que busca por descanso, pelo prazer, pelo desenvolvimento pessoal+ ou divertimento, integrados em níveis que articulam a corporeidade, a religiosidade e a festa, entre outras dimensões (NIGRI, 2014, p. 52). Essa imagem (FIG. 38), para mim, representa tudo isso. Ali estavam presentes a fé, representada pelos cânticos religiosos e suas melodias; e o lazer, qualificado pela alegria do cantar, pela afeição estampada nos rostos sorridentes, pelos sons produzidos pela banda dos músicos/detentos .



FIGURA 35 - Momento de oração em agradecimento a um visitante.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva

No tópico a seguir, apresento informações sobre a visão dos ex-recuperandos quanto às práticas religiosas entrelaçadas ao lazer na APAC.

5.2. A visão do ex-recuperando quanto às práticas religiosas e suas tensões como lazer.

Jovem, aproveite a sua mocidade e seja feliz enquanto é moço. Faça tudo o que quiser e siga os desejos do seu coração. Mas lembre de uma coisa: Deus o julgará por tudo o que você fizer. Não deixe que nada o preocupe ou faça sofrer, pois a mocidade dura pouco. Eclesiastes, 11: 9-10. (BÍBLIA SAGRADA, 2000).

Quanto aos cidadãos que já cumpriram pena na APAC, por eles mesmos intitulados ~~ex-recuperandos~~, para que compreendessem como cheguei até eles, expliquei que venho acompanhando a trajetória de cinco deles, após deixarem a instituição penal APAC. Não é um número muito significativo, mas meu objetivo, com esses contatos que mantenho, tem por finalidade me proporcionar uma noção mínima sobre o índice de ressocialização e reincidência no crime, após a institucionalização na APAC. Assim, desde o final de o final de 2013, mantenho algum tipo de contato com essas pessoas. Registro que, até o momento, desses cinco egressos da APAC, só tenho notícia de um ter voltado ao mundo do crime. Um deles é hoje proprietário de um salão de beleza, um se tornou bombeiro civil, um é soldador industrial, um é segurança de lojas, e, o último, é o que tive a notícia de que voltou ao tráfico de drogas, e talvez seja por isso que nunca mais me contatou.

Como fiz um recorte etário na pesquisa, optando por pesquisar os jovens, apenas dois se enquadraram nesse perfil, por ocasião da minha investigação acadêmica: o proprietário do salão de beleza, e o bombeiro civil, nomeados, respectivamente, neste estudo, de Zaqueu e Politeísta.

Ao entrevistar Zaqueu, uma das perguntas que lhe fiz foi se, durante os três anos em que foi recluso na APAC, ele percebia alguma relação estabelecida entre as práticas religiosas com o lazer, e ele me respondeu o seguinte:

ah você tem uma punição. Porque **querendo ou não você é obrigado a orar**, você é obrigado a ter... a oração do próprio recuperando, você é obrigado a saber ela, porque você tá num local que você não sabe a oração do recuperando então... tem uma certa

punição sobre isso. Você é obrigado a orar de manhã, **se você não vai na oração de manhã você não participa do lazer à tarde, você fica trancado, você não... não é uma punição né. Você não participa do lazer à tarde.** Então se você não vai na oração do almoço, não que você não vai participar do almoço porque eles não tem como ficar sem se alimentar, mas tem uma punição porque você não participa do lazer à tarde. Então... (Zaqueu) [Grifos meus.]

Observei que a primeira relação que ele estabeleceu entre religião com lazer foi por meio de menção de troca: o lazer usado como moeda de troca por bom comportamento, apesar de ele não entender como uma punição o fato de lhe tirar o direito ao lazer de um detento em função de ele não participar dos rituais litúrgicos. A atitude da instituição era, na verdade, um exercício de controle, de punição e castigo, uma investida na busca pelo controle dos corpos. Isso é categorizado como um panóptico (arquitetura que permite a vigília constante dos corpos), termo cunhado por Foucault (1990), quando aborda a questão prisional.

O ex-recupendo completa a sua fala nestes termos: o lazer, é a parte que o cara espera o dia inteiro pra participar desse lazer. Então, todo mundo participando do lazer e você não, por causa da oração; então é melhor orar; né?+(Zaqueu). Com essa reflexão de que, então, é melhor orar, ele deixa claro que a instituição não sabe como explorar as dimensões educativa e formativa das duas atividades, que poderiam se configurar como ação pedagógica entrelaçada pelo lazer e religião na produção de socialização, sociabilidade e inclusão social (BAUMAN, 2003).

Ainda na fala de Zaqueu, esse sujeito traz à tona outra pista quanto ao problema da religião no presídio pesquisado,

Que nem eu te falei, me ajudou bastante, essa religião. Eles lá me ajudaram, mas **se fosse um modo mais criativo** de tá passando essa religião pra mim eu poderia ter sugado mais essa religião. Então a religião em si ela tem que ser criativa. **Ela não pode ser só falar de Deus** (Zaqueu). (Grifos meus)

Ele menciona a dificuldade que a instituição tem para se renovar, para tratar de questões religiosas, que são questões basilares do método apaqueano. Ainda analisando essa fala, penso que talvez seja esse o motivo de a APAC, que tem berço na Pastoral Carcerária da Igreja Católica, vir perdendo seus apenados para as Igrejas Neopentecostais. Acredito, por isso,

mesmo não sendo este o foco dessa pesquisa, que vale a pena destacar o que esse jovem diz sobre atuação criativa na pregação religiosa:

a forma de aplicar. Por quê? Eu não vou pegar um cara que tá privado de liberdade e vou simplesmente falar de Deus pra ele porque ele já tá puto da vida com Deus de tá preso né. Então ele tá separado da sua família, separado da sociedade, então ele tá puto da vida com Deus. Então eu vou falar de Deus pra ele? Pô... é lógico que ele sabe que Deus é soberano, é a única pessoa que pode tirar ele de lá, que pode mudar a vida dele vai ser Deus, mas ele quer ouvir Deus de uma forma diferente. Não de uma forma maçante. Ele quer ouvir a palavra de uma pessoa que foi viciada em droga, a palavra de um pastor que é ex-traficante, uma palestra que é uma coisa criativa... (Zaqueu)

O segundo entrevistado, cognominado Politeísta, diz o seguinte sobre essa questão:

(...) é. Ele conviveu com aquilo, ao longo da vida ele conviveu, pode ter familiar que conviveu. O padre não. O padre, pra você ser padre você fica privado de muita coisa. Acho que não sei, o curso de padre acho que eles é privado de muita coisa né. Então o padre ele não tem o (aproximamente) de sexo, o padre não tem (aproximamente) de mulher, o padre não tem aproximação de álcool, de droga. **O padre não tem aproximação de nada. Ele não tem aquele convívio diário de uma pessoa comum.** Ele é tipo livre daquilo tudo. E o outro não, o pastor não. O pastor faz esse trabalho diário. Lógico que pode ter padres que faz esse mesmo trabalho. (Politeísta)

Essa contribuição de Novaes (2005) se torna essencial para a compreensão dessas falas.

[...] quando se pretende analisar as relações entre religião e juventude, não podemos deixar de lado as inseguranças advindas dos desenraizamentos do mundo contemporâneo e as específicas dificuldades de inserção social que vivem os jovens brasileiros hoje. (NOVAES, 2005, p. 282).

O jovem está em busca de alguém que lhe dê segurança, para que ele se espelhe, porque esse sujeito demanda de referências para constituir sua identidade. Assim, volto a mencionar Hall (2001), que assim escreve sobre o sujeito:

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um eu coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em

diferentes direções, de tal modo que nossas identidades estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2001, p. 13).

Esse pesquisador diz da reflexibilidade da constituição da identidade; por esse viés, é possível compreender o porquê de os apenados mudarem, com relativa facilidade, suas crenças religiosas; nesse deslocamento da identidade, o apenado demanda segurança e condições de sociabilização que, no caso, as Igrejas Neopentecostais têm mais facilidade do que a Igreja Católica de amparar, porque, além de os pastores serem pessoas mais próximas da realidade dos apenados, como ressaltam ambos os entrevistados, os neopentecostais usam da *criatividade*, mencionada por Zaqueu, para tornar seus cultos menos maçantes e mais prazerosos; assim, fazem uso de bandas *gospel*, de coreografias, de elementos que tornam a pregação um momento lúdico, o que poderia ser chamado de educação pelo lazer, em que os momentos de lazer e descontração contribuem para o processo formativo/educativo que se encontra em andamento.

Por conseguinte, as práticas religiosas e de lazer devem ser concebidas, pela APAC, como práticas sociais que permitem ao sujeito ou à sua comunidade trocar experiências e, nessa permuta, produzirem novos modos de interpretar o mundo, para, a partir daí, terem condições de se conformarem às . ou de transformarem . suas realidades (FREIRE, 2006).

Diante disso, exponho, em seguida, minhas considerações finais quanto às discussões suscitadas sobre a religião entrelaçada ao lazer no sistema prisional APAC, local repleto de (in)formações que oferece a quem nele chega despido de preconceitos boas oportunidades de aprendizado por meio da Educação Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[õ] os males da prisão são inseparáveis da própria prisão. Pelo contrário, presumiram que a prisão é uma instituição indispensável e potencialmente boa e útil. Esta presunção nós contestamos. Acreditamos que não pode haver solução realmente civilizada para o problema da prevenção do crime, enquanto sobreviver o sistema de prisão. [õ] A prisão é um castigo; com exceção da pena de morte, é a mais severa sanção de que dispõe a legislação criminal. [...] ninguém pode livrar-se de algo inconveniente simplesmente dizendo que não existe. [õ] é sem dúvida uma forma de represália: um pagamento que a sociedade cobra em moeda de sofrimento ... (PLAYFAIR; SINGTON, 1965, p. 15)

A investigação realizada por mim, sobre a qual ora apresento considerações, teve como proposta objetiva compreender, por meio de um estudo de caráter etnográfico, os sentidos e os significados produzidos em relação à religião para os jovens apenados e suas tensões com o campo do lazer na unidade prisional pesquisada.

Esclareço que, diante de um campo de pesquisa tão complexo, que, a todo instante, se reconfigura, não sou capaz de apresentar conclusão alguma; pelo contrário, permaneço com as indagações que serviram de combustível para o estabelecimento dos objetivos iniciais da pesquisa.

A intenção desta investigação acadêmica é contribuir para a compreensão das possíveis tensões que se estabelecem entre as atividades de lazer e religião que se entrelaçavam dentro da unidade prisional, a fim de trazer à tona as dimensões educativa e formativa que as duas práticas, juntas, poderiam gerar no tocante à (res)socialização e à sociabilização dos jovens ali apenados.

Minha trajetória nessa instituição se iniciou antes do desejo de pesquisá-la e esse convívio de quase seis anos, por mais paradoxal que possa parecer, apresentou-me ricas possibilidades de aprendizado, que hoje tendo retribuir com esta obra, que é um esforço no sentido de tentar melhorar, de alguma maneira, a estada daquelas pessoas no cárcere. Conseqüentemente, os aportes teóricos da teoria da complexidade e da teoria histórico-cultural (LEONTIEV, 1978; LURIA, 1986; e SMOLKA, 2004) foram balizadores nesse

percurso, porque me deparei, nesse caminhar, com pessoas oriundas de todo o País, em cumprimento de penas naquela instituição. Assim, a experiência de compartilhar momentos de aprendizado, angústia, lazer e da dimensão do sagrado com aqueles sujeitos sócio-históricos-biológicos-culturais foram essenciais para averiguação dos imbricamentos e conflitos estabelecidos com (nas e apesar das) atividades de religião e lazer.

Para essa absorção, fez-se imprescindível a assimilação os conceitos de subjetividade, sentidos e significados propostos por Vygotsky (2000, 2003 e 2005) e Fernando Rey (1995, 2003, 2004, 2005, 2007 e 2011).

Para chegar a essa tese, realizei, portanto, revisão bibliográfica em 3 (três) áreas distintas, quais sejam: 1) o campo de estudos do lazer; 2) o campo de estudos da religião, 3) as políticas públicas destinadas ao sistema prisional. Dialoguei com produções acadêmicas na perspectiva da teoria histórico-cultural, na expectativa de captar as formas pelas quais os pesquisados geravam sentidos e significados a partir das práticas religiosas entrelaçadas por atividades de lazer vivenciadas no cárcere. Para tanto, adotei metodologia qualitativa, amparando-me em observação participante e em entrevista semiestruturada, grupo focal, oficina de fotografias e ainda fiz uso de análise documental, ciente de que, conforme alerta Walter Ude, ~~N~~nenhuma teoria é suficiente para compreender toda a complexidade da realidade estudada+ (UDE, 2005, p. 5). Por esse motivo, me vali de várias ferramentas para tentar descrever e analisar esse complexo campo de pesquisa; compreendendo que a produção científica não se faz sozinha (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNADJER, 1998), ancorei-me em muitos referenciais teóricos para, então, melhor selecionar os que, de fato, seriam relevantes para a minha investigação.

Com o recurso da Etnografia, mergulhei no campo pesquisado, aberto ao conhecimento que absorveria ali. Posso afirmar que minha observação participante começou bem antes do doutoramento, ainda no processo do mestrado, porque, como já mencionei, a pesquisa cujos resultados relato aqui é um desdobramento da anterior.

A observação de campo, muito participante (digo isso por ter acabado me tornando um membro da diretoria voluntária da instituição), foi instrumento valioso, que me permitiu problematizar realidade com teoria e

confrontar dados estatísticos com a realidade do sistema. As oficinas de Fotografia foram outros instrumentos potentes, sugerido por minha orientadora, Prof^a Dr^a Cristiane Miryan Drumond de Brito, alavancaram coleta de dados, tornando mais leve e fluida a relação pesquisador/pesquisado, além de contribuir para uma nova identidade e/ou melhoria da autoestima dos recuperandos, que passaram a modelá-la a partir do momento em que viram ou tiveram notícias de suas fotografias expostas em exposições e seminários de pesquisas. Essas ações deram a esses participantes oportunidade de (re)pensarem caminhos diferentes pós institucionalização. A mim, essas oficinas trouxeram dados e informações relevantes para verificar e analisar hipóteses. Delas surgiu um grupo focal que me serviu como técnica de mediação entre a observação participante e as entrevistas semiestruturadas. Esse, por sua vez, me permitiu coleta dados por meio de discussão do tema proposto. As entrevistas semiestruturadas, por seu turno, serviram para documentar o não-documentado.

A análise documental realizada serviu para a produção de um dos capítulos analíticos: aquele no qual informo quem eram os sujeitos da pesquisa, no qual busco especificar, quem, de fato, eram aqueles encarcerados, visando dar transparência a aqueles homens, (de)mostrando-lhes que são pessoas que cometeram crimes semelhantes ou iguais aos de outros homens que se encontram encarcerados no sistema prisional clássico, que são, em sua maioria, como eles, homens pobres, de baixa escolaridade, negros e pardos, mesmo esclarecendo que não entendo que esse seja o biótipo do criminoso brasileiro, mas desejando mostrar que a Justiça brasileira é seleta, na hora de encarcerar. Os brancos, afortunados e de boa escolarização, não são pessoas comuns nesse ambiente; contudo, cometem crimes semelhantes e até mais bárbaros do que os cometidos por pardos, negros, pobres e de baixa escolaridade. Cometem furtos milionários, prejudicando a nação, e matam muito mais pessoas do que vários tiros de revólver.

No segundo capítulo de análise mostrei que as atividades religiosas e de lazer trabalhavam com os sentidos dos presos, tendo grande potencial para promoção da resignificação de seus atos; ainda assim, a instituição dava pouca atenção a essas questões, mesmo, conforme constatei em leituras que

fiz de pesquisas realizadas em outras APACs com resultados semelhantes. Cumpre-me ressaltar que observei esse fato tanto na APAC que pesquisei quanto na fala do presidente da Fraternidade Brasileira de Assistência ao Condenado - FBAC; ele, aqui denominado Messias, deu resposta vazia, quando indaguei sobre isso, respondendo-me nestes termos:

com certeza. E sempre a gente pede, hoje nós acompanhamos vários e a gente sempre pede pra nos remeter depois o fruto do trabalho, o resultado da pesquisa pra que a gente possa em equipe, porque nós temos uma equipe, nós temos uma equipe operacional da FBAC, temos uma diretoria executiva, nós temos um conselho, pra que a gente possa depois com base nesses estudos ir ajustando. Ora a gente ajusta o regulamento disciplinar, ora a gente ajusta o regulamento administrativo, ora a gente ajusta a abordagem de alguns daqueles elementos da metodologia... e se a gente não fizer isso, nós seremos vencidos pelo tempo. (Messias)

Essa fala de Messias não tem respaldo em fatos e dados, porque ele não mencionou nenhuma das muitas pesquisas já realizadas nas instituições inspecionadas por sua entidade. Além disso, outros membros da FBAC não souberam falar comigo sobre qualquer pesquisa realizada sobre o método APAC.

A propósito, reitero que a informação de que a pesquisa de Silva (2014) revelou que a APAC pesquisada não tinha proposta pedagógica concreta para lidar como os processos educativos da instituição; quatro anos se passaram e constatei que essa situação continua a mesma, quanto às categorias apontadas como atividades de lazer na época. Quanto à religião, essa era tratada como instrumento de controle, pelos inspetores de segurança e encarregados da unidade prisional que, de alguma forma, eram respaldados pelos gestores. Os potenciais educativo e formativo das atividades lúdico-religiosas deveriam ser melhor aproveitados e entendo que o percurso a ser seguido por essa instituição deveria ser o modelo da Pedagogia Social (SILVA, 2009), que propõe uma educação libertadora, capaz de promover a sociabilidade dos sujeitos por meio de ações reflexivas.

Os resultados que obtive evidenciaram que as práticas religiosas não são capazes de proporcionar aos apenados uma dimensão de transcendência; contudo, são experimentadas e usufruídas pelos mais jovens propiciadoras de momentos de lazer. Ainda sim, evidenciaram os potenciais

educativo e formativo não explorados tanto das atividades religiosas quanto das de lazer.

Constitui, portanto, meu dever me posicionar frente ao modelo prisional que pesquisei e, que sem dúvida, voltarei a pesquisar. Vou findando essa escrita com a sensação de que ainda há muito para se pesquisar sobre esse sistema menos desumanizado de encarceramento e cumprimento, ainda que parcial, da LEP. Assevero que a APAC é o modelo prisional menos pior que temos atualmente, deixando até o admirado modelo de Parceria Público-Privada - PPP a desejar. Contudo, o que eu gostaria, mesmo, é de estar aqui escrevendo sobre o fim das instituições totais, porque, assim como Giles Playfair e Derrick Sington (1965), acredito que prisão não cura, corrompe. No país punitivo em que vivemos, pensar nessa possibilidade abolicionista é uma utopia, mas, nem por isso, deixarei de tencionar o seu sistema.

As APACs estão à frente dos outros modelos prisionais porque acreditam no potencial ressocializador, porque tratam os detentos com respeito e ainda implicam esses sujeitos na cogestão da unidade prisional, por meio dos seus Conselhos de Sinceridade e Solidariedade - CSS, que se assemelha muito ao conselho criado pelo método de Thomas M. Osborne, em 1913, na cidade norte-americana de Nova Iorque, nos EUA. Osborne criou a Liga do Bem-Estar Coletivo, onde os detentos organizados eram pelo que ele chamou de oficinas de trabalho (MURTON, 1979) e elegiam representantes para uma comissão que cuidava tanto da resolução de disputas e conflitos entre presos, como deliberava sobre as condições de trabalho dos internos (PAIXÃO, 1991).

Quanto ao método apaqueano e aos seus 12 pilares, vejo que são todos controladores e punitivos; em especial, considero excessivo o trato com a questão da religião que, conforme analisei, passa mais pelo campo do controle do que pelo da transcendência e da educação social religiosa. Além disso, esse método me fez lembrar bastante do modelo Amigoniano, criado pelo padre espanhol da Congregação dos Religiosos Terciários Capuchinhos de Nossa Senhora das Dores, Dom Luis Amigó y Ferrer, em 1890, chamado de Pedagogia Amigoniana⁹, que adota como *slogan* Cada jovem que se recupera, é uma geração que se salva. Esse método se baseia em questões

⁹ Informações obtidas no site <http://amigonianos.org/index.php/2013-11-24-08-48-16/pedagogia-amigoniana>. Acesso em: 20 mai. 2018.

religiosas, de misericórdia e amor ao jovem ~~delinquente~~, visando buscar aproximá-lo de sua família.

Chego ao fim dessa pesquisa com essas provocações, na expectativa de que possam servir como molas impulsoras para novas investigações acadêmicas com foco nos temas aqui suscitados.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.

ACHUTTI, L. *Fotoetnografia da Biblioteca Jardim*. Porto Alegre: Livraria Tomo Editorial/UFRGS Editora, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

AGOSTINHO, S. *Confissões*, Livro I, Cap. I, p. 37. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores)

ALMEIDA, G. R. *O Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro: Ontem e Hoje*. Rio de Janeiro: Publit/Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ, 2009.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNADJER, Fernando. *O método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1998.

ARAGÃO, G. S. O que é Religião, agora?! In: MOTA, L. R.; SOUZA, J. C. A.; OLIVEIRA, P. A. E. (Org.). *Religião e Cultura - Memórias e Perspectivas*. Belo Horizonte: Ed. PUCMinas, 2012. p. 167-184.

ARANHA, M. L. A. *Filosofando: introdução à Filosofia*. São Paulo: Moderna, 1986.

ARBEX JR., José. *Showrnlismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

_____. *O Poder da TV*. São Paulo: Scipione, 1998.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio Janeiro: Forense, 2004.

ASSIS, Rafael Damaceno de. *A realidade atual do sistema penitenciário Brasileiro*. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos908/a-realidade-atual/a-realidade-atual.shtml>>. Acesso em: 26 dez. 2013.

_____. *A evolução histórica dos regimes prisionais e do sistema penitenciário*. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/24894>>. Acesso em: 26 dez. 2013.

BACHELARD, G. *A poética do devaneio*. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARROS, J. P. P.; PAULA, L. R. C. de; PASCUAL, J. G.; COLAÇO, V. de F. R.; XIMENES, V. M. O conceito de "sentido" em Vygotsky. *Psicologia & Sociedade*, v. 21, n. 2, p. 174-181, 2009.

BARROS, Vanessa. Prisões oferecem "passa-tempo" para preso, e não trabalho profissional, diz pesquisadora. Entrevista concedida a Bragon Rayder. *UOL Notícias*, 14 nov. 2008. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2008/11/14/ult5772u1517.jhtm>>. Acesso em 05 jan. 2012.

BARTHES, Roland. *A câmara clara: notas sobre a fotografia*. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BATISTA, J. C. A fotografia como discurso: alteridade, etnografia e comunicação. *Revista Anagrama*, Revista Científica Interdisciplinar da Graduação da Universidade de São Paulo, - USP, ano 3, n. 4, p. 01-15, jun./ago. 2010.

BAUMAN, Zygmund. *Comunidade. A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BAUMAN, Zygmund. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. *Vidas Desperdiçadas*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. *Vida Líquida*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. *Danos Colaterais*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BETTO, Frei. *Fome de Deus: Fé e espiritualidade no mundo atual*. São Paulo: Paralela, 2013.

BÍBLIA SAGRADA. Traduzida por João Ferreira de Almeida, São Paulo, 1995.

BOGDAN, Bogdan; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Tradução de Maria Alvarez, Sara do Santos e Telmo Baptista. Porto: Editora do Porto, 1991.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2002, n. 19, p. 20-28.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Tradução de Maria A. Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. *Esboço de auto-análise*. Tradução de Maria A. Nogueira e Afrânio Catani. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BRAMANTE, A. C. *Recreação e lazer: o futuro em nossas mãos*. In: MOREIRA, W. W. *Educação Física & Esporte: perspectivas para o século XXI*. Campinas, SP: Papirus, 1992. p. 161-179.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, Poder Executivo, 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 dez. 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, Poder Executivo, 12 de fevereiro de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm>. Acesso em: 19 dez. 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 12.852, de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, Poder Executivo, 05 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 19 dez. 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 de julho de 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm>. Acesso em: 19 dez. 2013.

BRASIL. Presidência da República. *Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil*. Brasília (DF): Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional de Juventude, 2015.

BRITO, A. X. de; LEONARDOS; A. C. A identidade das pesquisas qualitativas: construção de um quadro analítico. *Cadernos de Pesquisa*, Campinas, SP, n. 113, p. 7-38, jul. 2001.

BUCCI, Eugênio. *Brasil em tempo de TV*. São Paulo: Boitempo, 1996.

_____. *A TV 50 anos - criticando a TV brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

CALLEGARI, André. *Prisão deve ser vista como exceção, e não como regra*. Entrevista disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=1617>. Acesso em: 26 dez. 2013.

CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito*. Tradução de Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Associação Palas Athenas, 1990.

CARRANO, P. C. R. *Angra de tantos reis: práticas educativas e jovens tra(n)çados da cidade*. Orientador: Osmar Fávero. 1999. Tese (Doutorado em Educação) - Departamento de Educação Física e Desportos, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999. 450p.

CARRANO, P. C. R. Juventude: as identidades são múltiplas. *Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense*, n. 1, p. 11-27, mai. 2000.

CARRANO, P. C. R. *Juventudes e cidades educadoras*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CHARLOT, B. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Tradução Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CIAMPA, A. C. *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Brasiliense, 1987

COELHO, Simone de Castro Tavares. *Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Serviço Nacional do Comércio - Senac, 2002.

COHEN, Nathan E. *O papel do voluntário na sociedade moderna*. Tradução de Sérgio Morais Rêgo Reis. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. (Título original: The citizen volunteer: his responsibility, role and opportunity in modern society.)

COHEN, S. The critical discourse on "social control": notes on the concept as a hammer. *International Journal of the Sociology of Law*, v. 17, n. 3, p. 347-357, ago. 1989.

COHEN, S.; SCULL, A. Introduction: Social Control in History and Sociology. In: _____. *Social Control and the State: historical and comparative essays*. Oxford: Basil Blackwell, 1985. p.1-14.

COLLIER JR., J. *Antropologia Visual: a Fotografia como Método de Pesquisa*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

CORRÊA, Ivone Maria Xavier de Amorim. *A Rosa Tatuada: um estudo antropológico sobre a linguagem dos corpos de meninas-mulheres que vivem nas ruas*. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-

Graduação em Ciências Sociais - Antropologia, Universidade Federal do Pará, 1999.

COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1983 *apud* KOVALESKI, D. F.; OLIVEIRA, W. F. Tecnologias do eu+e cuidado de si: embates e perspectivas no conteúdo do capital global. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, Florianópolis, v. 3, n. 6, p. 171-191, 2011.

COSTAS, F. A. T.; FERREIRA, L. S. Sentido, significado e mediação em Vygotsky: implicações para a constituição do processo de leitura. *Revista Iberoamericana de Educación*, n. 55, p. 205-223, 2011. Disponível em: <<https://rieoei.org/historico/documentos/rie55a09.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

COUTO, Ana Cláudia Porfírio; COUTO, Maurício de Azevedo. A gestão de projetos sociais e o lazer. In: ISAYAMA Helder Ferreira; SILVA, Sílvio Ricardo (Org.). *Estudos do lazer: um panorama*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p. 81-95.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, Juarez (Org.). *Múltiplos olhares na educação e cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996. p. 136-161.

CUNHA, A. P. G. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DAYRELL, Juarez. Grupos musicais e socialização na juventude contemporânea. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA DA FEUSP, 4. São Paulo. *Anais* São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - FEUSP, 1998. p. 554-567 (Série Estudos e Documentos, v. 40).

DAYRELL, Juarez. O projeto político-pedagógico da escola e a educação da juventude. In: CONGRESSO NACIONAL DE REORIENTAÇÃO CURRICULAR, 2. Blumenau, SC. *Anais* Blumenau, SC: Ed. da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, 2000. p. 46-50. v. 1.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14132478200300030004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 12 set. 2014.

DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena. O rap e funk na socialização da juventude*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. O jovem como sujeito social. In: FÁVERO, O.; SPÓSITO, M. P.; CARRANO, P.; NOVAES, R. R. *Juventude e Contemporaneidade*. Brasília: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, 2007. p. 40-52.

DEVIDE, F. P. O discurso de proprietárias de academias sobre a prática de natação como atividade de lazer: inclusão ou elitização social. *Movimento*,

Revista de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, v. 6, n. 12, p. 26-36, 2000. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2497>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

DIAS, Luciana de Oliveira. Desigualdades étnico-raciais e políticas públicas no Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 3, n. 7, p. 07-28, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/360>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. Tradução de Maria de Lourdes S. Machado. São Paulo: Perspectiva, 1993 *apud* GOMES, Christianne Luce (Org.). *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 28-51.

DUMAZEDIER, J. *Sociologia Empírica do Lazer*. Tradução de Sílvia Mazza e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva/SESC, 1979.

_____. *Lazer e Cultura Popular*. Tradução de Maria de Lourdes S. Machado. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. As Drogas e a Revolução Social do Lazer. *Licere*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 11-16, 2003.

_____. *A revolução cultural do tempo livre*. São Paulo: Studio Nobel, 1994.

_____. *Teoria sociológica da decisão*. São Paulo: Sesc / Celazer, 1978.

_____. *Questionamento teórico do Lazer*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, 1975.

DUNNIG, E. *El Fenómeno Deportivo: estudios sociológicos al deporte, la violencia y la civilización*. Tradução de Pedro González Del Campo Roman. Barcelona: Paidotribo, 2003.

DURAND, Gilbert. *Imaginação simbólica*. Tradução de Eliane Fittipaldi Ferreira. São Paulo: Cultrix, 1988.

_____. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. Tradução de Hélder Godinho. Lisboa: Presença, 1989.

DURKHEIM, E. *As formas elementares da vida religiosa*. Tradução de Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Paulinas, 1989.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luíza Carvalho da. Imagens do tempo nos meandros da memória: por uma etnografia da duração. In: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (Org.). *Imagem e Memória - ensaios em Antropologia Visual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 18-40.

ELIAS, N.; DUNNING, E. *A busca da excitação*. Tradução de Maria Manuela Almeida e Silva. Rio de Janeiro: Difel, 1997.

ELIAS, N. *Introdução à Sociologia*. Tradução de Maria Luiza Ribeiro Ferreira. Portugal: Edições 70, 1980.

_____. *O processo civilizador - uma história dos costumes*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.

_____. *O processo civilizador - formação do Estado e civilização*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v. 2.

_____. *Introdução à Sociologia*. Tradução de Maria Luiza Ribeiro Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

ENRIQUEZ, Eugène. *A organização em análise*. Tradução de Francisco da Rocha Filho. Petrópolis: Vozes, 1997.

ENTLER, Ronaldo. A fotografia e as representações do tempo. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 14, p. 29-46, dez. 2007.

FÁVERO, O.; SPÓSITO, M. P.; CARRANO, P.; NOVAES, R. R. *Juventude e Contemporaneidade*. Brasília: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd, 2007.

FEFFERMANN, M. *Vidas Arriscadas - o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FERREIRA, V.; OTTOBONI, M. *Método APAC: Sistematização de Processos*. Belo Horizonte: Ed. TJMG, 2016.

FIRTH, Raymond. *Elementos de Organização Social*. Tradução de Dora Flaksman e Sergio Flaksman. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1995.

FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Estabelecimento Prisional Provisório*. Disponível em: <<http://www.jefersonbotelho.com.br/2007/03/27/estabelecimento-prisionalprovisorio>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Tecnologias del yo y otros textos afines*. Tradução de Mercedes Allendesalazar. Barcelona: Paidós Ibérica, 1990. (Coleção Pensamiento Contemporáneo, v. 7).

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FRAZER, J. G., Totemism and magic: a treatise on certain primitive forms of superstition and society. - Vo1. I. - London, 1935, p. 234
FREUD, S. O futuro de uma ilusão e o mal-estar na civilização e outros trabalhos. In: _____.
Obras completas. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2016.
. p. 94.

FREIRE, J. B. *Pedagogia do Futebol*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

_____. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREUD, S. O futuro de uma ilusão e o mal-estar na civilização e outros trabalhos. In: _____. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2016.

GABRIEL Oldrey Patrick Bittencourt; MARCELLINO, Nelson Carvalho
Algumas aproximações possíveis entre lazer e religião. *Licere*, Belo Horizonte, v. 10, n. 3, dez. 2007.

GAUTHIER, M. *Le lien des jeunes: un fait social instable*. *Lien social et politiques*, RIAC, Montreal, 43, p. 23-32, 2000.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação da cultura*. Tradução de Fanny Wrob. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

GHIRALDELLI JR., Paulo. Indicações para o estudo do movimento corporal humano da educação física a partir da dialética materialista. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 11, n. 3, Campinas/SP, ICEA - Gráfica e Editora, 1990.

GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. Tradução de Raul Fiker. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. *Modernidade e Identidade*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GOMES, Christianne Luce (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GOMES, Christianne Luce; LACERDA, Leonardo; PINHEIRO, Marcos Pinheiro. *Lazer, turismo e inclusão social: intervenção com idosos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

GOMES, Mércio Pereira. *Antropologia*. São Paulo: Contexto, 2012.

GONZAGUINHA. *Um Homem Também Chora (Guerreiro Menino)*. Álbum Alô, alô Brasil, 1983.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Claudia Leão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, 1996, p. 68-75.

_____. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. São Paulo: DP&A, 2001.

_____. *Da Diáspora*. Identidades e Mediações culturais. Organização de Liv Sovik; tradução de Adelaine La Guardia Resende, Ana Carolina Escosleguy, Cláudia Álvares, Francisco Rüdiger e Sayonara Amaral. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HAMEL, J. *La jeunesse n'est pas qu'un mont...* Petit essai de épistémologie pratique, dans Madalene Gauthier et Jean-François Guillaume. Définir la jeunesse? *Quin à quatre du monde*. Ste-Foy: PUL/IQRC, 1999. p. 29-44.

HELAL, R. *Passes e Impasses: futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

JUNIOR, A. D. *Consciência e linguagem em Vygotsky: aproximações ao debate sobre a subjetividade*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

LEAL, C. E. G. *O sentido da inclusão para o sujeito com Síndrome de Asperger*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

LEMGRUBER, Julita. Entrevista concedida a Eleonora Lucena. In: LUCENA, Eleonora. Situação nos presídios expõe guerra contra pobreza, diz socióloga. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 jan. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1396192-situacao-nos-presidios-expoe-guerra-contra-pobreza-diz-sociologa.shtml>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

LEONTIEV, Alexis. *O desenvolvimento do psiquismo*. Tradução de Manuel D. Duarte. Lisboa: Horizonte, 1978.

LEONTIEV, A. N.; LURIA, A. R.; VYGOTSKY, L. S. *Psicologia e Pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2005.

LIBÂNIO, J. B. *Para onde vai a juventude?* São Paulo: Paulus, 2011.

_____. *Caminhos da existência*. São Paulo: Paulus, 2009.

LUCENA, Eleonora. Situação nos presídios expõe guerra contra pobreza, diz socióloga. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 jan. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1396192-situacao-nos-presidios-expoe-guerra-contra-pobreza-diz-sociologa.shtml>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

LURIA, A. R. O problema da linguagem e a consciência. In: LURIA, A. R. *Pensamento e Linguagem: as últimas conferências de Luria*. Tradução de Diana Myriam Lichtenstein e Mario Corso. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986. p. 65-80.

MAGNABOSCO, Danielle. Sistema penitenciário brasileiro: aspectos sociológicos. *Jus Navigandi*, Teresina, 1998. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1010>>. Acesso em: 26 dez. 2013.

MAGALHÃES, C.; MATTOS, V.; MAGALHÃES, J. L. Q. (Org.). *Desconstruindo práticas punitivas*. Belo Horizonte: Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais - CRESS - 6ª Região, 2012.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Magia, ciência e religião*. Tradução de Maria G. Segurado. Lisboa: Edições 70, 1988.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

_____. *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

_____. *Lazer e humanização*. Campinas, SP: Papyrus, 1983.

_____. *Lazer e sociedade: múltiplas relações*. São Paulo: Alínea, 2008.

_____. *Pedagogia da Animação*. Campinas, SP: Papirus, 1990.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Televisão - a vida pelo vídeo*. São Paulo: Moderna, 1988.

MARQUES, Walter Ernesto Ude. *Pedagogia Social: uma disciplina emergente*. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v. 10, n. 59, p. 19-27, set. 2004.

_____. *Produção Social de Criança e do Adolescente Marginalizado*. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

MARTINS, J. S. *A Nova Desigualdade Social*. São Paulo: Paulus, 1997.

MARQUES, W. E. U. *Infâncias Pré-Ocupadas - Trabalho Infantil, Família e Identidade*. Brasília: Plano Editora, 2001.

MASCARENHAS, Fernando. Tempo de trabalho e tempo livre: algumas reflexões a partir do marxismo contemporâneo. *Licere*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 72-89, 2000.

MASSOLA, Gustavo Martineli. *A subcultura prisional e os limites da ação da APAC sobre as políticas penais públicas: um estudo na cadeia pública de Bragança Paulista*. Orientadora: Eda Terezinha de Oliveira Tassara. 2005. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MATTOS, V. *A visibilidade do invisível*. Belo Horizonte: Fundação Movimento Direito e Cidadania, 2008.

MAY, T. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MEAD, Margaret. *Le fossé des générations*. Paris: Denoël/Gonthier, 1979.

MELO, V. A. Lazer, esporte e presidiários: algumas reflexões. *Revista Digital - Efdports.com*, Buenos Aires, ano 1, n. 106, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd106/lazer-esporte-e-presidiarios-algumas-reflexoes.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

MINAS GERAIS, TJMG. *Cartilha Projetos Novos Rumos*. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG, 2009.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Resolução n. 433, de 28 de abril de 2004. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 01 mai. 2004. Disponível em: <<http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re04332004.PDF>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

MINAS GERAIS. APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados. Belo Horizonte: Diretoria de Políticas de APAC e Co-Gestão. Belo Horizonte: Portal Minas on-line, 2014. Disponível em: <http://www.dac.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=55>. Acesso em 10 jan. 2014.

MINAYO, M. C. de S. *O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

_____. *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Dados prisionais - Infopen*, Minas Gerais 2012. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7BD574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896%7D&Team=¶ms=itemID=%7BC37B2AE9-4C68-4006-8B16-24D28407509C%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>>. Acesso em: 09 fev. 2014.

MIOTTO, Arminda Bergamini. Sexo e família dos presos. *Revista da Faculdade de Direito da UFG*, [s.l.], v. 8, n. 1-2, p. 47/82, jan./dez. 1984. Disponível em: <<http://h200137217135.ufg.br/index.php/revfd/article/view/11523/7564>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

MOLON, Susana Inês. *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MORIN, Edgar. Articular os saberes. In: ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite (Org.). *O Sentido da Escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 65-80.

_____. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Tradução de Eliane Lisboa. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Tradução de Catarina Eleonora F. Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Ciência com consciência*. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *Diálogos sobre o conhecimento*. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Introdução ao pensamento complexo*. Tradução de Juremir Machado. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MULLER, M. C. Introdução. In: TEIXEIRA, E. F. R.; MULLER, M. C.; SILVA, J. D. T. (Org.). *Espiritualidade e qualidade de vida*. Porto Alegre: Ed. PucRS, 2004. p. 10-12.

MURRAY, C. *Losing ground: American social policy, 1950-1980*. New York: Basic Books, 1984 *apud* WACQUANT, Loïc. *As Prisões da Miséria*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 22.

MURTON, T. O. Prison Management: the past, the present, and the possible future. In: WOLFGANG, M, E. (Org.). *Prisons: present and possible*. Lexington, Lexington Books, 1979. p. 26.

NASCIMENTO, I. A. *Função retributiva e educativa da pena*. 2003. 70f. Monografia (Bacharelado em Direito) - Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, Presidente Prudente, SP, 2003.

NETTO, H. F. S. *O corpo como espaço imaginativo: tatuagem, práticas sociais e simbolismo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2011.

NIGRI, B. *Samba no terreiro: música, corpo e linguagem como prática cultural - apontamentos para o campo do lazer*. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer)-Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

NORONHA, Vânia. *Pensando sobre políticas públicas de lazer para juventudes em contextos de vulnerabilidade social: contribuições a partir de pesquisa em Ribeirão das Neves/Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

NOVAES, R. Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz a diferença. In: ABRAMO, Helena. Wendel; BRANCO, Pedro Paulo (Org.) *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 171-196.

NUNES, D. C. G. *Qual a importância do trabalho voluntário para sustentabilidade de organizações não-governamentais?* Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, Walter F. de. Educação social de rua: bases históricas, políticas e pedagógicas. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 135-158, jan.-mar. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v14n1/07.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

OLIVEIRA; M. R. Uma experiência etnofotográfica num presídio feminino. *Iluminuras*, Porto Alegre, v.13, n.31, p.57-67, jul./dez. 2012

OMS/OPS. *La salud del adolescente y el joven em las Américas*. Organización Panamericana de la Salud Washington, D.C, 1985.

OTTOBONI, Mario. *Meu Cristo, estou de volta*. São Paulo: Paulinas, 1978.

OTTOBONI, Mário. *A Comunidade e a Execução da Pena*. São Paulo: Santuário Aparecida, 1984.

_____. *Ninguém é Irrecuperável: APAC, a revolução do sistema penitenciário*. São Paulo: Cidade Nova, 1997.

_____. *Parceiros da Ressurreição*. São Paulo: Paulinas, 2004.

_____. *Vamos matar o Criminoso? Método APAC*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2006.

PADILHA, Valquíria (Org.) *Dialética do Lazer*. São Paulo: Cortez, 2006.

PAIXÃO, A. L. *Recuperar ou Punir? Como o Estado trata o criminoso*. 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo)

PARKER, Stanley R. *A sociologia do lazer*. Tradução de Heloísa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*, n; 5, p. 15-24, 1997.

PINTO, L. M. S. M. Lazer. In: SOUZA, J. V. A.; GUERRA, R. (Org.). *Dicionário Crítico da Educação*. Belo Horizonte: Presença Pedagógica, 2014. p. 44.

PIRES, Giovani De Lorenzi; RIBEIRO, Sérgio Dorenski Dantas. Televisão, 2004. In: GOMES, Christianne Luce (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 213-217.

PLAYFAIR, Giles; SINGTON, Derrick. *Prisão não cura, corrompe*. Tradução de Adayno Arruma. São Paulo: Ibrasa, 1965.

PORTAL, L. L. F. Espiritualidade: uma dimensão essencial na experiência significativa da vida. In: TEIXEIRA, E. F. R.; MULLER, M. C.; SILVA, J. D. T. (Org.). *Espiritualidade e qualidade de vida*. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 2004.

PROENÇA, W. L. O Método da Observação Participante: Contribuições e aplicabilidade para pesquisas no campo religioso brasileiro. *Revista Aulas*. Dossiê Religião (Organização de K. K. Bellotti e M. E. Valério), n. 4, p. 1-17, abr. 2007.

RAMOS DE OLIVEIRA, Micheline. *No limiar da memória: estudo antropológico sobre mulheres e violências na metrópole contemporânea*. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

REQUIXA, Renato. *O lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. *As Dimensões do Lazer*. São Paulo: Sesc / Celazer, 1974.

REY, F. L. G. As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia da Educação*, São Paulo, EDUC, n. 1, 1995.

REY, F. L. G. *Epistemología cualitativa y subjetividad*. La Habana: Pueblo e Educación, 1997.

_____. *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. Tradução de Raquel Souza Lobo Guzzo. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003.

_____. O sujeito, a subjetividade e o outro na dialética complexa do desenvolvimento humano. In: MITJÁNS-MARTÍNEZ, A.; SIMÃO, L. M. (Org.). *O outro no desenvolvimento humano: diálogos para a pesquisa e a prática profissional em psicologia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004a. p. 1-27.

_____. *O Sujeito na Psicologia e a Psicologia Social - a emergência do sujeito*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004b.

REY, F. L. G. *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. Tradução de Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005 *apud* LEAL, C. E. G. *O sentido da inclusão para o sujeito com Síndrome de Asperger*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

_____. *Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade: uma aproximação histórico-cultural*. Tradução de Guillermo Mathias Gamucio. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

_____. *Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*. Tradução de Marcel A. F. Silva. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

REY, F. L. G. As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia da Educação*, São Paulo, EDUCA, 1995/1999.

RIBEIRO, L. C. O Futebol no Campo Afetivo da História. *Movimento*, Revista de Educação Física da Universidade Federal do Rio do Grande do Sul, v. 10, n. 3, p. 99-111, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115317777007>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

RICOUER, Paul. *Interpretação e Ideologia*. Tradução de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977

RICOEUR, Paul. *O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica*. Tradução de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

_____. *O si-mesmo como um outro*. Tradução de Lucy Moreira César. Campinas, SP: Papirus, 1991.

_____. *Teoria da interpretação*. O discurso e o excesso de significação. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 2000. (Título original: Interpretation Theory: discourse and the surplus of meaning.)

ROCHA, Emerson; TORRES, Roberto. *O crente e o delinquente*. In: SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. p. 205-240

ROHR, Ferdinand. *Educação e espiritualidade: contribuições para uma compreensão multidimensional da realidade, do homem e da educação*. Campinas: Mercado das Letras, 2013.

SALLES, W.; BERNARDO, T. L. Pluralismo Religioso e Hermenêutica da Diferença. Novas possibilidades para a teologia cristã. *Revista de Cultura Teológica*, v. 16, n. 65, p. 69-90, dez. 2008.

SARTRE, J. P. *O imaginário*. Tradução de Duda Machado. São Paulo: Ática, 1979.

SELLTIZ, Claire *et alii*. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. 2. e.d. São Paulo: EPU, 1987.

SCOLESE, Eduardo. Presos filmam decapitados em penitenciária no Maranhão; veja vídeo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 jan. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1394160-presos-filmam-decapitados-em-penitenciaria-no-maranhao-veja-video.shtml>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

SILVA, David Medina. *Grupo estudará implantação do método APAC no sistema prisional gaúcho*. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.mprs.mp.br/dirhum/dirhum/noticias/id30215.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2014.

SILVA, L. T. *As crianças e o brincar em suas práticas sociais: o aglomerado da Serra/BH como contexto de aprendizagem*. (Mestrado em Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SILVA, R. (Org.). *Pedagogia Social*. São Paulo: Expressão e Arte, 2009.

SILVA, T. T. *Identidade e diferença*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA, W.G. *Lazer e juventude encarcerada: Tensões entre trabalho, disciplina e práticas culturais*. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer)-Escola de

Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SILVEIRA, A. C. C. *Um olhar sobre a política urbana de Belo Horizonte: há espaço para o lazer dentro do planejamento urbano?* Dissertação (Mestrado em Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SIMMEL, G. *Sociologia*. Organizador [da coletânea] Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1983 *apud* DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena. O rap e funk na socialização da juventude*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p. 184.

SMOLKA, A. L. B. *Práticas sociais: processos de significação e educação prospectiva*. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA E INTERCÂMBIO CIENTÍFICO, 10. São Paulo. *Anais* São Paulo: Edson Maltez, 2004.

SMOLKA, A. L. B. O. O (im)próprio e o im(pertinente) na apropriação na apropriação das práticas sociais. *Cadernos Cedes*, ano XX, v. 20, n. 50, p. 26-40, abr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622000000100003&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 10 jan. 2016.

SODRÉ, Muniz. *Mestre Bimba - Corpo de Mandinga*. Rio de Janeiro: Mamati, 2002.

SODRÉ, M. *Pensar Nagô*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2017.

SOUZA, J. *A modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Ed. UnB, 2000.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

SOUZA, Jessé. *A Construção Social da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periféricas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

SPÓSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 161-178, nov. 1994. Disponível em: <<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/A%20sociabilidade%20juvenil%20e%20a%20rua.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

SPÓSITO, M. P. *Juventude: crise, identidade e escola*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996a.

SPÓSITO, M. P. A produção política da sociedade. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Henri Lefebvre: o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996b. p. 39-50.

_____. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade... *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, Departamento de Sociologia, FFLCH-USP, v. 5, n. 1-2, 1993, editada em 1996.

SPÓSITO, M. P. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

SZYMANSKI, Heloisa (Org.). *A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva*. 3. ed. Brasília: Liber Livro, 2010.

THOMPSON, Augusto. *A Questão penitenciária: de acordo com a Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

TORRES, André. *Exílio na Ilha Grande*. São Paulo: Círculo do Livro, 1979.

UDE, W. Complexidade, Educação Social e Saúde: diálogos teórico-metodológicos para a construção de uma prática profissional mais integradora. In: XAVIER, C. C.; JESUS, R. M. (Org.). *Educação, Cultura e Complexidade: diálogos Brasil*. Cuba, Belo Horizonte: Argumentum, 2010. p. 83-89.

UDE, W. E. Juventude, violência e masculinidade. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v. 13, n. 75, p. 15-20, mai.-jun. 2007a.

UDE, W. E. Amitié bandite: jeunesse, violence et masculinité. *Adolescence*, v. 25, n. 3, p. 671-676, 2007b.

VARGAS, L. J. O. *É possível humanizar a vida atrás das grades? Uma etnografia do Método de gestão Carcerária APAC*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2011.

VAZ, A. L. DaMatta. O Futebol como drama e mitologia. In: PRONI, M.; LUCENA, R. *Esporte. História e sociedade*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. p. 239-174.

VAZ, A. S. *No princípio da bíblia está o mito: a espiritualidade dos mitos de criação*. Lisboa: Faculdade de Teologia (UCP), 2007. p. 45-73.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.

_____. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. In: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. p. 345-399.

VYGOTSKY, Lev S. *Formação Social da Mente*. Tradução de José Cipolla Neto. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. Pensamento e palavra. In: _____. *A construção do pensamento e da linguagem*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 395-489 *apud* LEAL, C. E. G. *O sentido da*

inclusão para o sujeito com Síndrome de Asperger. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011. p. 34

_____. *Psicologia pedagógica*. Tradução de Paulo Bezerra. Porto Alegre: Artmed, 2003 *apud* LEAL, C. E. G. *O sentido da inclusão para o sujeito com Síndrome de Asperger*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011. P 65.

_____. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: LEONTIEV, A. *Psicologia e Pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2005. p. 103-119 *apud* LEAL, C. E. G. *O sentido da inclusão para o sujeito com Síndrome de Asperger*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

_____. O problema da consciência. In: VYGOTSKY, Lev Semenovich. *Teoria e método em Psicologia*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 171-189.

WACQUANT, Loïc. *As Prisões da Miséria*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, S. A. S. *Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC: alternativa para recuperação do condenado no sistema prisional*. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Direito do Centro de Ciências Jurídicas) - Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Direito. Florianópolis, 2017.

WILLIS, Paul. *Aprendendo a ser trabalhador*. Tradução de Tomaz T. da Silva e Daise Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

WOLFGANG, M. E. (Org.) *Prisons: present and possible*. Lexington, Lexington Books, 1979.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. *Identidade e diferença*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 8-72.

ZILLEI, Urbano. Espiritualidade Cristã. In: TEIXEIRA, E. F. R.; MULLER, M. C. SILVA, J. D. T. (Org.). *Espiritualidade e qualidade de vida*. Porto Alegre: Ed. PucRS, 2004. p. 10-22.

ZUIM, P. B. Considerações a respeito do significado e sentido em vygotsky e bakhtin: encaminhamentos para o ensino da língua. *Trilhas pedagógicas*, v. 1, n. 1, ago. 2011, p. 23-37. disponível em: <<http://fatece.edu.br/arquivos/arquivos%20revistas/trilhas/volume1/2.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ANEXO A - CADERNO DE FOTOGRAFIAS É Fotos, produzidas pelos apenados, que compõem o acervo do pesquisador Walesson Gomes da Silva.

























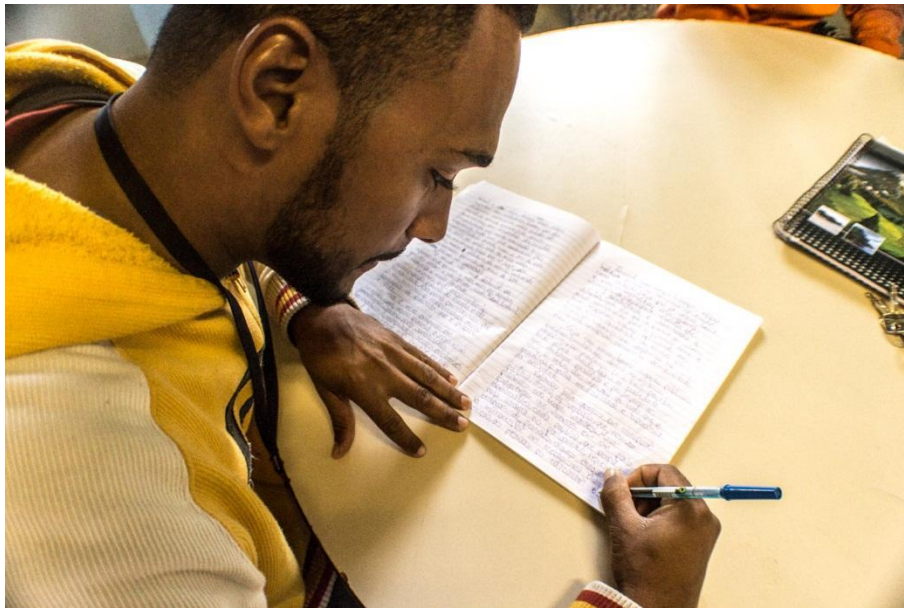




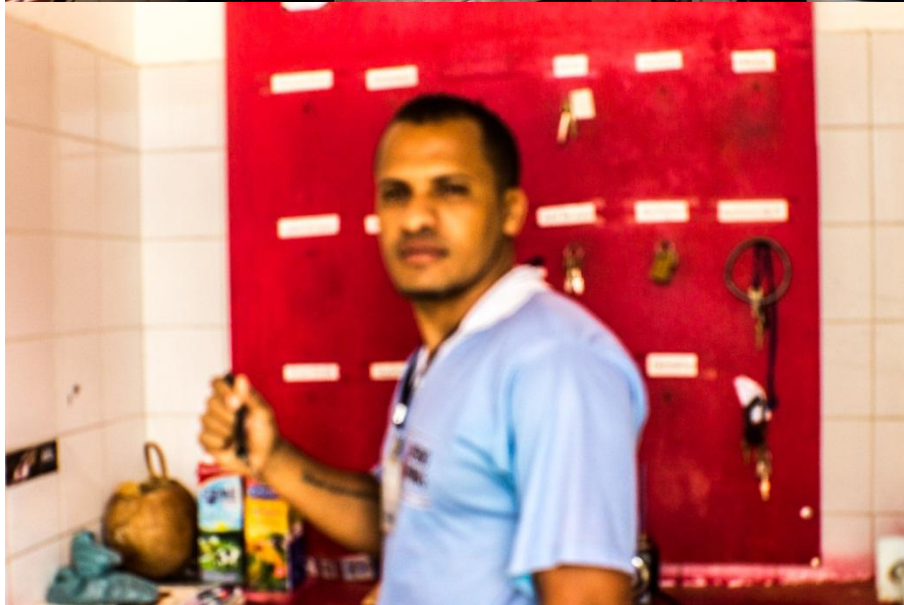




















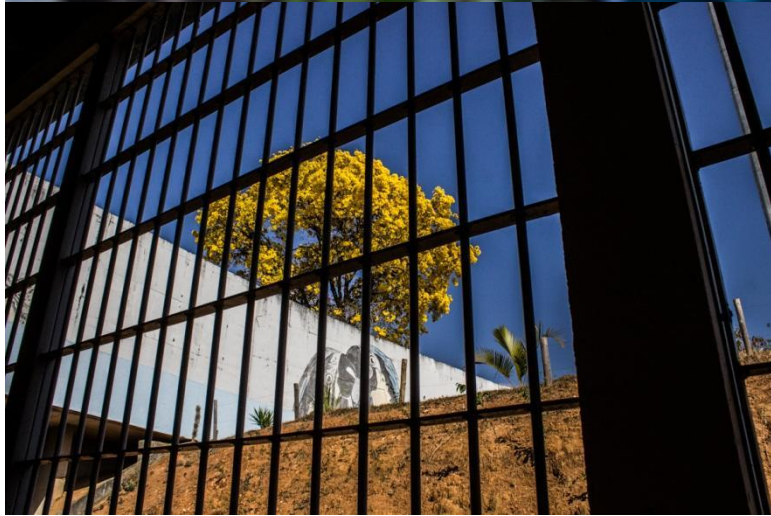














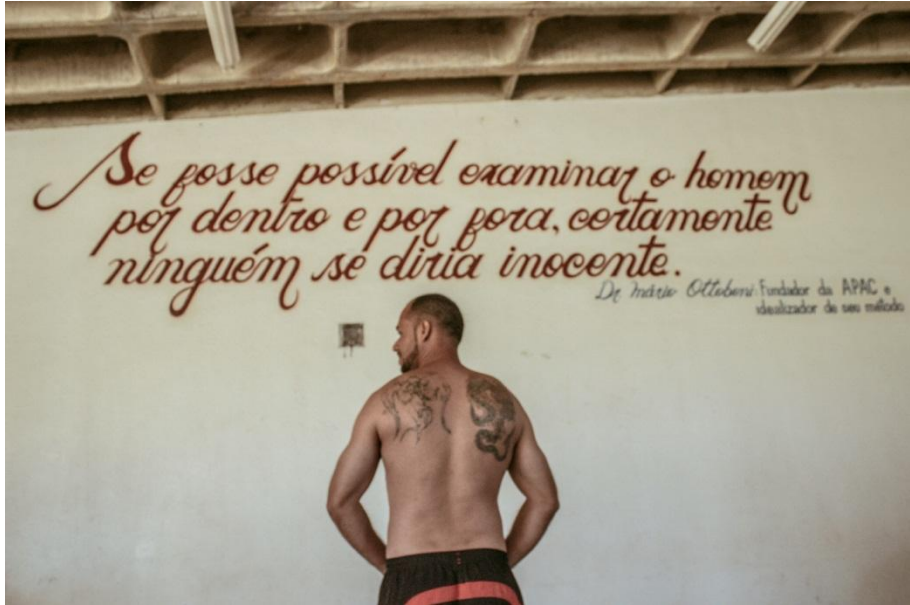






































ANEXO B - Descrição dos artigos do Código Penal - Decreto Lei Nº 2.848/1940 e Lei Nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 apresentados no Capítulo 3, TAB. 9.

Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º - A pena aumenta-se de um terço, se o crime é praticado durante o repouso noturno.

§ 2º - Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

§ 3º - Equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico.

Furto qualificado

§ 4º - A pena é de reclusão de dois a oito anos, e multa, se o crime é cometido:

I - com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa;

II - com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza;

III - com emprego de chave falsa;

IV - mediante concurso de duas ou mais pessoas.

§ 5º - A pena é de reclusão de 3 (três) a 8 (oito) anos, se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior. (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

§ 6º A pena é de reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos se a subtração for de semovente domesticável de produção, ainda que abatido ou dividido em partes no local da subtração (Incluído pela Lei nº 13.330, de 2016)

Furto de coisa comum

Art. 121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

Caso de diminuição de pena

§ 1º - Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

Homicídio qualificado

§ 2º - Se o homicídio é cometido:

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II - por motivo fútil;

III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

V - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime:

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

Feminicídio (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

VII - contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição: (Incluído pela Lei nº 13.142, de 2015)

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

§ 2º - A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

I - violência doméstica e familiar; (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher. (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

Homicídio culposo

§ 3º Se o homicídio é culposo: (Vide Lei nº 4.611, de 1965)

Pena - detenção, de um a três anos

.

Aumento de pena

§ 4º No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as conseqüências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos. (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

§ 5º - Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as conseqüências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária. (Incluído pela Lei nº 6.416, de 24.5.1977)

§ 6º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio. (Incluído pela Lei nº 12.720, de 2012)

§ 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado: (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto; (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência; (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima. (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio

Art. 33. *(Apenas este artigo diz respeito à LEI Nº 11.343/2006)* Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I - importa, exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda, oferece, fornece, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas;

II - semeia, cultiva ou faz a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas;

III - utiliza local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas.

§ 2º Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga: (Vide ADI nº 4.274)

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa de 100 (cem) a 300 (trezentos) dias-multa.

§ 3º Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa, sem prejuízo das penas previstas no art. 28.

§ 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa. (Vide Resolução nº 5, de 2012)

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

III - se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância.

IV - se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior; (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

V - se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade. (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

§ 3º Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de sete a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996) Vide Lei nº 8.072, de 25.7.90 Extorsão

Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 1º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 2º Se da conduta resulta morte: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Art. 217 - (Revogado pela Lei nº 11.106, de 2005)

Estupro de vulnerável (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Art. 217 - A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 2º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 3º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de 10 (dez) a 20 (vinte) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 4º Se da conduta resulta morte: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Corrupção de menores

Art. 65 - São circunstâncias que sempre atenuam a pena: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

I - ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

II - o desconhecimento da lei; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

III - ter o agente: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

a) cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral;

b) procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as conseqüências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano;

c) cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima;

d) confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime;

e) cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou.

ANEXO C: Parecer - Decisão do Conselho de Ética em Pesquisa - COEPE



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DE MINAS GERAIS - UEMG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: RELIGIÕES VIVENCIADAS POR JOVENS ENCARCERADOS EM UMA UNIDADE PRISIONAL APAC: SIGNIFICADO SOCIAL, SUBJETIVIDADE E TENSÕES NO CAMPO DO LAZER

Pesquisador: Walesson

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 60462816.3.0000.5525

Instituição Proponente: Escola de Design

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.804.697

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa apresentado a este Comitê de Ética em Pesquisa – CEP revela-se na modalidade Tese de Doutorado, vinculada ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Interdisciplinar em Lazer, instituído na Universidade Federal de Minas Gerais. Trata-se de uma investigação que tem como mote analisar por meio de estudo etnográfico, os significados sociais, as subjetividades e tensões no campo do lazer produzidas por jovens encarcerados quanto às suas práticas religiosas em uma unidade prisional da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC. Tal associação que mantém e administra sem fins lucrativos diversas unidades no Brasil se caracteriza conforme o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (2009, n.p), como uma “entidade auxiliar dos poderes Judiciário e Executivo, respectivamente, na execução penal e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade nos regimes fechado, semiaberto e aberto”.

A unidade APAC onde será realizada a pesquisa está localizada no município de Santa Luzia – MG que tende a apresentar infraestrutura adequada às práticas educativas e de lazer. O proponente pretende realizar a pesquisa fazendo uso do método de estudo etnográfico, envolvendo jovens condenados em cumprimento de pena em regime fechado e que apresentam idade entre 18

Endereço: Rodovia Papa João Paulo II nº 4143 - Ed. Minas - 8º andar Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves
Bairro: Serra Verde **CEP:** 31.630-900
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3916-8747 **Fax:** (31)3330-1570 **E-mail:** cep@uemg.br



(dezoito) e 29 (vinte e nove) anos.

Objetivo da Pesquisa:

Em seu projeto de investigação o proponente explicita que o objetivo da pesquisa é: “analisar os significados sociais e as subjetividades produzidas por jovens encarcerados quanto suas práticas religiosas em um presídio APAC”. Sinaliza também a existência de 03 (três) objetivos derivados do objetivo geral. São eles: a) analisar questões epistemológicas inerentes ao sistema APAC contidas na lei e em atividades cotidianas propostas na unidade, e a produção de subjetividades dos jovens nesse contexto; b) averiguar processos de sociabilidade, socialização e produção de subjetividades nos jovens desse presídio APAC, a partir das suas vivências religiosas; e finalmente c) verificar as práticas culturais dos cultos religiosos e suas tensões com o lazer em jovens encarcerados no sistema APAC.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Quanto aos Riscos da pesquisa, o responsável pela investigação explicita apenas no Formulário de Informações Básicas do Projeto que o entrevistado pode se sentir desconfortável ao responder determinada questão. Esclarece que desconforto causado por algum tipo de pergunta feita pelo pesquisador pode ser reduzido com a opção de o entrevistado não responder às indagações do entrevistador. Sendo assim, e considerando a Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016, solicita-se ao pesquisador explicitar no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE que há riscos e que estes são mínimos, e referem-se, em grande parte, a algum constrangimento, durante a resposta a alguma pergunta.

Quanto aos Benefícios, o responsável pela pesquisa também não explicita no TCLE quais os benefícios a serem proporcionados a partir da realização do estudo. Apenas no Formulário de Informações Básicas do Projeto são expostos os benefícios indiretos à medida que se considera o lazer como uma das dimensões humanas que permite o desenvolvimento de forma integral dos sujeitos. Assim, solicita-se ao pesquisador também expor tais benefícios aos participantes por meio da informação no TCLE.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um projeto de pesquisa que expõe sua relevância e seus métodos, sendo cuidadosamente elaborado e está em conformidade com os requisitos da Resolução CNS nº

Endereço: Rodovia Papa João Paulo II nº 4143 - Ed. Minas - 8º andar Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves
Bairro: Serra Verde **CEP:** 31.630-900
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3916-8747 **Fax:** (31)3330-1570 **E-mail:** cep@uemg.br



Continuação do Parecer: 1.804.697

510/2016. Constatou-se, no entanto, que dentre os documentos apresentados, não foi localizado o Roteiro de Entrevista semiestruturada, mencionada no projeto, a ser direcionada aos participantes da pesquisa: jovens condenados em cumprimento de pena em regime fechado, com um recorte de idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O responsável pela pesquisa apresentou os termos e documentos obrigatórios devidamente assinados e preenchidos. No entanto, não foi localizado o Roteiro de Entrevista semiestruturada a ser direcionada aos participantes da pesquisa.

Recomendações:

SOLICITA-SE:

a) explicitar no TCLE os possíveis riscos e benefícios que possam incidir aos participantes da pesquisa, com base na Resolução CNS nº 510/2016. Pede-se também ajustar no TCLE o endereço do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP. O endereço correto é Rodovia Papa João Paulo II nº 4143 - Ed. Minas - 8º andar Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves – Bairro Serra Verde - Belo Horizonte – MG – CEP: 31.630-900. Telefone: (31)3916-8747.

b) a construção e postagem no ambiente da Plataforma Brasil do Roteiro de Entrevista semiestruturada a serem aplicadas aos participantes da pesquisa. Caso este instrumento seja utilizado no estudo etnográfico em questão.

c) ajustar o cronograma da realização da pesquisa para que a coleta de dados ocorra somente a partir da aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP. Ademais, no Formulário de Informações Básicas do Projeto consta o seguinte período de coleta de dados: 15 de agosto de 2016 a 31 de dezembro de 2017. Já no TCLE, consta que a previsão de término está para a data de 31 de dezembro do corrente, um ano antes.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Observadas as recomendações citadas no item antecedente, não há pendências observadas pela relatoria que impeçam à execução da pesquisa. No entanto, solicita-se ao pesquisador verificar se no estudo etnográfico em questão será utilizada a entrevista semiestruturada. Caso a utilize, é necessário que o proponente preste informações no relatório final da pesquisa quanto à

Endereço: Rodovia Papa João Paulo II nº 4143 - Ed. Minas - 8º andar Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves
Bairro: Serra Verde CEP: 31.630-900
UF: MG Município: BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3916-8747 Fax: (31)3330-1570 E-mail: cep@uemg.br



Continuação do Parecer: 1.804.697

construção e uso do Roteiro de Entrevista.

Considerações Finais a critério do CEP:

Observadas as recomendações citadas no item antecedente, não há pendências observadas pela relatoria que impeçam à execução da pesquisa. No entanto, solicita-se ao pesquisador verificar se no estudo etnográfico em questão será utilizada a entrevista semiestruturada. Caso a utilize, é necessário que o proponente preste informações no relatório final da pesquisa quanto à construção e uso do Roteiro de Entrevista.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_764273.pdf	21/09/2016 16:26:56		Aceito
Folha de Rosto	F_ROSTO.pdf	21/09/2016 16:26:18	Walesson	Aceito
Outros	Aut_pesquisa_APAC.pdf	25/07/2016 15:41:30	Walesson	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_APAC_2016.pdf	25/07/2016 15:30:01	Walesson	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJ_DOUTORADO_WALESSON.pdf	25/07/2016 15:17:36	Walesson	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELO HORIZONTE, 03 de Novembro de 2016

Assinado por:
Edson José Carpintero Rezende
(Coordenador)

Endereço: Rodovia Papa João Paulo II nº 4143 - Ed. Minas - 8º andar Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves
Bairro: Serra Verde **CEP:** 31.630-900
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3916-8747 **Fax:** (31)3330-1570 **E-mail:** cep@uemg.br

APÊNDICE A É Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a),

Você, está sendo convidado a participar da pesquisa **RELIGIÕES VIVENCIADAS POR JOVENS ENCARCERADOS EM UMA UNIDADE PRISIONAL APAC: SIGNIFICADO SOCIAL, SUBJETIVIDADE E TENSÕES NO CAMPO DO LAZER**. Você foi escolhido porque nossa pesquisa pretende entrevistar 10% dos jovens que cumprem pena, hoje, no Regime Fechado da APAC Santa Luzia, com idades entre 18 e 29 anos, além de observar os tempos das penas ainda a serem cumpridos, porque, para nós, é de grande importância entrevistar jovens que permanecerão nessa instituição durante o tempo que durar a pesquisa, que tem previsão de término em 31 de dezembro de 2016. O objetivo deste estudo é compreender e analisar os significados sociais e as subjetividades produzidas por jovens encarcerados quanto às suas práticas religiosas nesse presídio APAC, diante ao processo desenvolvido e, também, registrar e analisar as práticas culturais dos cultos religiosos e suas tensões com o lazer desses jovens encarcerados no sistema APAC.

Então, estamos convidando você a dar uma entrevista ao pesquisador Walesson Gomes da Silva sobre a sua trajetória de vida e suas experiências com relação ao lazer e à religião na instituição supracitada.

A sua participação é muito importante e só acontecerá se você concordar. Esperamos contar com a sua colaboração, mas você poderá se recusar a participar ou a responder algumas perguntas em qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo para você, caso tome essa decisão.

É importante ressaltar que as informações obtidas com a entrevista são confidenciais e lhe asseguramos o sigilo sobre a identidade e participação do entrevistado neste estudo. Se você concordar, a entrevista será gravada pelo pesquisador. Como já informado, o seu nome não aparecerá em nenhum momento e você receberá a transcrição da entrevista que for feita com você.

Você receberá cópia deste texto com o número do telefone e o endereço do pesquisador, podendo tirar suas dúvidas em qualquer momento que desejar.

Caso haja concordância de sua LIVRE E ESPONTÂNEA vontade em participar, assine a autorização que se encontra ao final deste termo. A participação na pesquisa é de livre e espontânea vontade. Haverá garantia do sigilo e a privacidade dos participantes será preservada. Você tem total liberdade para se recusar a participar da pesquisa a qualquer momento.

Caso surja quaisquer dúvidas, além de contatar o pesquisador Walesson Gomes da Silva (31-98899 3295), você poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética - COEP da UEMG. Av. Antônio Carlos, 7545 - CEP: 31.270-010 - Belo Horizonte - MG - telefax: 31 3409 6520.

Autorização dos pais ou responsável legal

Eu, _____, residente e domiciliado na _____, portador da Cédula de identidade, RG _____, e inscrito no CPF _____, nascido(a) em ____ / ____ / _____, concordo, de livre e espontânea vontade, em participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **RELIGIÕES VIVENCIADAS POR JOVENS ENCARCERADOS EM UMA UNIDADE PRISIONAL APAC: SIGNIFICADO SOCIAL, SUBJETIVIDADE E TENSÕES NO CAMPO DO LAZER+**.

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Desta forma, afirmo, aqui, minha participação na referida pesquisa acima citada.

Desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

Não desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

Assinatura do entrevistado:

Testemunha 1 : _____

Nome/RG/Telefone: _____

Responsável pelo Projeto: Walesson Gomes da Silva

Assinatura do Pesquisador Responsável: _____

Contato do Pesquisador: (31) 98899-3295 _____

Local e data: _____ de _____ de _____.

APÊNDICE B É Roteiro da Entrevista Semiestruturada

1. Qual o seu nome?
2. Qual sua idade?
3. Até que série você estudou?
4. Descreva a composição de seu grupo familiar (pai, mãe, irmãos, etc.)?
5. Há quanto tempo você está nesta instituição?
6. Descreva sua rotina nesta instituição.
7. Que atividades você realiza aqui?
8. Em que momento lhe são oferecidas essas atividades?
9. Que atividade você mais gosta de realizar aqui?
10. O que ela significa para você?
11. E quanto às atividades de espiritualidade, o que você tem a me dizer?
12. E sobre as práticas de lazer, o que você diz?